

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação
Universidade do Porto

CIIE – Centro de Investigação e Intervenção Educativas

Avaliação Externa

Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2018-2022

- Relatório Final -

Equipa de avaliação

Alexandra Sá Costa
João Caramelo
Carla Cardoso
Dalila Pinto Coelho
Isabel Menezes
Luís Grosso Correia
Margarida Gomes
Teresa Medina

Julho de 2023

Resultado do contrato estabelecido entre o Camões, I.P. e a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, este estudo de avaliação é da autoria de:

Alexandra Sá Costa
João Caramelo
(coordenadores)

Alexandra Sá Costa
João Caramelo
Carla Cardoso
Dalila Pinto Coelho
Isabel Menezes
Luís Grosso Correia
Margarida Gomes
Teresa Medina
(equipa de avaliação)

Índice

Sumário Executivo	6
1. Introdução	6
2. Metodologia	6
3. Constatações	6
4. Recomendações	11
1. Introdução e enquadramento	15
1.1. Finalidade, objeto e âmbito da avaliação	15
1.2. Breve descrição do projeto de avaliação, da sua lógica e pressupostos	15
1.3. Descrição das fases do processo de avaliação	16
1.4. Limitações da conceção da avaliação identificadas <i>à posteriori</i>	17
1.5 Organização do relatório.....	17
2. Abordagem e estratégia metodológica.....	19
2.1. Métodos e técnicas de recolha e análise de dados.....	19
2.2. Limitações do processo de avaliação	22
3. Resultados e constatações da avaliação	23
1. Em que medida a execução da ENED 2018-2022 permitiu o cumprimento das Metas do Plano de Ação (PA)?	23
1.1. Qual o grau de cumprimento das metas, por ano e no conjunto do período de execução (conforme consta do PA)?.....	23
1.2. Qual o contributo das entidades intervenientes, identificadas no PA, na concretização das metas?	26
1.3. Que fatores são percebidos pelas entidades intervenientes, identificadas no PA, como facilitadores ou obstaculizadores do cumprimento das metas?	30
2. Como se concretizou o mecanismo de acompanhamento e monitorização da ENED 2018-2022	36

2.1. Como se desenvolveu o processo de acompanhamento e monitorização da ENED?.....	36
2.2. Quais as características e tipo de informação recolhida pelo mecanismo de acompanhamento e monitorização da ENED?	40
2.3. Quais os efeitos reconhecidos, por parte dos atores envolvidos, do mecanismo de acompanhamento e monitorização na implementação da ENED?	44
3. Como foi implementada a ENED 2018-2022?	49
3.1. Quais as características das ações reportadas nas medidas estabelecidas na ENED?	49
3.2. Como foram concretizadas as medidas transversais?	55
3.3. Como foi incorporada a ENED pelos promotores?	59
3.4. Como foram concretizados os objetivos estratégicos da ENED?	65
4. Como foram financiadas as iniciativas e ações da ENED 2018-2022?	74
4.1. Como foram financiadas as atividades da ENED reportadas?	74
4.2. Como foram financiadas as atividades transversais da ENED?.....	74
4.3. Como foram financiados os sistemas de monitorização, acompanhamento e avaliação da ENED?	74
4.4. Qual a adequação do modelo de financiamento da ENED?	79
4. Constatações e recomendações	82
4.1. Constatações	82
4.2. Recomendações	88
Bibliografia	91
Lista de Anexos e Apêndices	96

Siglas e Acrónimos

ACM	Alto Comissariado para as Migrações
AMI	Assistência Médica Internacional
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
APEDI	Associação de Professores para a Educação Intercultural
ARIPESSE	Associação de Reflexão e Intervenção na Política Educativa das Escolas Superiores de Educação
ASPEA	Associação Portuguesa de Educação Ambiental
CA	Comissão de Acompanhamento
CAD	Comité de Ajuda ao Desenvolvimento
Camões, I.P.	Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P
CEAUP	Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto
CIDAC	Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral
CIES-ISCTE	Centro de Investigação e Estudos de Sociologia – Instituto Universitário de Lisboa
CIG	Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
CPADA	Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente
DP	Desvio Padrão
DGE	Direção Geral de Educação
ECG	Educação para a Cidadania Global
ED	Educação para o Desenvolvimento
ENED	Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento
ESE	Escola Superior de Educação
ESE-IPVC	Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo
ESPA	Entidade Subscritora do Plano de Ação
FGS	Fundação Gonçalo da Silveira
GEED	Gabinete de Estudos para a Educação e Desenvolvimento
GENE	Global Education Network Europe
GTED	Grupo de Trabalho em Educação para o Desenvolvimento da PPONGD
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.
IMVF	Instituto Marquês de Valle Flôr
IPVC	Instituto Politécnico de Viana do Castelo
M	Média
MAI	Mecanismo de Apoio a Iniciativas ENED
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ONGD	Organização Não Governamental para o Desenvolvimento
OSC	Organização da Sociedade Civil
PA	Plano de Ação da ENED
PpDM	Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres
PPONGD	Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento
RA	Região Autónoma
RICD	Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento

Sumário Executivo

1. Introdução

A avaliação externa da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED) teve por finalidade a prestação de contas e a aprendizagem. À semelhança do processo de elaboração e de acompanhamento, a avaliação teve um cariz participativo. O processo de avaliação teve como objeto e âmbito os cinco anos de implementação da ENED (2018-2022), os seus processos de desenvolvimento e de acompanhamento, abarcando o período de tempo compreendido entre o início da execução e a data inicialmente prevista para o seu término, considerando todo o território nacional. O trabalho de avaliação assentou numa matriz com 4 perguntas de avaliação e 14 subperguntas.

2. Metodologia

A avaliação teve como princípio o envolvimento da maior diversidade possível de atores que participaram na implementação da ENED, de forma a dar relevo a uma pluralidade de vozes e sentidos atribuídos à ação. A metodologia envolveu o recurso a métodos mistos – qualitativos e quantitativos – através de: administração de um inquérito por questionário às entidades promotoras, entrevistas a atores chave, análise documental e discussão do relatório preliminar com as entidades subscritoras do plano de ação da ENED, numa oficina de trabalho. Como limitações, há a considerar: i) o tempo inicialmente previsto para a realização da avaliação externa; ii) a escassez de dados acerca do modelo de financiamento; iii) a taxa de resposta do inquérito por questionário; iv) a incorreta identificação no questionário de algumas organizações (obrigou a múltiplas versões da análise do questionário); v) a análise de ações realizadas foi feita com recurso ao relato que os promotores fazem delas, pela impossibilidade de se acompanhar no tempo e no terreno as práticas desenvolvidas; vi) a avaliação de ações de natureza imaterial não permite o estabelecimento de nexos de causalidade lineares e absolutos.

3. Constatações

1. Consolidação da ENED

A ENED enquanto estratégia de Educação para o Desenvolvimento, nas suas duas edições, engloba um período temporal considerável, o que, por si só, constitui um sinal da sua relevância, a que acresce aquela que os atores envolvidos na sua implementação realçaram no âmbito desta avaliação. Esta relevância está patente na forma como descrevem esta política por comparação com outras estratégias ou planos nacionais, realçando, para além da importância

do seu objeto, os modos de trabalho colaborativo/participativo e entre entidades de natureza diferente, o modelo de monitorização e acompanhamento e a existência de uma plataforma de reporte (que ao assentar numa lógica de autorreporte, promove o compromisso e a autonomia das entidades que implementam iniciativas).

Deve ainda destacar-se que a incorporação de aprendizagens realizadas face à primeira ENED permitiu o reforço das especificidades desta Estratégia face a outras e que são amplamente reconhecidas internacionalmente.

2. Elevadas taxas de execução

A ENED 2018-2022, para além da sua formulação enquanto estratégia, contemplou um plano de ação, no qual se associam um conjunto de ações a cada uma das medidas que constam para cada um dos objetivos. A cada ação estavam, também, associados indicadores e metas por ano de execução, bem como as entidades intervenientes.

A análise dos dados permite constatar que a grande maioria das ações foram concretizadas, sendo que várias delas com taxas de execução muito elevadas, sobretudo nos Objetivos 1 e 2. O cumprimento das metas está associado ao crescente envolvimento das diferentes entidades promotoras, denotando-se um forte contributo das ONGD na execução, mas também ao modo de formulação das metas no plano de ação. As ações estão definidas de forma muito abrangente, possibilitando a inclusão de iniciativas muito diversificadas, e nesse sentido a formulação do plano de ação da ENED teve implicações sobre as taxas de execução alcançadas. O modo de formulação das metas no PA em termos quantitativos permite aferir as taxas de execução, mas não completamente a adequação das iniciativas às ações previstas (indicadores SMART vs CREAM). Finalmente, e também como sustenta o Relatório de Avaliação intermédia (para além de outras fontes de informação desta avaliação), as metas inicialmente definidas poderiam ter sido mais ambiciosas, não tendo sido ajustadas no decurso do período de execução. Esta constatação levanta um questionamento sobre a pertinência de um PA com vigência de 5 anos, coincidente com a da Estratégia.

3. Existência de uma multiplicidade de atores envolvidos na implementação da ENED e sua identificação no PA

A ENED 2018-2022 tem um conjunto de Entidades Subscritoras do seu Plano de Ação e outras organizações a estas associadas, com naturezas (Instituições de ensino superior, instituições públicas, organizações da sociedade civil e organizações não governamentais para o desenvolvimento) e objetos de ação (ambiente, questões de género, formação de professores

e outros educadores, juventude, etc.) muito diversificados, constituindo uma vantagem na medida em que permitiu considerar várias “educações para...” como ED, bem como chegar a públicos e territórios muito diversificados. Isto encerra uma tensão, na medida em que muitas entidades, ao não terem como objeto central da sua ação a ED, têm entendimentos sobre esta muito diversificados e nem sempre alinhados com a perspetiva defendida na própria ENED.

No que diz respeito à identificação das entidades intervenientes no PA para cada uma das ações, foi possível identificar que nem sempre havia uma justaposição entre estas e as entidades que efetivamente implementaram as iniciativas. Isto remete para duas considerações: por um lado, demonstra alguma flexibilidade e adaptabilidade das entidades face àquilo que eram os compromissos, do ponto de vista das ações previstas no plano de ação, e constituindo um contributo importante para o alcance das metas. Por outro lado, não é claro o grau de compromisso que esta identificação supunha. Salienta-se o forte contributo das ONGD, particularmente nas ações dos Objetivos 1 e 2, estando ou não inscritas enquanto intervenientes no PA, sendo o seu papel fundamental para o cumprimento e excedente das metas.

4. Consolidação de um sistema de monitorização e acompanhamento e Avaliação

A atual ENED manteve um sistema de monitorização e acompanhamento que incluiu instrumentos diversos (reuniões das ESPA; Plataforma de reporte; Relatórios de Acompanhamento; Avaliação intermédia e final). Este sistema de monitorização e de acompanhamento, que é reconhecido a nível internacional, robusteceu-se para esta segunda ENED, desde logo pela criação de uma plataforma de reporte específica a partir de um trabalho conjunto com as ESPA. Salienta-se neste sistema o papel dinamizador do mesmo por parte da CA e do Secretariado, que se caracteriza por uma relação próxima com as ESPA capaz de promover uma recolha de dados continuada e a prestação de contas face aos compromissos assumidos em PA, bem como de promover momentos de trabalho conjunto. O Secretariado assumiu um papel catalisador que, para além do apoio ao reporte, envolveu um trabalho de capacitação das entidades promotoras.

Constata-se a margem de desenvolvimento que este sistema de reporte ainda terá, considerando as necessidades de uma maior mobilização e apropriação por parte das entidades promotoras e de recolha de informação mais robusta, nomeadamente de natureza qualitativa, que permita melhor compreender a adequabilidade das iniciativas à ED e o potencial de efeitos do que é implementado, bem como promover aprendizagens coletivas e ajustes a partir de uma reflexão crítica sobre os resultados alcançados.

5. Processo de reporte incide essencialmente em dados quantitativos e centrados na execução de iniciativas

Na atual ENED houve um esforço de introdução de uma dimensão qualitativa no processo de reporte, através da definição de indicadores de natureza transversal (género, tipologia das ações, distribuição geográfica). Apesar de ter existido uma consensualização prévia da informação a recolher e dos reconhecidos esforços do Secretariado no sentido de a recolher, constata-se a baixa taxa de resposta a alguns destes indicadores por parte dos promotores da ENED. Por outro lado, estes indicadores, pela sua natureza, são limitados para uma compreensão mais aprofundada das ações desenvolvidas, incluindo para equacionar se as iniciativas reportadas se podem dizer de ED, tal como esta é concebida na ENED. Na perspetiva dos promotores reconhece-se que existirá uma tensão entre inclusão de indicadores que possam aferir esta dimensão qualitativa do implementado e os potenciais efeitos produzidos pelas ações reportadas e a morosidade, complexidade e esforço de tempo e recursos que a tarefa de reporte envolve, designadamente pelo número de indicadores que já se solicitam. Em síntese, a informação recolhida pelo reporte é, simultaneamente, de mais e de menos.

6. Dificuldade em aferir a concretização dos objetivos estratégicos

A arquitetura da ENED assenta na lógica de que as ações contribuem para as medidas e estas para os objetivos. Não é possível apreciar com profundidade a concretização dos objetivos, que remetem para efeitos/mudanças, em parte associados a processos amplos de transformação social, a partir da aferição do cumprimento das metas, sustentada em indicadores quantitativos e de execução. É possível realçar o envolvimento de potenciais agentes multiplicadores da ED em momentos de sensibilização, formação, capacitação, bem como a produção de recursos educativos e outros materiais que potencialmente podem e estarão a ser mobilizados junto de um público alargado, em diferentes contextos. Há particulares evidências de uma ação mais continuada nas escolas, com um número particularmente elevado de iniciativas reportadas, essencialmente por ONGD. Finalmente, as medidas transversais (Jornadas e Fórum) constituíram potenciais momentos para a concretização dos Objetivos estratégicos 1 e 2, particularmente no que diz respeito à troca de experiências, recursos e conhecimentos.

7. Aprofundamento da incorporação da ENED pelos seus promotores

Em termos globais, constata-se um caminho de aprofundamento da incorporação da ED e da ENED pelas entidades promotoras, consubstanciado, nomeadamente, no maior

conhecimento da área, num reforço da sua articulação com outras “educações para” e num incremento e/ou aprofundamento das atividades de ED realizadas.

A apropriação e incorporação da ENED pelas ESPA conheceu um incremento nesta vigência da ENED, associada em parte à importância que é reconhecida ao MAI, que promoveu a inclusão da ED nas suas iniciativas. A continuidade de um trabalho de proximidade e colaborativo entre as diferentes entidades, agilizado pela CA e pelo Secretariado, é igualmente valorizada enquanto contributo para a sua capacitação, envolvimento e mobilização e de construção de uma “comunidade da ENED”. Reconhece-se que a lógica dominante de relação das ESPA com a ENED se mantém de justaposição; ou seja, de identificação naquilo que já fazem do que pode ser reportado para a ENED, e não tanto de implementação de iniciativas pensadas de raiz para a ENED e/ou de incorporação de preocupações da ED e/ou da ENED na sua própria atuação nas outras “educações para”, numa lógica de contribuição e correspondência do trabalho desenvolvido pelas ESPA para a ENED.

No que respeita às ESE constatam-se os avanços verificados em termos de compromisso institucional, com a assinatura da *Carta de Compromisso das ESE para a implementação da ENED*, o diagnóstico sobre práticas de ED nestas entidades e a criação e formação de pontos focais, envolvidos atualmente na criação de planos estratégicos.

As ONGD realçam a importância da ENED como instrumento de orientação estratégica do seu trabalho em ED. AS ONGD reforçam ainda a ideia da sua autonomia, salientando que o seu trabalho em ED vai além da ENED e que tem um potencial de alargamento da própria política pública.

8. Papel central do Camões, I.P. no financiamento da ENED

A resposta, neste relatório, às questões de avaliação sobre o financiamento das iniciativas reportadas no âmbito da ENED e dos seus mecanismos de gestão e coordenação, foi complexa, devido à escassez de informação relevante para a mesma. A informação existente, coloca no centro dos processos de financiamento o Camões, I.P., que é quem estabelece contratos para o funcionamento da equipa de monitorização e acompanhamento (secretariado), é quem promove os contratos para os processos de avaliação intermédia e final, é quem cofinancia as ONGD através da linha de ED e quem promove o Mecanismo de Apoio a Iniciativas ENED. É possível reconhecer que ao longo da atual ENED houve um aumento de verbas disponíveis para a implementação da estratégia. Outras entidades promotoras contribuem para a ENED de diferentes formas, não sendo possível aferir a natureza e o montante desses contributos (embora passe, em grande medida, pela alocação de recursos

humanos e, noutros casos, por mecanismos de *subgranting*). Há perspetivas diferentes quanto à pertinência de um orçamento ou financiamento direto à execução de iniciativas de ED no âmbito da ENED, implicando, em ambos os casos, equacionar também a forma como este poderia ser implementado. Um último aspeto a salientar sobre as questões de financiamento diz respeito ao papel do MAI, constituindo o primeiro instrumento financeiro pensado exclusivamente para a execução de iniciativas por parte das ESPA no âmbito da ENED. O MAI cumpriu o seu papel de incrementar o número de iniciativas, permitindo que algumas entidades pudessem desenvolver pela primeira vez iniciativas exclusivamente no âmbito da ED e/ou da ENED. Para além deste aspeto constituiu uma forma de promoção do trabalho em parceria de entidades de natureza diferente, promoveu a articulação de “educações para” e promoveu uma maior motivação geral das entidades no seu envolvimento com a ENED, podendo dizer-se que “há um envolvimento com a ENED antes e depois do MAI”.

9. Existência de um reconhecimento político formal da ENED

O reconhecimento político da importância da ENED reforçou-se nesta segunda vigência com a sua aprovação como Resolução do Conselho de Ministros, à qual acresce a inclusão da ED como área de atuação na Estratégia da Cooperação portuguesa 2030, com referência explícita à ENED. A afirmação política e a visibilidade da ENED junto do público em geral têm constituído grandes preocupações dos atores desta política educativa. Não obstante, foi possível verificar que constituem dimensões que estão aquém daquilo que seria desejável/expectável (tendo até em consideração as taxas de execução de algumas ações). De igual modo, os intervenientes referem a necessidade de se aprofundar o envolvimento de atores políticos, mas também de altos responsáveis das diferentes entidades implementadoras da ENED, independentemente da sua tipologia (instituições públicas, organizações da sociedade civil, outras instituições não públicas, instituições do ensino superior e ONGD). O reconhecimento diante do público em geral tem sido, também, identificado como uma área sobre a qual se devem promover mais esforços, sendo fundamental comunicar a especificidade própria da ED. Reconhece-se que um maior reconhecimento da ENED pode advir de uma maior articulação com outras estratégias ou planos a nível nacional.

4. Recomendações

A ENED é reconhecida pelos atores envolvidos, e também por entidades internacionais com atuação em ED, como um exemplo no que diz respeito ao facto de congregar entidades de natureza diferente (departamentos governamentais, instituições públicas, organizações da

sociedade civil) e aos processos colaborativos existentes entre este tipo de entidades na concepção, implementação e avaliação da Estratégia. A existência de uma equipa dedicada à monitorização e a consolidação de práticas de avaliação são também de realçar. Assim, é com base nestes pressupostos que são identificadas pistas de melhoria, inerentes a todos os processos, plasmadas nas recomendações que a seguir se apresentam.

Estas recomendações são construídas a partir das constatações produzidas, mas algumas resultam também de uma leitura global permitida pelo processo de avaliação. A sua apresentação não segue nenhuma ordem de prioridade.

1. Proceder à atualização da Estratégia, dada a sua relevância social, política e educativa

- Repensar o que é estratégico na ENED, explicitando efeitos a produzir e mudanças a alcançar. Estes devem estar refletidos nos objetivos estratégicos a definir.
- Tornar mais coerente a articulação entre objetivos, medidas e ações.
- Tornar mais coerentes os indicadores de concretização referidos no PA da ENED com os seus objetivos estratégicos (introdução de indicadores CREAM).

2. Equacionar o período de vigência da ENED e do seu plano de ação;

- Alargar o período de vigência da ENED, tendo em consideração que a sua dimensão estratégica, considerando o desiderato da transformação social, exige um trabalho a longo prazo.
- Elaborar planos de ação com vigências a médio prazo, que permitam: a) acomodar as lógicas de trabalho e de financiamento das diferentes entidades; b) intervenções enraizadas nos contextos e c) os ajustamentos que forem considerados necessários através de processos de monitorização e acompanhamento.

3. Ampliar a divulgação da, e conhecimento sobre, a ENED enquanto instrumento político de ED

- Promover uma maior disseminação/divulgação da ENED e das suas iniciativas, tanto através dos canais próprios das entidades, como num maior investimento nos meios de comunicação social.
- Aumentar a visibilidade da estratégia equacionando a criação um plano de comunicação com ações específicas.

4. Promover o aprofundamento do envolvimento de atores na implementação

- Alterar a lógica de envolvimento das ESPA, passando de uma perspectiva de reunião/adequação dos contributos das ESPA para a ENED para uma perspectiva centrada nos contributos que a ENED pode dar às entidades nela envolvidas, de modo que as entidades incorporem a ED nas suas missões e ações.
- Promover “projetos âncora”, isto é, construídos e desenvolvidos especificamente no âmbito da ENED, tendo em vista a produção de efeitos ou resultados tidos como desejáveis para a concretização da dimensão estratégica da ENED e que possam simultaneamente constituir “casos de estudo”, numa lógica de aprendizagem. Estes devem envolver a diversidade de tipologia de entidades promotoras.
- Promover a articulação entre a ENED e as diferentes estratégias nacionais e planos nacionais, promovendo uma efetiva inter-relação das políticas públicas e a transversalização da ED.
- Promover o maior envolvimento dos responsáveis institucionais das ESPA.

5. Aperfeiçoar o processo de monitorização e de acompanhamento

- Operacionalizar um grupo de reflexão sobre a monitorização e acompanhamento da ENED que permita a identificação de ajustamentos a realizar no decurso da sua implementação e a discussão sobre a natureza e a qualidade da implementação.
- Reforçar a participação ativa das ESPA, criando grupos de trabalho sobre aspetos específicos de acompanhamento da implementação da ENED, nomeadamente a adequabilidade à ED das iniciativas implementadas.

6. Adequar o sistema de reporte

- Simplificar o processo de reporte, reduzindo o tempo necessário para a sua realização e equacionando a pertinência de alguns dos indicadores, face à informação que permitem obter.
- Qualificar o sistema de reporte, introduzindo indicadores que permitam aferir características das iniciativas, da sua adequação à ED e do efeito potencial que podem promover.
- Recuperar a reflexão sobre o tipo de iniciativas a reportar, considerando a diversidade de entidades e de iniciativas que se podem configurar como ED.
- Reequacionar a tipologia daquilo que é reportado, considerando as vantagens e desvantagens do reporte por iniciativa e/ou por projeto.

7. Manter os processos participativos/colaborativos, aprofundá-los e ampliá-los

- Consolidar a construção de um “espírito da ENED”, através da ampliação dos processos participativos:
 - na construção da ENED;
 - na implementação de iniciativas;
 - nos processos de monitorização e acompanhamento.

8. Reforçar incentivos/financiamento à ENED e diversificar as fontes de financiamento

- Atribuir um orçamento à ENED que permita aumentar a existência de ações específicas no âmbito da estratégia, reforçando e ampliando os benefícios alcançados com o MAI.
- Manter e reforçar o financiamento dos processos de monitorização e acompanhamento.
- Diversificar as fontes de financiamento da ENED e de iniciativas que concorrem para a ENED.
- Aprofundar a articulação entre os objetivos estratégicos da ENED e os processos de candidatura à linha de cofinanciamento de ED para ONGD, sem comprometer a necessária autonomia destas entidades.

9. Manter o investimento nos aspetos concetuais de ED

- Não subsumir o aprofundamento concetual sobre a ED à existência de ações de capacitação formalizadas.
- Promover o aprofundamento concetual a partir de práticas, iniciativas e/ou projetos que envolvam entidades de natureza distinta.
- Manter a realização de iniciativas transversais, como as Jornadas e o Fórum.

10. Diversificar a implementação da ENED

- Considerar e/ou adaptar indicadores de natureza transversal, nomeadamente, no que diz respeito a:
 - participantes (diferentes grupos envolvidos, por exemplo adultos);
 - dimensão territorial/geográfica;
 - temáticas, âmbitos de ação e formas de intervenção.

1. Introdução e enquadramento

1.1. Finalidade, objeto e âmbito da avaliação

Na *Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2018-2022* (ENED) e seu *Plano de Ação* (PA) foi prevista a consolidação da implementação da ENED (objetivo 4) através de, entre outros, a implementação de uma cultura de avaliação (medida 4.3), no âmbito da qual se previram dois momentos de avaliação, o primeiro intermédio e interno, realizado durante o período de execução da estratégia, e o segundo a avaliação final e externa, da qual é objeto o presente relatório. A avaliação final externa, integrada na cultura de avaliação, tem por finalidade a prestação de contas sobre processo desenvolvido, equacionando aprendizagens e recomendações de futuro orientando-se pelos *Termos de Referência da Avaliação Final* (cf. anexo 1). À semelhança do processo de elaboração e de acompanhamento da ENED, este processo avaliativo teve um carácter participativo (cf. anexo 1).

O processo de avaliação teve como objeto e âmbito os cinco anos de implementação da ENED, os seus processos de desenvolvimento e acompanhamento, abarcando o período compreendido entre o início da execução da ENED e a data inicialmente prevista para o seu término, considerando todo o território nacional (cf. anexo 1).

1.2. Breve descrição do projeto de avaliação, da sua lógica e pressupostos

A proposta de avaliação e o dispositivo metodológico desenhado para a sua concretização teve em vista a resposta a quatro perguntas de avaliação, a saber:

1. Em que medida a execução da ENED 2018-2022 permitiu o cumprimento das Metas do Plano de Ação (PA)?
2. Como se concretizou o mecanismo de acompanhamento e monitorização da ENED 2018-2022?
3. Como foi implementada a ENED 2018-2022?
4. Como foram financiadas as iniciativas e ações da ENED 2018-2022?

Estas questões foram detalhadas em subquestões, num total de 14, que podem ser consultadas na Matriz de Avaliação (cf. apêndice 1).

A proposta da avaliação aprovada foi norteadada por alguns pressupostos que influenciaram diretamente as opções de recolha e análise de dados, e que importa aclarar. Primeiramente procurou-se considerar o conjunto de documentos produzidos no âmbito da

ENED. De igual forma, procurou-se considerar os principais atores envolvidos na execução das iniciativas reportadas no contexto da ENED, nomeadamente: i) os representantes das entidades subscritoras do plano de ação da ENED (ESPA); ii) os representantes das entidades que compõem a comissão de acompanhamento da ENED (CA) e iii) a equipa responsável pela monitorização e acompanhamento¹. Para além destes, foi ainda considerado, a pedido do mesmo, o grupo de trabalho de educação para o desenvolvimento e a cidadania global (GTED) da plataforma portuguesa das organizações não governamentais para o desenvolvimento (PPONGD).

Um segundo pressuposto prende-se com o entendimento de que todo o processo de avaliação supõe a atribuição de valor(es), tanto por parte de interlocutores quanto de avaliadores, a partir de uma relação construída entre um referente (modelo ideal) e um referido (informações sobre o real), relação que se produz iterativamente (processo de referencialização) e se estabiliza provisoriamente na produção dos juízos de valor que são emitidos. Esta perspetiva traz para o centro da avaliação a imprescindível análise dos processos de produção de sentido e de valor que os atores envolvidos no desempenho de diferentes papéis atribuem à ação que desenvolvem e que vivenciam. Em consequência, procurou-se valorizar as vozes dos vários atores e atender a todos os aspetos por eles referidos, independentemente da maior ou menor frequência com que foram mencionados no cômputo global das observações e recomendações recolhidas.

1.3. Descrição das fases do processo de avaliação

Globalmente, o processo de avaliação foi composto **por cinco fases**.

Um **primeiro** momento contemplou a apresentação da proposta e do cronograma de trabalho junto da CA e das ESPA. Uma **segunda** fase consistiu na composição do acervo de documentação-chave para a compreensão da execução da ENED 2018-2022. Um **terceiro** momento, paralelo ao anterior, foi dedicado à análise da documentação previamente reunida, processo que permitiu aprofundar o conhecimento acerca da ENED e suscitar questões de interesse a aferir na recolha de dados. Uma **quarta** fase foi dedicada à recolha de dados. Esta fase contemplou a criação dos instrumentos de recolha de dados previstos no dispositivo metodológico previamente apresentado, o estabelecimento de contactos com os interlocutores e a recolha de dados propriamente dita. Para além da realização de um inquérito por

¹ Constituída pelo Secretariado, equipa de apoio ao planeamento, acompanhamento e avaliação da ENED, através de contrato entre o Camões, I.P. e o CEAUP – Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.

questionário e de entrevistas individuais e coletivas, esta fase contemplou, ainda, a apresentação e discussão de dados preliminares da avaliação, num seminário presencial decorrido em 17 de abril de 2023.

Uma **quinta** e última fase foi dedicada à análise global do conjunto de informação produzido nas fases 3 e 4, e à redação do presente relatório final de avaliação, que foi objeto de apreciação e discussão com entidades subscritoras e promotoras.

1.4. Limitações da conceção da avaliação identificadas *à posteriori*

Avaliar uma medida de longa duração comportou desafios que se refletiram diretamente na evolução do processo e nas opções tomadas.

- Tempo disponível para a avaliação: cerca de 6 meses para proceder à avaliação de uma Estratégia que teve um período de execução de 5 anos;
- Atrasos nos processos de contratação e adiantamento nos processos de entrega do relatório final;
- Acervo documental particularmente extenso ainda que, nalguns casos, insuficiente (designadamente para avaliar as questões relativas ao financiamento);
- Administração de Inquérito a entidades promotoras:
 - Instabilidade da plataforma Limesurvey;
 - Dificuldades no que diz respeito à obtenção de um número de respostas significativas ao inquérito em tempo útil;
- Realização de entrevistas a atores-chave:
 - Dificuldade de agendamento;
 - Multiplicação do número de entrevistas (p. exemplo, não foi possível realizar a entrevista a todas as entidades da CA ao mesmo tempo; a entrevista ao GTED não estava prevista);
 - Baixo número de ESPA a participar, ainda que nalguns casos tivessem antecipadamente confirmado a presença.

1.5 Organização do relatório

O presente Relatório Final foi organizado seguindo as “Linhas Orientadoras” disponibilizadas pelo Camões, I.P. em avaliação anterior.

Após esta Introdução e Enquadramento segue-se a apresentação da Abordagem Estratégica e Metodológica, que descreve o modelo subjacente à avaliação, bem como as técnicas de recolha e análise de dados que foram utilizadas. No capítulo seguinte apresentam-se os Resultados e Constatações da Avaliação, organizados por questões e subquestões de avaliação constantes na Matriz (cf. apêndice 1). A resposta a cada uma das subquestões ancora-se nos dados qualitativos e quantitativos recolhidos, e na análise e (meta)análise produzida a relatórios e documentos estruturantes da ENED 2018-2022. Por limitações relativas à extensão máxima que este Relatório deve ter, a fundamentação de constatações e resultados obtidos assente em discursos produzidos é, na maioria das vezes, remetida para os respetivos anexos, devidamente identificados, optando-se, sempre que pertinente, por identificar no corpo do texto as fontes de informação de onde provêm, através de um código que, no caso das entrevistas, permite garantir o anonimato.

No capítulo 4 são apresentadas Constatações e Recomendações da avaliação. As Constatações, organizadas por pergunta de avaliação, são enumeradas de forma a dar evidência aos aspetos significativos que resultam desta avaliação. De seguida apresentam-se as Recomendações que, decorrendo das Constatações e da avaliação global, enunciam as ações que a equipa de avaliação considera que podem ser implementadas numa lógica de melhoria da Estratégia em avaliação.

Após a apresentação da bibliografia mobilizada e consultada, são apresentados os anexos que, para além dos Termos de Referência (cf. anexo 1) desta avaliação e da Matriz de Avaliação negociada (cf. apêndice 1), contêm os instrumentos de recolha de dados construídos e utilizados e as análises de dados realizadas. Como já referido, ao longo do Relatório de Avaliação, nomeadamente nos Resultados e Constatações da Avaliação, o leitor é remetido para os anexos e apêndices onde pode encontrar as fontes que fundamentam essas mesmas constatações. Esta opção foi tomada pelas limitações de espaço deste Relatório que não permitem a mobilização total das fontes e dados, nomeadamente, pela extensão destes últimos. Os apêndices deste Relatório são, assim, parte integrante deste e são de natureza diversa: dados produzidos e sistematizados pela equipa de avaliação a partir de fontes diversas; e dados produzidos a partir de discursos de atores auscultados. Não obstante serem parte integrante deste Relatório, a sua consulta por entidades externas ao processo de conceção, implementação/desenvolvimento, acompanhamento e gestão da ENED, só poderá ser feita após obtenção de autorização da equipa de avaliação. Esta contingência ancora-se na necessidade de respeitar a relação de confiança estabelecida entre os atores auscultados e os responsáveis pelo processo de avaliação, bem como de salvaguardar os direitos de autoria da equipa de avaliação.

2. Abordagem e estratégia metodológica

O dispositivo metodológico foi concebido atendendo aos Termos de Referência para a Avaliação Final da ENED e a uma abordagem da avaliação que busca compatibilizar uma finalidade de prestação de contas com uma finalidade de produção de sentido. Desta forma, procurou-se potenciar os efeitos formativos da avaliação através da auscultação e envolvimento de vários atores e de diferentes perspetivas em presença, num processo de reflexão sobre os sentidos da ação que está a ser avaliada e sobre as formas pelas quais a mesma pode ser melhorada. Na medida em que o seu objeto é uma política pública, a abordagem avaliativa considerou também a necessidade de dar conta de modos de concretização e resultados obtidos, numa lógica de transparência e escrutínio público.

A avaliação desenvolvida ancorou-se numa metodologia mista, combinando métodos quantitativos e qualitativos (Creswell, 2012; Tashakkori & Teddlie, 1998). Numa perspetiva de avaliação empoderante e participatória foram envolvidos na avaliação a maior diversidade possível de atores e organizações de forma a incluir essa diversidade no desenho dos princípios orientadores da possível atualização da ENED. Considerando a preocupação com a sua validade ecológica e catalítica, a avaliação teve em consideração tanto o processo de implementação quanto os efeitos e os sentidos que diversos atores envolvidos atribuem à ENED.

Assim, assumiu-se uma visão da avaliação como um dispositivo que ajuda a encontrar “uma explicação para os resultados da [própria] avaliação, não apenas uma afirmação sobre os efeitos que foram encontrados” (Lipsey & Cordray, 2000, p. 358), numa lógica de capacitação para a melhoria.

2.1. Métodos e técnicas de recolha e análise de dados

A combinação de métodos qualitativos e quantitativos implicou procedimentos de recolha de dados de natureza diferente através de instrumentos múltiplos.

No que respeita às fontes documentais foi identificado e compilado um conjunto de documentos estruturantes considerando os objetivos e questões de avaliação, que permitiu contextualizar e apreender o processo de construção e desenvolvimento da ENED:

- Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2018-2022;
- Plano de Ação da ENED;
- Notas Explicativas;
- Glossário;

- Protocolo de colaboração para a subscrição do PA da ENED 2018-2022;
- Relatórios de Acompanhamento 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022;
- Bases de dados de reporte dos 5 anos (2018, 2019, 2020, 2021 e 2022);
- Relatório de Avaliação Intermédia (2020);
- Documentos relativos às reuniões de ESPA (Ordens de trabalhos, Atas, PowerPoint e outros documentos);
- Termos de Referência do Relatório de Acompanhamento da ENED;
- Documentos relativos às Jornadas de ED (Programas, Relatórios e Relatório de Avaliação);
- Iniciativas divulgadas na Página Web.

Foram ainda considerados outros documentos complementares, publicamente disponíveis, e dados enviados pelas entidades pertencentes à CA.

Relativamente à auscultação de atores envolvidos na conceção e desenvolvimento/implementação da ENED, foi construído e administrado um inquérito por questionário às entidades promotoras. Este instrumento foi disponibilizado online a um universo de 65 entidades com o propósito de “conhecer melhor as entidades promotoras que reportaram as suas atividades de Educação para o Desenvolvimento (ED) entre 2018 e 2023 e compreender que balanço fazem desta Estratégia e eventuais recomendações para o futuro” (cf. apêndices 2.1). No sentido de complementar as informações recolhidas através do inquérito por questionário foram realizadas entrevistas de grupo e individuais. Na totalidade foram realizadas 7 entrevistas, abrangendo atores com papéis diversos no contexto da conceção, implementação e acompanhamento da ENED 2018-2022:

Entrevista individual	E3	1 representante, 1 entidade
	E4	2 representantes, 1 entidades
Entrevistas coletivas	E5	3 representantes, 2 entidades
	E6	2 representantes, 1 entidade
	E1	4 representantes, 4 entidades
	E2	2 representantes, 2 entidades
	E7	8 representantes, 8 entidades

Quadro 1 – Entrevistas realizadas e seus interlocutores (Fonte: elaboração própria; Fonte de dados: equipa de avaliação da ENED 2018-2022)

Salienta-se que, no que diz respeito às entrevistas, tornou-se necessário proceder a ajustes, nomeadamente, dividir os membros da CA por diferentes grupos, e desenvolver uma

entrevista que não estava inicialmente prevista com o GTED (a pedido da PPONGD). Estes dois factos multiplicou o número de entrevistas previstas na proposta de avaliação aprovada.

As entrevistas foram registadas em áudio e posteriormente transcritas na íntegra, tendo-se igualmente obtido autorização por parte dos atores para a sua mobilização no processo de avaliação, mas garantido o seu anonimato. Para esse efeito, na grelha de análise disponível como apêndice (cf. apêndice 5) foram eliminados todos os elementos discursivos passíveis de identificar os interlocutores.

A informação recolhida através destes processos foi objeto de procedimentos de análise diferenciados. No que respeita ao acervo de documentos reunido foi realizada uma (meta)análise documental (cf. apêndice 4) e relativamente às entrevistas procedeu-se à sua análise de conteúdo categorial temática (cf. apêndice 5). Os dados recolhidos através do inquérito por questionário foram sujeitos a análise estatística e as questões de resposta aberta sujeitas a análise temática (cf. apêndice 2.3). Os documentos que resultaram destas diferentes análises são parte integrante dos apêndices, designadamente sob a forma de tabelas e quadros e de um relatório específico ao inquérito por questionário.

Do dispositivo metodológico previsto fazia ainda parte a realização de um seminário de apresentação e discussão de resultados junto da CA e restantes entidades subscritoras do Plano de Ação da ENED. Este Seminário incidiu na discussão de resultados preliminares da avaliação e contou com 20 participantes em representação de organizações promotoras e com os responsáveis pelo processo de acompanhamento da ENED. A metodologia de dinamização do Seminário permitiu recolher impressões sobre o curso do processo de avaliação e contributos para o Relatório Final (cf. apêndice 6).

A triangulação inerente à validade e fiabilidade da avaliação assegurou-se através de procedimentos metodológicos que garantiram a produção de dados de diferentes tipos (fontes diversas, tipos de dados distintos entre si e perspetivas diferentes sobre o fenómeno). Ao nível da análise e da interpretação, a triangulação implicou procedimentos de análise cruzada e discussão dos dados entre os membros da equipa de avaliação. Como estratégia de prevenção de enviesamentos analíticos/interpretativos nas respostas às questões e subquestões de avaliação foram utilizados e confrontados, sempre que possível, dados de natureza diferente (qualitativos e quantitativos) e de fontes diversas, assegurando a inclusão de perspetivas convergentes, mas também divergentes. Uma segunda estratégia de prevenção de enviesamentos analíticos/interpretativos corresponde ao processo de devolução e discussão do relatório final com as entidades promotoras.

2.2. Limitações do processo de avaliação

Para além do referido na introdução do relatório, no que concerne às limitações encontradas no desenvolvimento dos procedimentos metodológicos, e às formas encontradas para as superar, há a considerar:

i) a realização de entrevistas de grupo pode ter como limitação a livre expressão de sentidos individuais. No entanto, no parecer da equipa de avaliação, o confronto de perspetivas e o desenvolvimento de argumentos utilizados nestas situações consubstanciou-se numa mais-valia, considerando o esforço de explicitação mais detalhado e os momentos de interpelação mútua que tornaram os dados recolhidos mais ricos;

ii) a taxa de resposta ao inquérito por questionário, no período inicialmente definido para o seu preenchimento, implicou o prolongamento do prazo por três vezes, resultando numa devolução de 45,2% dos questionários;

iii) a identificação incorreta da natureza da entidade por parte de respondentes ao questionário conduziu à impossibilidade de analisar alguns dos dados recolhidos por tipo de entidade.

iv) a ocorrência de dificuldades no estabelecimento de contactos com alguns atores que se havia previsto entrevistar (agendamento, disponibilidade de datas, por exemplo). Na tentativa de mitigar estas situações, a equipa de avaliação alargou o período definido para a recolha de dados.

3. Resultados e constatações da avaliação

1. Em que medida a execução da ENED 2018-2022 permitiu o cumprimento das Metas do Plano de Ação (PA)?

1.1. Qual o grau de cumprimento das metas, por ano e no conjunto do período de execução (conforme consta do PA)?

A aferição das metas constitui um processo importante no contexto da avaliação de políticas públicas, em que a prestação de contas, a responsabilização e o escrutínio público são hoje princípios reconhecidos como imprescindíveis. A ENED enquanto política pública procedeu à definição de metas, tendencialmente em termos de número de iniciativas executadas. E os relatórios de acompanhamento foram dando conta anualmente do grau de execução destas metas. Nesta questão faremos, num primeiro momento, uma análise quantitativa que procura estabelecer uma relação entre as metas definidas no Plano de Ação (PA) e as iniciativas reportadas, na globalidade do período de execução. Num segundo momento, numa lógica mais qualitativa daremos conta das perspetivas e perceções dos diferentes atores da ENED acerca das metas do PA e sua formulação.

No que diz respeito à análise do grau de cumprimento das metas, optou-se por considerar a globalidade do período de execução dado que, para a maioria das metas, foram encontradas tendências anuais e globais semelhantes, para além de que, uma análise anual foi desenvolvida nos relatórios de acompanhamento. Esta análise foi elaborada tendo em consideração os dados constantes nos diferentes relatórios de acompanhamento, ao longo dos 5 anos, e consubstanciada pela análise das bases de dados de reporte. No apêndice 4.1 encontram-se os quadros que demonstram as execuções que são apresentadas abaixo.

No **objetivo 1**, reforçar a capacidade de intervenção em matéria de ED, foram largamente atingidas 12 das 15 metas (80%), sendo que cada uma dessas metas alcançou taxas de execução globais superiores a 114%, 7 dessas metas, ou seja, quase metade das metas definidas no PA, alcançaram taxas de execução superiores a 200%. Destacam-se, pela sua larga superação das metas estabelecidas, as 3 ações² da medida 1.3 – Produção de conteúdos e recursos: ação 1.3.1 – produção de recursos educativos e conteúdos sobre ED; ação 1.3.2 – produção de conteúdos científicos sobre ED e ação 1.3.3 – disseminação de conteúdos e

² Ao longo do relatório será usado o termo “ações” para nos referirmos às ações identificadas no PA. O termo “iniciativas” será usado para nos referirmos ao conjunto de atividades de natureza diversa que são reportadas pelas entidades promotoras.

recursos produzidos no âmbito desta medida – a maioria das taxas de execução globais destas ações é superior a 300%. Há uma exceção a estas taxas de execução muito elevadas: o indicador “outros conteúdos científicos/ bibliografia cinzenta” da ação 1.3.2, cuja taxa de execução global é, ainda assim, muito alta: 93%. Por outro lado, 2 metas apresentam um défice significativo: a ação 1.2.1 – capacitação das ESPA, com uma taxa de execução global de 50% (as taxas de execução foram decrescendo gradualmente ao longo dos anos) e a ação 1.1.4 – formação contínua de educadores e formadores em matéria de ED, com uma taxa de execução global de apenas 28% (cf. apêndice 4.1).

Para o **objetivo 2**, alargar o alcance e a qualidade da intervenção em ED, foram definidos 14 indicadores, cada um dos quais com uma meta anual associada. Analisando o cumprimento global das metas no conjunto do período de execução, isto é, a soma das ações executadas em cada ano da vigência da ENED 2018-2022, verificamos que foram atingidas 9 das 14 metas (64,3%). Dessas 9, 6 alcançaram taxas de execução globais superiores a 200%: A ação 2.3.2 – iniciativas de diálogo sobre ED com membros nacionais dos órgãos políticos europeus – taxa de execução global de 1000%; A ação 2.2.2 – ações de sensibilização por outras organizações – taxa de execução global de 856%; A ação 2.1.1 – projetos e outras iniciativas de integração da ED nos estabelecimentos de ensino e formação – taxa de execução global de 464%; A ação 2.2.1 – ações de sensibilização por organizações de cúpula – taxa de execução global de 344%; E ambas as ações da medida 2.5 – participação internacional – taxas de execução globais superiores a 220%. Por outro lado, e tal como já referido, 5 das 14 metas definidas para o objetivo 2 não foram alcançadas. Devem destacar-se, com um défice significativo: a ação 2.2.3 – elaboração de um levantamento de práticas significativas e respetiva partilha, que não foi realizada; As duas ações da medida 2.4 – envolvimento dos meios de comunicação social, cujas taxas de execução globais não excedem os 62%. Numa lógica de análise da evolução do alcance dessas metas ao longo dos anos, identificam-se aqui duas tendências distintas: na ação 2.4.1 – ações de ED com profissionais de meios de comunicação social houve uma recuperação no ano de 2022 (taxa de execução de 150%); na ação 2.4.2 – publicação de conteúdos sobre ED em meios de comunicação social houve um decréscimo gradual das taxas de execução e do número de iniciativas reportadas ao longo dos anos (cf. apêndice 4.1).

Para o **objetivo 3**, afirmar a importância e promover a transversalização da ED, foram definidos 12 indicadores, cada um dos quais com uma meta anual associada. Analisando o conjunto do período de execução, observamos que foram atingidas as metas relativas a 50% das ações. Salientam-se alguns aspetos: a) relativamente à ação 3.4.1 – mobilização pelas ESPA e

respetivas associadas de recursos afetos expressamente à ED³: as metas definidas para cada um dos indicadores relativos a esta ação foram plenamente atingidas em cada um dos anos de execução⁴, com a maioria a alcançar valores superiores a 125%. Destaca-se o indicador “número de projetos, programas e outras ações financiados por instrumentos afetos expressamente à ED”, cuja taxa de execução média é de 291%; b) ambas as ações da medida 3.3. – articulação internacional na tomada de decisões – taxas de execução globais que alcançam os 119%; c) a ação 3.2.2 – inclusão do tema da ED em reuniões e documentos de estruturas de iniciativa governamental para a concertação entre atores no domínio da cooperação e noutros processos de concertação relevantes, designadamente no quadro da Agenda 2030 – taxa de execução global de 100% (cf. apêndice 4.1).

Por outro lado, metade das ações ficam aquém do esperado, sendo a que mais sobressai a ação 3.2.1 – realização de reuniões com a presença de atores políticos e quadros diretivos das ESPA, cuja taxa de execução global foi apenas de 50%. Houve, no entanto, um esforço de recuperação em 2022, ano em que se realizaram todas as iniciativas previstas. É ainda de salientar que nenhuma das duas ações da medida 3.1 – reconhecimento formal da ED atingiu as metas definidas (cf. apêndice 4.1).

Para o **objetivo 4**, consolidar a implementação da ENED, foram definidos 15 indicadores. Analisando o conjunto do período de execução, observamos que foram atingidas as metas relativas a 69% das ações. Salientam-se as seguintes metas pelo seu cumprimento: a) 3 das 4 ações da medida 4.1 – modelo institucional da ENED: ação 4.1.1 – realização de sessões de trabalho colaborativo da CA (taxa de execução global de 128%); 4.1.3 – institucionalização de um Secretariado que apoie a CA e o grupo das ESPA; e 4.1.4 – apresentação de informação síntese relevante sobre a execução da ENED em reuniões da CA, do grupo de ESPA, de estruturas de iniciativa governamental para a concertação entre atores no domínio da cooperação e noutros processos de concertação relevantes, designadamente no quadro da Agenda 2030 (a informação foi apresentada apenas às ESPA); b) todas as ações que dizem respeito à produção de relatórios de acompanhamento da execução da ENED (monitorização) e à realização de momentos de avaliação (intermédia e final); c) a criação de uma plataforma eletrónica de

³ Os dados relativos a esta ação devem, contudo, ser lidos com cautela, uma vez que, e de acordo com informação constante dos relatórios de acompanhamento, uma das explicações para os resultados poder “estar relacionada com o aumento do número de entidades e respetivas associadas que reportaram ações e, portanto, consideradas com recursos afetos expressamente à ED.” (Relatório de Acompanhamento 2021, p.21)

⁴ A natureza desta ação e dos seus indicadores determina que não faz sentido calcular taxas de execução globais.

recolha e partilha de informação sobre a implementação da ENED; d) a ação 4.2.3 – realização de sessões de trabalho colaborativo, nomeadamente de formação, para as ESPA, respetivas associadas e parceiras sobre implementação e reporte da implementação da ENED: foram realizadas 5 sessões (estavam previstas 3), a maioria (3) destinadas a ESPA e à sua capacitação para a participação no reporte e no MAI. A ação 4.1.2 – realização de sessões de trabalho colaborativo do grupo das ESPA, cuja taxa de execução global atingiu 84%. (cf. apêndice 4.1).

Em sentido inverso, há 3 ações que não foram implementadas, a saber: a) a ação 4.2.4 – realização de revisão pelos pares do GENE: de acordo com a informação constante do relatório de acompanhamento de 2022, considerou-se “não estarem reunidas as condições para tal” (p.24); b) a ação 4.2.5 – promoção da inclusão da ENED no relatório do CAD-OCDE sobre a política portuguesa de apoio ao desenvolvimento⁵; e c) a ação 4.3.4 – criação de um grupo de reflexão sobre monitorização e avaliação de ED: de acordo com a informação constante dos relatórios de acompanhamento, nas atas das reuniões de ESPA (cf. apêndice 4.2) e nas entrevistas (Cf. E6, apêndice 5), este grupo foi criado, mas não chegou a entrar em funcionamento.

Numa perspetiva comparativa, ao longo dos anos, do nível de cobertura dos objetivos, destacam-se duas tendências: no caso do objetivo 1, um consistente aumento⁶ da cobertura dos compromissos estabelecidos; no caso do objetivo 4, uma consistente diminuição da cobertura dos compromissos estabelecidos, que em 2022 ficou abaixo do previsto.

Um último aspeto a salientar, diz respeito à pandemia de Covid 19, e ao facto de esta não ter tido efeitos negativos na implementação da ENED (se se considerar apenas as taxas de execução), por oposição a um conjunto muito alargado e sobejamente conhecido de consequências da mesma no campo educativo. Uma análise mais pormenorizada das taxas de execução é apresentada no apêndice 4.1.

1.2. Qual o contributo das entidades intervenientes, identificadas no PA, na concretização das metas?

O Plano de Ação da ENED 2018-2022, por comparação com a edição anterior (ENED 2010-2016) desta política, tem como novidade a definição de entidades intervenientes para

⁵ Apesar de não ter sido reportado, o relatório do CAD-OCDE de 2022 faz referência à ENED, destacando-a enquanto modelo de trabalho colaborativo entre Estado e organizações da sociedade civil.

⁶ A única exceção para estas duas tendências distintas é o período 2018-2019.

cada uma das ações e, por consequência, implicadas na execução das metas. Nesta pergunta de avaliação procuraremos identificar o contributo das entidades intervenientes, a partir da análise dos relatórios de acompanhamento, das bases de dados de reporte, das entrevistas e dos contributos do Seminário realizado com as ESPA.

Um primeiro aspeto a ter em consideração nesta questão diz respeito ao número de entidades que são contactadas e/ou reportam iniciativas⁷ no âmbito da ENED. No anexo 1 dos relatórios de acompanhamento são apresentados quadros com as entidades que foram contactadas, no âmbito do reporte de iniciativas em cada ano de execução e por tipologia de entidade. A análise destes quadros, permite compreender que, anualmente, são contactadas 16 ESPA, 35 ONGD e 13/14⁸ ESE. No entanto, apesar dos esforços desenvolvidos pela equipa do Secretariado, nem todas reportam em todos os anos, como visível no quadro 2.

Entidades que reportaram iniciativas	2018	2019	2020	2021	2022
ESPA incluindo a CA (16)	9	15	15	16	16
ONGD associadas da PPONGD (35)	15	16	19	17	16
ESE associadas da ARIPESE (13/14)	5	7	10	8	8
Total	29	38	44	41	40

Quadro 2 – Entidades que reportam iniciativas por ano de execução (Fonte: elaboração própria; Fonte de dados: relatórios de acompanhamento da ENED, 2018 a 2022)

O ano em que há mais entidades a reportar iniciativas é o de 2020, seguindo-se 2021, que, sendo anos que se encontram a meio do período de execução desta ENED, coincidem também com anos em que decorreram largos períodos de confinamento e restrições à ação educativa devido à pandemia de Covid-19. As entidades a reportar iniciativas por ano variam, no entanto, é perceptível que todas as ESPA reportam iniciativas em 2021 e em 2022. No caso das ESE, foi possível identificar 3 que, durante o período de execução, nunca reportaram iniciativas. Da mesma forma, das 35 ONGD, 14 nunca reportaram iniciativas.

Os relatórios de acompanhamento apresentam também dados relativos ao número de iniciativas que são reportadas, tendo em consideração a sua inserção ou não em projetos de ED ou outros, por tipologia de entidade. Para compreender o contributo das entidades

⁷ Ao longo do relatório será usado o termo “ações” para nos referirmos às ações identificadas no PA. O termo “iniciativas” será usado para nos referirmos ao conjunto de atividades de natureza diversa que são reportadas pelas entidades promotoras.

⁸ O Instituto Politécnico da Guarda integrou a ARIPESE em 2022, ano para o qual foi convocada a reportar pela primeira vez para a ENED 2018-2022.

intervenientes começou-se por somar o número total de iniciativas reportadas por objetivo e tipologia de entidade, ao longo do período de execução, cujos resultados são apresentados no quadro 3. Optou-se por contemplar, nesta análise, os objetivos 1 a 3, dado que, no objetivo 4, apenas a CA e outras ESPA têm compromissos enquanto entidades intervenientes no PA.

		ESPA	Associadas da ARIPESE	Associadas da PPONGD	TOTAL
Objetivo 1	n	357	410	1039	1806
	%	19,77 %	22,70 %	57,53 %	100,00 %
Objetivo 2	n	349	457	2753	3559
	%	9,81 %	12,84 %	77,35 %	100,00 %
Objetivo 3	n	768	11	75	854
	%	89,93 %	1,29 %	8,78 %	100,00 %

Quadro 3 – Número de iniciativas reportadas por objetivo e tipologia de entidade (Fonte: elaboração própria; Fonte de dados: relatórios de acompanhamento da ENED, de 2018 a 2022)

A análise do quadro permite compreender que, no caso dos objetivos 1 e 2, são as associadas da PPONGD, ou seja, as ONGD, quem mais contribui, sendo que, para o objetivo 2 este contributo excede os $\frac{3}{4}$ das iniciativas. No caso do objetivo 3, são as ESPA quem mais contribui, o que se justifica, tendo em consideração que na maioria dos indicadores as entidades intervenientes designadas no PA são a CA ou as entidades que a compõem.

O envolvimento dos diferentes tipos de entidades com a execução dos objetivos da ENED foi analisado também a partir do inquérito por questionário. Aos respondentes foi solicitado que se posicionassem numa escala de 1 a 7, acerca do contributo das suas entidades para o cumprimento de cada um dos 4 objetivos da ENED. Os resultados obtidos revelam que os respondentes percecionam que as suas entidades contribuem positivamente para a concretização de todos os objetivos da ENED 2018-2022 (Objetivo 1, M=5,86 DP=1,329; Objetivo 2, M=5,55 DP=1,261; Objetivo 3, M=5,32 DP=1,565; Objetivo 4, M=5,42 DP=1,332)⁹. A análise desagregada por tipo de entidade revela que não há diferenças estatisticamente significativas. Não obstante, as ESPA tendem a considerar ter um maior envolvimento na maioria dos objetivos, apresentando médias ligeiramente mais elevadas, o que é apreciável de forma mais explícita nos objetivos 1 e 4 (cf. apêndice 2.2, tabela 22). No que diz respeito às ESE e ONGD é pertinente analisar os seus posicionamentos no que diz respeito ao objetivo 4; em ambos os

⁹ M: média; DP: Desvio padrão.

casos, as médias são superiores ao ponto médio da escala (ESE M=5,29 DP=0,756, ONGD M=4,90 DP=1,663), indicando que os respondentes consideram que as suas entidades desenvolvem atividades que contribuem para a execução deste objetivo. No entanto, no PA constam como intervenientes neste objetivo apenas a CA e outras ESPA, e, no reporte, não há iniciativas destes tipos de entidades (ESE e ONGD) (cf. apêndice 2.2, tabela 22).

A análise comparativa do PA e das iniciativas reportadas, no que diz respeito aos intervenientes em cada ação, levanta duas reflexões:

a) Há diferentes formulações para as entidades intervenientes, nomeadamente para o envolvimento das organizações de cúpula, não sendo claro o referencial subjacente a esta definição. A saber, aparece a PPONGD de forma isolada e “PPONGD e associadas”, aparece ARIPESE de forma isolada e aparece “ARIPESE e associadas” e “ESE associadas da ARIPESE” e nalguns momentos aparece a CA e noutros todas as entidades que a compõem “Camões, I.P. / CIDAC / DGE / PPONGD”;

b) Verificou-se que, num elevado número de iniciativas (reportadas para cada ação) não há uma justaposição entre as entidades inscritas no PA para executar iniciativas e as que efetivamente as executam (exemplo: ações de formação contínua de professores). De facto, há ações em que as entidades identificadas como intervenientes no PA não reportam nenhuma iniciativa ao longo do período de execução. De modo inverso, também há ações em que as entidades que reportam não tinham sido identificadas no PA como intervenientes (cf. apêndice 4.3).

Esta análise permite salientar dois aspetos: por um lado, não é claro o grau de compromisso que esta identificação supunha; por outro lado, demonstra flexibilidade e adaptabilidade das entidades face àquilo que eram os compromissos, do ponto de vista das ações previstas no plano de ação. De facto, nalguns casos, se o cumprimento das metas dependesse exclusivamente das entidades inscritas no PA como intervenientes, não teriam sido cumpridas (exemplo: ação 1.1.2 – apêndice 4.3). Salienta-se o forte contributo das ONGD, particularmente nas ações dos objetivos 1 e 2, estando ou não inscritas enquanto intervenientes no PA, sendo o seu contributo fundamental para o cumprimento e excedente das metas.

Um outro aspeto sobre o qual importa refletir, no que diz respeito à identificação das entidades intervenientes no PA para a execução das ações, refere-se à forma como estes compromissos foram assumidos. Os dados das entrevistas revelam que as entidades (particularmente as ESPA), numa fase de elaboração da ENED 2018-2022, considerando o descritivo dos diferentes objetivos, medidas e ações, assumiram a sua intervenção numa lógica

de associação àquilo que é a sua ação regular independentemente da ENED. Noutros casos, o processo desenvolveu-se no sentido inverso, a partir da constatação de que aquilo que as suas entidades já desenvolviam poderia configurar iniciativas no âmbito da ENED (cf. apêndice 5, E1, E2, E5, E6, E7). As metas definidas no PA constituíram-se, de alguma forma, como um somatório de ações que as entidades previam à partida, muitas vezes não promovidas especificamente para a ENED, mas concorrendo para ela (cf. apêndice 5, E1, E2; apêndice 6).

Em síntese, o Plano de Ação, no que diz respeito à intervenção das diferentes entidades na concretização das ações, parece ter sido um plano de intenções cauteloso, que foi desenvolvido numa fase inicial do processo de implementação, durante a qual nem todas as entidades compreendiam, por um lado, o “espírito da ENED”¹⁰, isto é, os modos de trabalho na ENED e em ED, por outro lado, não era seguro que houvesse uma compreensão partilhada do sentido atribuído a cada uma das ações definidas no PA. Adicionalmente, na fase inicial de assunção de compromissos com a execução da política educativa, a maioria das entidades não sabia qual o montante do financiamento/orçamento que obteriam ao longo do período para a implementação das iniciativas. Numa lógica de não planear mais do que o possível, muitas entidades assumiram posições cautelosas, noutros casos, assumiram posições a partir daquilo que são as suas missões próprias, mas nem sempre conseguindo contribuir tanto quanto planearam (cf. apêndice 5, E1, E2, E7).

1.3. Que fatores são percebidos pelas entidades intervenientes, identificadas no PA, como facilitadores ou obstaculizadores do cumprimento das metas?

Na subpergunta 1.1 demos conta das elevadas taxas de cumprimento das metas constantes nas ações da ENED 2018-2022, na subpergunta 1.2, abordamos o contributo dos diferentes intervenientes para a concretização destas metas. Nesta questão, a partir dos dados já apresentados faremos algumas reflexões acerca dos fatores que facilitaram e que obstaculizaram o cumprimento das mesmas. Tendo em consideração as elevadas taxas de execução poder-se-ia pensar apenas em fatores que facilitaram este processo, no entanto, a análise dos dados recolhidos através das diferentes fontes demonstra que há fatores que contribuíram negativamente, bem como fatores que podem constituir-se como tensões no que diz respeito ao cumprimento destas metas. Assim, elencaremos primeiro os fatores facilitadores, de seguida alguns obstáculos, terminando com uma reflexão sobre fatores que se

¹⁰ Há quatro ESPA que integraram o grupo de trabalho apenas nesta ENED.

constituem como tensões, isto é, fatores que, simultaneamente, podem funcionar como facilitadores e obstaculizadores.

Fatores Facilitadores:

1. A existência na ENED 2018-2022 de um plano de ação, com metas, indicadores e intervenientes definidos

A existência no âmbito da ENED de um plano de ação com um conjunto de objetivos, medidas e ações associadas a indicadores de execução e intervenientes na implementação permitiu que as diferentes entidades pudessem compreender e situar o seu contributo no âmbito desta política educativa. Este instrumento permitiu que as diferentes entidades pudessem equacionar dentro da sua ação regular as iniciativas que se adequavam às diferentes ações no PA contribuindo, assim, para as altas taxas de execução.

2. A arquitetura da monitorização e acompanhamento

O processo de monitorização e acompanhamento, que incluía a existência de uma comissão de acompanhamento, de uma equipa de monitorização e acompanhamento/secretariado, de uma plataforma de reporte, bem como de relatórios de acompanhamento anuais e momentos de avaliação externa (intermédia e final), cumprindo funções diversas e complementares, constituíram-se como um apoio no ajustamento entre as ações constantes no PA e as iniciativas das diferentes entidades, o que teve influência na mobilização para o reporte e, portanto, no número de iniciativas reportadas. Simultaneamente, permitiu também aferir taxas de execução e equacionar possíveis ajustes.

3. A existência do MAI

O MAI possibilitou a existência de um financiamento específico da ENED para a implementação de iniciativas de ED pelas ESPA, constituindo-se como o primeiro mecanismo financeiro desta natureza para a execução desta política. O MAI teve objetivos diversos, nomeadamente, responder às recomendações da avaliação intermédia, estimular a promoção de iniciativas que contribuíssem para o alcance de algumas metas, uma maior integração da ED nas atividades das ESPA, bem como promover o trabalho em parceria. Este último constituiu uma motivação extra para as diferentes ESPA no seu envolvimento com a ENED e, por consequência, com a implementação de iniciativas (cf. apêndice 5, E1, E2, E3, E4, E5, E6).

4. A existência da linha pública de financiamento a projetos de ED para as ONGD

A existência de uma linha pública de financiamento dedicada às ONGD, que implica uma associação entre atividades propostas e as medidas e ações da ENED, constitui claramente um contributo para a execução, o que justifica o elevado envolvimento deste tipo de entidade, particularmente nos objetivos 1 e 2. De facto, os relatórios de acompanhamento anuais mencionam quais os projetos e ONGD financiadas ao abrigo desta linha.

5. Múltiplo reporte

Decorrente da formulação das ações, mas também da potencialização do trabalho em parceria, a mesma iniciativa é, por vezes, reportada em diferentes ações, gerando assim um processo de multiplicação de reporte e, em consequência, uma certa inflação da execução. É claro que, nalguns casos, a mesma iniciativa concorre para diferentes ações, no entanto, isto deve ser considerado na forma como se aprecia o cumprimento das metas.

6. Equivalência entre ações de natureza diversa para efeitos de reporte

As metas são aferidas através de indicadores quantitativos, frequentemente o número de ações realizadas, o que tem como consequência que iniciativas com características diferentes (natureza, duração, objetivos, número de pessoas envolvidas, etc....) contribuam com o mesmo peso para o cumprimento das metas.

Fatores obstaculizadores:

1. A complexidade de associar causalmente o cumprimento das metas à concretização dos objetivos e medidas específicos da ENED

Em termos lógicos não é possível estabelecer um nexo de causalidade entre as metas atingidas e os objetivos definidos. A consecução das metas é apenas um indício dessa concretização. Por exemplo, não se pode assumir que o objetivo 1, reforçar a capacidade de intervenção em matéria de ED, se concretiza exclusivamente a partir das ações inscritas em cada uma das suas 3 medidas. Ou seja, o objetivo 1, não se concretiza exclusivamente a partir de iniciativas associadas a processos de formação inicial e/ou contínua de docentes e outros educadores, processos de capacitação das ESPA e outras entidades, bem como à produção e disseminação de recursos educativos ou científicos. O que nos é dado a compreender sobre isto é o número de ações de formação, a sua duração, os públicos, etc., no entanto, não é possível aceder aos seus efeitos em termos de transferência para o trabalho destes profissionais e entidades em ED. Isto não é algo que a aferição das metas capte. Este aspeto é ainda

complexificado pela forma abrangente como as ações estão formuladas que leva a reportes muito diversificados e nem sempre ajustados.

2. Um plano de ação formulado a 5 anos para o qual não se fizeram ajustes

A formulação de um plano de ação para 5 anos, com compromissos dos diferentes tipos de entidades sobre as atividades a desenvolver durante esse período, numa fase em que não conhecem, por razões diversas, um conjunto de aspetos que podem afetar a ação (orçamento, financiamento, conjuntura política, emergências sanitárias, etc.), teria necessariamente de sofrer desvios. Tem, assim, implicações, não só do ponto de vista do número de iniciativas como dos promotores das mesmas.

Fatores que constituem tensões:

1. A inclusão na ENED de uma diversidade de promotores de ED

A ENED 2018-2022 tem um conjunto de Entidades Subscritoras do seu Plano de Ação e outras organizações a estas associadas, com naturezas (Instituições de ensino superior, instituições públicas, organizações da sociedade civil e organizações não governamentais para o desenvolvimento) e objetos de ação (ambiente, questões de género, formação de professores e outros educadores, juventude, etc.) muito diversificados constituindo uma vantagem na medida em que permite criar uma relação simbiótica entre as várias “educações para...” e a ENED (as várias “educações para” constituem um contributo na concretização da ENED e ao mesmo tempo, permitem-se ser transformadas por esta), bem como chegar a públicos e territórios muito diversificados, o que permitiu alcançar resultados mais expressivos. Não obstante, isto encerra uma tensão, na medida em que muitas entidades, ao não terem como objeto da sua ação a ED, têm entendimentos sobre esta muito diversificados e nem sempre alinhados com a perspetiva defendida na própria ENED. Não é por acaso que, nas entrevistas com as ESPA, surge frequentemente (e à margem das questões colocadas) a necessidade e a importância de esclarecimentos conceptuais sobre a ED (valorizando os momentos em que isso já aconteceu, mas referenciando a necessidade de um aprofundamento) (cf. apêndice 5, E1, E2).

2. A natureza da informação recolhida através da monitorização e acompanhamento

A plataforma de reporte criada no âmbito desta ENED permitiu reunir um conjunto de informações muito relevantes para o acompanhamento da sua implementação. No entanto, de acordo com algumas entidades, a morosidade associada ao preenchimento foi desmotivadora do reporte para algumas entidades, aspeto particularmente realçado por ONGD de menor dimensão ou com menos recursos (cf. apêndice 5, E1, E7). Simultaneamente, este reporte não

permite compreender integralmente a natureza de várias iniciativas desenvolvidas, nem, por vezes, situar a sua pertinência enquanto trabalho de ED.

3. A formulação das metas no plano de ação

A análise do PA sugere que várias ações têm uma formulação abrangente, o que possibilita o reporte de um conjunto muito alargado e diversificado de iniciativas. Esta abrangência é reconhecida como positiva por parte de entidades promotoras na medida em que consideram que não constrange substancialmente as suas opções de reporte. Algumas entidades referem que esta formulação facilita o processo de identificação de iniciativas e do seu reporte. Não obstante, esta abrangência comporta riscos, na medida em que não permite diferenciar iniciativas com diferentes naturezas (Exemplo1: no que diz respeito às ações de formação, a existência de ações com durações muito diferentes, iniciativas pontuais e iniciativas que se estendem no tempo, etc.; Exemplo 2: em várias ações sobre “formação” são reportadas conferências, webinars de uma hora, reuniões e também workshops de 50 horas e formações de sala de 2 horas). Esta abrangência tem, também, consequências do ponto de vista da forma como as iniciativas são reportadas. As bases de dados de reporte evidenciam que quem reporta e o que é reportado nem sempre se ajusta à formulação das ações no PA (por exemplo, na ação 1.3.1, sobre a produção de recursos educativos e conteúdos sobre Educação para o Desenvolvimento, em 2019 são reportadas iniciativas como “auscultações de parceiros” ou “peças de teatro”; um segundo exemplo, refere-se às ações 1.1.2, 1.1.4 e 1.2.3, nas quais são contabilizadas iniciativas com professores, sendo que as ações específicas para a formação de docentes são as 1.1.1 e a 1.1.2).

Numa nota final é importante referir que, no inquérito por questionário às ESPA, ONGD e ESE foram registadas 31 respostas sobre a perceção das metas do plano de ação: 7 declararam não saberem ou não quererem responder e 24 foram validadas. Destas, e numa escala de 7 pontos (na qual 1 correspondia a metas pouco ambiciosas e 7 a muito ambiciosas), resultou uma média global de 4,63, ligeiramente acima do ponto médio, a qual, numa análise mais detalhada, revela diferenças significativas entre os tipos de entidades [$Z(2,21)= 4,688, p=0,021$], sendo que as ONGD ($M=5,25, DP=0,463$) tendem a considerar que as metas do PA eram mais ambiciosas do que as ESPA ($M=4,00, DP=0,943$) (cf. apêndice 2.2, tabela 26). As justificações para este aspeto são identificadas a partir das entrevistas: membros da CA referem que algumas metas são efetivas e outras foram elaboradas numa lógica mais pedagógica, com o objetivo de se constituírem como guias orientadores para o futuro; as ESPA referem que, na sua origem, as

metas foram definidas com prudência, tendo em consideração a sua exequibilidade; na entrevista com o GTED é equacionada uma tensão associada à definição destas, dado que se pretendia que as metas fossem alcançáveis, no entanto, era necessário considerar que fossem estratégicas, que possibilitassem ir mais além e contribuíssem para a legitimação da própria estratégia (cf. apêndice 5, E3, E1, E2, E7).

Em jeito de conclusão, e a partir das evidências apresentadas, levanta-se a questão sobre a formulação de um plano de ação a 5 anos, versus, o seu reajustamento e/ou a elaboração de planos de ação anuais ou bienais. A elaboração deste PA foi desenvolvida, *a priori*, a partir de ações já previstas pelas ESPA, a ser desenvolvidas independentemente do envolvimento com a ENED (cf. apêndice 6). A definição das metas deve ter em consideração a tensão entre uma certa ambição que motive para a ação (e justifique financiamentos) e a sua exequibilidade para a concretização dos compromissos assumidos (cf. apêndice 6)). Deve ter ainda em consideração as lógicas de financiamento das ESPA, ONGD e ESE, que não se ajustam a um plano de 5 anos, tendo outras temporalidades (exemplos: as ONGD têm financiamento a um, dois ou três anos, as entidades públicas dependem do orçamento de Estado, com planos anuais). Adicionalmente, é necessário considerar que a linha de ED tem uma lógica de cofinanciamento, sujeita a concurso, anual (ainda que os projetos possam ser plurianuais), sendo que o trabalho e o contributo das ONGD para a implementação de iniciativas no âmbito da ENED está condicionado pelo mesmo.

2. Como se concretizou o mecanismo de acompanhamento e monitorização da ENED 2018-2022

2.1. Como se desenvolveu o processo de acompanhamento e monitorização da ENED?

O processo de acompanhamento e monitorização tem uma arquitetura multinível constituída por diferentes dispositivos e instrumentos inscritos no Plano de Ação da ENED 2018-2022. De acordo com membros da CA, ouvidos em entrevista, a monitorização e acompanhamento serve essencialmente para compreender e discutir o que está a ser feito e o que falta fazer e como instrumento de apropriação da ENED pelas entidades. Assim, este processo não tem como objetivo predominante uma componente avaliativa, mas é executado numa lógica de prestação de contas, sendo um procedimento próximo do que acontece com outras políticas públicas (cf. apêndice 5, E3, E4, E6).

Com o objetivo de compreender como se desenvolveu este mecanismo começaremos por nomear cada um dos dispositivos e instrumentos para, de seguida, discutir o seu contributo para o processo de monitorização e acompanhamento. Relativamente aos dispositivos foram identificados 3, as reuniões da comissão de acompanhamento, as reuniões de ESPA e o secretariado de apoio à monitorização e acompanhamento. No que diz respeito aos instrumentos do acompanhamento identificam-se os seguintes:

- Plataforma de reporte;
- Bases de dados produzidas a partir do reporte;
- Relatórios de acompanhamento;
- Avaliação intermédia;
- Avaliação final¹¹;
- Revisão pelos pares do GENE;
- Inclusão da ENED no relatório do CAD-OCDE sobre a política portuguesa de apoio ao desenvolvimento;
- Criação de um grupo de reflexão sobre monitorização e avaliação de Educação para o Desenvolvimento.

Começaremos a análise do contributo de cada um dos dispositivos e instrumentos, pelas reuniões de acompanhamento. Sobre estas, há reporte desde o ano de 2018, no entanto, as

¹¹ Considerou-se que os processos de avaliação são parte integrante do processo de acompanhamento e monitorização, pelo que, para efeitos desta avaliação, ambos foram considerados instrumentos de acompanhamento.

mesmas constituem documentos internos, pelo que não foi possível analisar o contributo das mesmas. Nas entrevistas fica perceptível que a Comissão de Acompanhamento desenvolveu a sua ação numa grande proximidade com a equipa de secretariado (cf. apêndice 5, E6).

As reuniões de ESPA constituem-se como espaços de discussão sobre a orgânica da estratégia e não tanto sobre a missão da mesma (cf. apêndice 5, E1 e E2). Há reporte sobre estas reuniões desde 2018, no entanto, no âmbito deste processo avaliativo foi possível analisar as atas das mesmas a partir de 2019 (o secretariado entrou em funções nesse ano). Os principais assuntos tratados nestas reuniões são: a) processo de reporte e relatórios de acompanhamento; b) processo de avaliação intermédia; c) processos de discussão sobre as medidas transversais (essencialmente as jornadas) e d) mecanismo de apoio a iniciativas ENED. No geral, a participação das ESPA nas reuniões pode ser considerada como boa, no entanto, é notória a baixa participação de algumas ESPA, sendo que os momentos de confinamento devido à pandemia de Covid-19, constituem aqueles com maior número de entidades presentes, como evidenciado no quadro 4.

Ano	2019			2020		2021			2022	
Data	26/mar	19/jun	12/dez	25/mai	21/jul	23/mar	12/mai	29/jul	29/jun	16/dez
Nº ESPA	14	12	10	16	15	16	13	12	12	13

Quadro 4 – Número de entidades participantes nas reuniões de ESPA ao longo do período de execução (Fonte: elaboração própria; Fonte de dados: atas das reuniões de ESPA)

Sobre estes momentos, há ainda a evidenciar que na perspetiva das ESPA o foco tem sido a forma como estas podem contribuir para a ENED, havendo pouca reflexão acerca da forma como a ENED pode constituir-se como um contributo para as ESPA (cf. apêndice 5, E3, E6).

No que diz respeito ao secretariado de apoio à monitorização e acompanhamento, este foi constituído no âmbito do contrato programa *“Apoio ao planeamento, acompanhamento e avaliação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2018-2022 e capacitação das entidades subscritoras do respetivo Plano de Ação e das instituições de ensino superior envolvidas na sua implementação”, celebrado entre o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua e o Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, entre dezembro de 2018 e dezembro de 2023. Este contrato-programa envolve ainda o Gabinete de Estudos para a Educação e Desenvolvimento (GEED) da Escola Superior de Educação (ESE) do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC)* (Termo de referência dos relatórios, anexo aos relatórios de acompanhamento). De acordo com as entrevistas, o secretariado tem ganhado mais

protagonismo nesta ENED, por comparação com a anterior, assumindo um conjunto mais alargado de funções, participando nas reuniões da CA como uma entidade par. De alguma forma, a equipa de secretariado funciona como um promotor extra, assegurando um conjunto de funções de gestão e estruturação do trabalho no âmbito da ENED, para além de assegurar o apoio no processo de reporte das iniciativas e de elaboração dos relatórios de acompanhamento e sua apresentação. A mesma equipa assegura ainda a elaboração dos registos/atas das reuniões e, após as primeiras jornadas de ED, passou ainda a assumir a responsabilidade pela elaboração dos relatórios das mesmas. Para além das funções descritas desempenha ainda um papel de capacitação das entidades envolvidas na ENED, tanto no que diz respeito a questões relativas aos procedimentos de monitorização e acompanhamento como no que diz respeito à ED numa perspetiva mais abrangente e, ainda, de representação e articulação da ENED junto de entidades internacionais (cf. apêndice 5, E6).

A plataforma de reporte é um dos mais relevantes instrumentos de monitorização e acompanhamento, permitindo recolher um conjunto muito alargado de dados sobre as iniciativas desenvolvidas no âmbito da ENED. Esta plataforma, criada nesta edição da política educativa, constituiu-se como um elemento diferenciador por comparação com outras estratégias ou planos a nível nacional (cf. apêndice 5, E1, E6). O processo de reporte na plataforma tem duas fases, a primeira de planeamento e a segunda de reporte propriamente dito, com múltiplos indicadores. O número de entidades que potencialmente reportam vem aumentando, uma vez que ao longo das duas edições da ENED se foram integrando novos atores de implementação e considerando-os como entidades promotoras de iniciativas nos relatórios de acompanhamento.

Os dados inseridos na plataforma de reporte dão origem a bases de dados de reporte, documentos de elevada complexidade que contêm informação do ponto de vista qualitativo e quantitativo sobre o tipo de iniciativas reportadas por ação, medida e objetivo. Existe um número elevado de indicadores, sendo que o preenchimento de todos os campos do reporte nem sempre é realizado, o que resulta em dificuldades nos processos de análise. Assim, o reporte tem como limitações a representatividade dos dados recolhidos, particularmente no que diz respeito aos indicadores de natureza transversal, e uma difícil relação entre a expressão quantitativa e o significado de algumas iniciativas reportadas (por exemplo, o programa Eco-escolas abrange potencialmente um número elevado de sujeitos, não sendo claro os que efetivamente se envolvem nem de que modo se envolvem) (cf. apêndice 5, E6).

Os relatórios de acompanhamento são elaborados a partir da informação constante nas bases de dados de reporte e de acordo com o termo de referência da contratação da equipa de secretariado. Estes relatórios são centrados na devolução dos dados reportados, eminentemente quantitativos, sem as dimensões de *“refletir criticamente sobre os resultados, permitindo formular conclusões e recomendações”* (Termo de referência dos relatórios, anexo aos relatórios de acompanhamento). Desta forma, e de acordo com as entrevistas, estes relatórios aproximam-se das lógicas de relatórios de acompanhamento que são produzidos no âmbito de outras políticas públicas, valorizando-se mais o papel de prestação de contas do que de indução de reflexões que poderiam decorrer das recomendações e sugestões (cf. apêndice 5, E3, E4, E5, E6).

No que diz respeito à avaliação intermédia, esta foi realizada durante o ano de 2020, dando origem a um relatório. As recomendações resultantes desta avaliação foram objeto de análise/discussão nas reuniões de ESPA, tendo sido elaboradas propostas de operacionalização, que foram tidas em consideração nas condições de acesso ao Mecanismo de Apoio a Iniciativas ENED. Os momentos de discussão entre ESPA acerca da avaliação intermédia foram muito valorizados nas entrevistas (cf. apêndice 5, E1). Não obstante o esforço de operacionalização das recomendações, um elevado número destas parece não se ter consubstanciado enquanto tal, pelo menos na vigência desta ENED (no Powerpoint apresentado na reunião de ESPA de dia 23 de março de 2021, várias recomendações são remetidas exclusivamente para as reuniões de ESPA, sobrecarregando estes momentos e não havendo evidências da sua concretização. Outras recomendações são remetidas para a próxima ENED) (cf. apêndice 4.2).

A avaliação final enquanto instrumento de monitorização e acompanhamento terá efeitos essencialmente do ponto de vista da elaboração da próxima ENED e consubstancia-se no presente relatório e na sua apresentação e discussão com a CA e as ESPA. No que diz respeito à revisão por pares pelo GENE, não há evidências de que esta tenha sido realizada. Relativamente ao grupo de reflexão sobre monitorização e avaliação de Educação para o Desenvolvimento, há evidências da sua criação, no entanto, não há evidências do seu funcionamento, nem das razões para que tal não tenha acontecido.

Numa nota final sobre a forma como se desenvolveu o processo de monitorização e acompanhamento, levantam-se questões sobre os ajustes que foi possível fazer decorrentes deste processo, bem como sobre o contributo efetivo de cada um dos instrumentos para o mesmo. Nas subperguntas que se seguem serão abordados estes aspetos com mais detalhe.

2.2. Quais as características e tipo de informação recolhida pelo mecanismo de acompanhamento e monitorização da ENED?

O mecanismo de acompanhamento e monitorização da ENED recolhe informação a partir da plataforma de reporte, alojada no Website da ENED (a partir da qual são alimentadas bases de dados de reporte anuais), sistematizando-a, posteriormente, nos relatórios de acompanhamento. Esta informação é também utilizada nos momentos de avaliação intermédia e final.

A plataforma de reporte recolhe informação por iniciativa (a opção poderia ter sido, por exemplo, por projeto), sendo que existem indicadores de natureza geral, associados ao planeamento das ações, indicadores de natureza qualitativa (descrição das iniciativas, comentários finais, ...), associados a uma certa descrição das iniciativas e indicadores de natureza transversal. Os indicadores de natureza transversal, identificados no Plano de Ação são os seguintes:

- Dimensão de participação (número de participantes individuais/institucionais);
- Dimensão territorial/geográfica;
- Dimensão institucional (filiação institucional, acreditação ou certificação institucional);
- Dimensão de sexo;
- Dimensão do setor de atividade;
- Dimensão temporal (duração, periodicidade);
- Dimensão de disseminação (disponibilizações, partilhas digitais, visualizações, atualizações);
- Tipologia das ações (a definir no âmbito da monitorização).

Estes indicadores são desagregados/adaptados, isto é, dão origem a múltiplas questões/indicadores de reporte, tendo em consideração a natureza dos objetivos, medidas e ações (uma descrição mais detalhada é desenvolvida no documento notas explicativas do PA).

A análise dos indicadores contempla dois níveis distintos (ou tipologias). Por um lado, existem indicadores de resultado, associados a cada uma das metas, que permitem avaliar o grau de cumprimento das mesmas. Por outro lado, existem indicadores associados ao reporte, que permitem caracterizar as diferentes iniciativas reportadas e que concorrem para as metas. No que diz respeito aos primeiros, apesar de se denominarem como indicadores de resultado, eles são, na sua maioria indicadores de execução, dado que ao quantificar o número de ações realizadas, não permitem aferir sobre os resultados das mesmas. No caso dos segundos, a

análise das bases de dados de reporte e dos relatórios de acompanhamento permite equacionar alguns aspetos:

- Há indicadores que não são claros (por exemplo, tipologia da ação no que diz respeito a ações de formação);
- O reporte toma como iguais iniciativas que são necessariamente diferentes (nas diferentes iniciativas da medida 1.1, são reportadas ações de 50 horas e ações de 3 horas, contribuindo ambas da mesma forma para a concretização das metas);
- O reporte não é fino o suficiente para alguns indicadores (por exemplo, no indicador parcerias, a informação é escassa, isto é, não permite compreender a natureza da parceria);
- Os indicadores de natureza transversal, ainda que procurem contemplar aspetos de natureza qualitativa sobre as iniciativas reportadas, traduzem-se em dimensões quantitativas, que não permitem aferir a qualidade;
- As bases de dados de reporte, bem como os relatórios de acompanhamento, nos diferentes anos demonstram que para um elevado número de iniciativas o reporte fica incompleto, particularmente no que diz respeito aos indicadores de natureza transversal;
- A falta de informação completa sobre as iniciativas reportadas não permite fazer análises robustas, a partir dos indicadores de natureza transversal, da execução das ações e, por consequência, da forma como foram concretizadas as medidas e objetivos.

Tendo em consideração os aspetos evidenciados é possível constatar que o reporte é simultaneamente de mais e de menos. De mais na medida em que tem um conjunto de indicadores vasto, e de menos, na medida em que não permite leituras detalhadas. Esta consideração está relacionada com a natureza dos objetivos, medidas e ações, que, ao ser demasiado abrangente (na maioria dos casos), permite incluir iniciativas de natureza muito heterogénea, o que tem consequências, também, do ponto de vista das análises possíveis de fazer.

Para um melhor entendimento sobre as características e o tipo de informação recolhida, convém equacionar o processo de reporte na sua globalidade. Este só se iniciou no segundo semestre de 2019, o que implicou que nesta fase as diferentes entidades tivessem de planear e reportar todas as iniciativas desenvolvidas em 2018 e 2019. No relatório de avaliação intermédia este processo é caracterizado como “moroso e exigente” (Relatório de avaliação intermédia, p.12). A apoiar a asserção de exigente, está a constatação de, nos relatórios de acompanhamento de 2018 e 2019, ser referida a necessidade de explicitar às entidades

promotoras um conjunto de aspetos com o objetivo de clarificar o reporte. O apoio do secretariado no processo de reporte é identificado, tanto nas entrevistas como no inquérito, como determinante na boa execução do mesmo (cf. apêndice 5, E1, E6).

As perceções das entidades sobre a adequação do processo de reporte da ENED 2018-2022, foram avaliadas no questionário, através de 9 itens, tendo sido utilizada uma escala de 7 pontos (de 1 – discordo totalmente a 7 – concordo totalmente). As diferentes entidades respondentes tendem a avaliar positivamente o processo de reporte, permitindo constatar que, no geral, o consideram adequado. O fator *a comunicação com o secretariado responsável pelo acompanhamento facilitou o processo de reporte* é aquele que apresenta média mais elevada, 6,06 (DP=1,548), o que revela a elevada importância desta equipa neste processo. A este segue-se os *indicadores são de fácil compreensão*, com uma média de 5,16 (DP=1,393). O fator com a média mais baixa refere-se à *adequação do processo de reporte* à realidade de cada uma das organizações, com uma média de 4,03 (DP=1,494), muito próxima do ponto médio da escala. De seguida *o processo de reporte é simples e de fácil concretização* com uma média de 4,13 (DP=1,607). Apesar desta avaliação geral, há entidades que em entrevista referem que a plataforma não é muito intuitiva (cf. apêndice 5, E1, E7). O fator acerca da morosidade associada ao processo de reporte apresenta uma média de 4,74 (DP=1,612), revelando que as entidades tendem a concordar que é moroso, ainda que não de forma muito expressiva (cf. apêndice 2.2, gráfico 4). Em entrevista as entidades tendem a considerar o processo importante e necessário mas moroso (apêndice 4, E1, E2, E7).

No geral não se verificam diferenças significativas entre entidades, exceção feita ao fator *a comunicação com o secretariado responsável pelo acompanhamento facilitou o processo de reporte* [$Z(2, 28)=4,947, p=0,014$], em que as ESPA (M=6,92, DP=0,277) tendem a valorizar mais do que as ONGD (M=5,73, DP=1,902) ou as ESE (M=5,00, DP=1,633) (cf. apêndice 2.2, gráfico 4). A avaliação positiva acerca do processo de reporte, exceção feita à morosidade do processo, pode estar relacionada com a forma como este foi construído, particularmente no que diz respeito às ESPA, dado que estas, na reunião de dia 19 de junho de 2019, definiram e “aprovaram” o conjunto de indicadores sobre os quais recolher informação no reporte (cf. apêndice 4.2).

Nas entrevistas (cf. apêndice 5, E1, E2, E7), para além do já referido, emergem os seguintes aspetos:

- Há entidades que só fazem o reporte uma vez por ano, o que contribui para sentirem que é demorado e para que não o façam nas duas fases que são solicitadas, uma fase de planeamento e outra de reporte propriamente dito;
 - Sobre este aspeto convém salientar que a plataforma está aberta, mais ou menos em permanência, havendo datas-limite para o reporte (habitualmente no início de um ano, como limite para reporte do ano anterior);
- Em relação com a anterior, há entidades que questionam se, de facto, faz sentido haver uma fase de planeamento, até porque algumas desenvolvem iniciativas “a pedido”, numa lógica contínua que não se coaduna com planeamento *à priori*;
- O auto reporte constitui, para algumas entidades, uma vantagem, pois torna o processo de monitorização e acompanhamento mais eficaz, permitindo um conhecimento mais continuado sobre a implementação. No entanto, reconhecem a necessidade de afinação, tanto no que diz respeito aos indicadores, como no que diz respeito aos entendimentos sobre o que atribuir a cada ação, medida e objetivo do PA, bem como sobre aspetos concetuais de ED, questionando se algumas das iniciativas reportadas são efetivamente ED;
- As entidades valorizam a introdução dos indicadores de natureza transversal, não obstante, consideram-nos pouco precisos – o que pode estar associado ao facto de não fazerem o reporte dos mesmos;
- Sobre o reporte equaciona-se uma tensão. Faltam dados sobre a qualidade das iniciativas implementadas, mas recolhê-los pode desmobilizar as entidades do reporte, que, como está agora, já é exigente.

Em síntese, a informação recolhida no âmbito do processo de monitorização e acompanhamento é essencialmente quantitativa, contabilística e de execução, quase não há indicadores de resultados, sendo na sua maioria indicadores de execução. Houve um esforço de incorporação de uma dimensão mais qualitativa através da definição dos indicadores de natureza transversal, no entanto, estes são bastante limitados para a caracterização das iniciativas que são reportadas, não só pela natureza dos indicadores criados, mas também pelo reduzido número de respostas nos mesmos. Verifica-se ainda uma tensão entre a existência de indicadores que possam contribuir para uma efetiva caracterização das iniciativas reportadas e a morosidade e complexidade que isso pode atribuir ao processo de recolha de informação, sendo que, para uma boa parte das entidades envolvidas, o atual sistema já é exigente do ponto

de vista dos recursos humanos, de tempo e financeiros. Uma última tensão refere-se à divergência de percepções acerca do reporte: por um lado, no inquérito, as entidades, tendem a considerar que o reporte é adequado ao trabalho desenvolvido em ED, que os indicadores são pertinentes e de fácil compreensão; por outro lado, na avaliação intermédia é referida a morosidade e em entrevista algumas entidades referem a morosidade e a complexidade do processo, evidenciando ainda reticências na utilidade dos dados recolhidos para a compreensão sobre o que se faz em ED em Portugal, ainda que reconheçam que podem ser importantes para a legitimação da estratégia (cf. apêndice 2.2, 5).

2.3. Quais os efeitos reconhecidos, por parte dos atores envolvidos, do mecanismo de acompanhamento e monitorização na implementação da ENED?

A percepção global das entidades sobre o processo de monitorização e acompanhamento foi questionada, através do inquérito às entidades promotoras, numa escala de 7 pontos, através de 16 fatores. A análise das médias calculadas para cada fator permite compreender que todos os fatores apresentam médias superiores ao ponto médio (4), ainda que em 2 fatores seja apenas pouco superior, a saber: *ajudou as entidades a reorientar a sua ação em termos de ED e foi um processo muito burocrático e centrado no reporte*. A mesma análise permite ainda identificar que o fator *permitiu conhecer o grau de execução da ENED em cada objetivo e medida*, é o que apresenta a média mais elevada (M=5,29; DP=1,346). Três outros fatores se destacam com médias acima de 5, a saber: *contribuiu para um sentido de pertença a uma comunidade de atores em ED* (M=5,16, DP=1,530), *permitiu aprofundar o conhecimento e compreensão sobre a ENED* (M=5,10, DP=1,491) e *contribuiu para o desenvolvimento de aprendizagens em conjunto* (M=5,00, DP=1,317) (cf. apêndice 2.2, gráfico 5).

No geral não se verificam diferenças significativas entre tipos de entidades, exceção feita ao fator *permitiu conhecer o grau de execução da ENED em cada objetivo e medida* [$Z(2,28)=3,691$, $p=0,038$], que as ESPA (M=6,00, DP=1,080) tendem a valorizar mais do que as ESE (M=4,86, DP=1,215) e as ONGD (M=4,73, DP=1,421). Tal pode estar relacionado com o maior envolvimento das ESPA nos processos de tomada de decisão e de auscultação no âmbito da ENED, até porque nas reuniões entre ESPA, foram apresentados e discutidos os relatórios de acompanhamento (cf. apêndice 2.2, gráfico 5, apêndice 4.2).

A partir das entrevistas foi possível identificar efeitos no que diz respeito a alguns dos dispositivos/instrumentos do mecanismo de monitorização e acompanhamento: reuniões das ESPA, reporte e relatórios de acompanhamento e sobre a avaliação intermédia.

No que diz respeito **às reuniões de ESPA**, nas entrevistas, são reconhecidos pelas entidades como aspetos mais significativos (cf. apêndice 5, E1, E2, E3, E4, E5, E6):

a) o acesso a informação, a participação na definição ou apreciação de aspetos da orgânica da ENED (logísticos ou administrativos) (por exemplo, no que diz respeito à organização de eventos – medidas transversais –, ou o site);

b) as reuniões constituíram um espaço que permitiu a solicitação de apoio (recursos, processo colaborativo) para atividades que contribuíssem para a concretização da ENED (este aspeto é percebido como contributo para a formulação daquilo que viria a ser o MAI);

c) a partir do momento em que o MAI é criado, as reuniões ganharam outro sentido – há uma maior motivação e alimenta-se o desejo de trabalho colaborativo;

d) a oportunidade de discussão e esclarecimentos conceptuais sobre a ENED e a ED.

Por outro lado, há também alguns aspetos percecionados como menos presentes ou conseguidos, que podem ser objeto de melhoria (cf. apêndice 5, E1, E2, E3, E4, E5, E6):

a) discutir o papel que a ENED poderia ter para que se constituísse como um contributo efetivo na missão das diferentes entidades;

b) a necessidade de mais tempo e oportunidades para conhecimento mútuo, partilha de ideias, reflexão conjunta e articulações que beneficiem tanto as entidades como a ENED;

c) a necessidade de um maior aprofundamento conceptual sobre a ED/ECG;

d) a rotatividade dos representantes das ESPA que impede/dificulta a continuidade de alguns processos, bem como o estabelecimento de relações mais próximas;

e) o baixo envolvimento efetivo de atores de decisão política ou altos responsáveis (a nível de cúpula) das diferentes entidades com a execução da ENED;

f) a necessidade de discussão mais aprofundada dos relatórios anuais bem como de equacionar ajustes, que nem sempre é possível por constrangimentos de tempo e de agenda das próprias entidades.

O reporte (com as bases de dados produzidas) e os relatórios de acompanhamento são abordados em conjunto, na medida em que os segundos são produzidos a partir dos dados do primeiro. Os relatórios de acompanhamento constituem um produto visível do reporte, o que tem como consequência alguma dificuldade de analisar discursivamente e separadamente cada um deles. Sobre estes, há efeitos que se referem mais à forma como se desenvolve o processo, outros aos instrumentos e outros à forma como a comunicação dos resultados é efetuada. Entre os aspetos mais significativos identificam-se (cf. apêndice 5, E1, E2, E3, E4, E5, E6):

a) o apoio da equipa de secretariado (facilitador no processo de reporte, apoio na gestão, numa perspetiva mais abrangente, da própria estratégia);

b) a existência de relatórios de acompanhamento – considerado vantajoso por contemplar a sistematização daquilo que já foi feito a partir de indicadores concretos, permitindo uma certa clareza sobre a implementação da ENED;

c) apesar da dificuldade evidenciada pelas entidades no que diz respeito ao preenchimento do reporte ao longo do ano, a existência dessa possibilidade é valorizada;

d) as discussões em torno dos relatórios de acompanhamento (ainda que com os constrangimentos já assinalados) são promotoras de um maior envolvimento das entidades;

e) o conhecimento que os relatórios possibilitam obter, permite que alguns promotores (nomeadamente ONGD) possam posicionar-se estrategicamente para atender a prioridades ou áreas em défice ali identificadas.

No que diz respeito a aspetos percecionados com menos presentes ou conseguidos há a identificar (cf. apêndice 5, E1, E2, E3, E4, E5, E6):

a) o baixo envolvimento dos dirigentes de cúpula das entidades ou decisores políticos tem implicações na ação, nomeadamente numa menor responsabilização (e motivação) dos atores para a concretização de ações (até porque não há consequências para as entidades no caso de não corresponderem ao esperado/previsto);

b) várias entidades referiram que o facto de apenas reportarem anualmente implica que seja necessário reaprender, anualmente, o modo de funcionamento da plataforma, até porque algumas entidades referem que a plataforma não é intuitiva;

c) a junção do planeamento ao reporte implica um dispêndio maior de tempo, num determinado momento;

d) nem sempre é claro para as entidades a relação entre as iniciativas realizadas e as diferentes ações, medidas e objetivos da ENED para os quais concorrem;

e) o questionário do reporte é percebido por algumas entidades como longo, implicando recursos que nem sempre estão disponíveis, e desajustado devido ao reporte por iniciativa (que obriga a múltiplos reportes);

f) algumas entidades mostraram preocupação com o facto de vários atores a operar em ED em Portugal não fazerem parte das entidades subscritoras, perdendo-se, desta forma, uma visão panorâmica mais geral;

g) não é evidente que as conclusões dos relatórios de acompanhamento conduzam a mudanças estratégicas da ação ao nível das entidades (o que também se deve a temporalidades distintas entre a divulgação dos relatórios de monitorização e os calendários das entidades);

h) para além de uma apreensão geral das tendências que os relatórios apresentam, não tem sido muito exequível fazer uma análise política, coletiva e aprofundada dos mesmos – o que constitui uma debilidade para algumas entidades.

Um último aspeto referido pelas entidades, acerca dos efeitos do processo de monitorização e acompanhamento, prende-se com a **avaliação intermédia**, sendo que constituem aspetos mais significativos desta (cf. apêndice 5, E1, E3, E4, E5, E6):

a) constituir-se como um momento mais sistemático de reflexão para as entidades, particularmente sobre o impacto desejado para a ENED;

b) desta emerge o reconhecimento da necessidade de aprofundamento da relação entre estratégias;

c) permitiu identificar, em articulação entre CA e ESPA, fragilidades da implementação e orientações estratégicas para o período de execução ainda em aberto que conduziram à criação do MAI.

Por outro lado, as entidades referem como debilidade o facto de não terem sido atendidas, no âmbito da execução da ENED 2018-2022, várias das recomendações da avaliação intermédia (cf. apêndice 5, E2).

Globalmente, como mais positivo, reconhece-se a ENED como uma Estratégia "diferente das outras", pelos instrumentos específicos de monitorização e acompanhamento que tem e pela dinâmica de envolvimento e de interconhecimento das entidades que suscitam. Reconhece-se, ainda, que estes dispositivos têm ajudado a ED, e a educação de modo mais geral, a ganhar espaço ou fortalecer o seu caminho no contexto das entidades subscritoras. Como tal, pode dizer-se que os processos de monitorização e de acompanhamento têm tido como um dos seus efeitos a ajuda à incorporação da ENED nas ESPA. A criação e implementação do MAI, enquanto efeito da avaliação intermédia, é amplamente reconhecido como momento charneira da atual ENED pois permitiu acomodar, financiando, a resposta a múltiplas recomendações daquela avaliação e aprofundou a incorporação da ENED pelas ESPA, a partir de uma dinâmica de trabalho colaborativo (cf. apêndice 5, E1, E2, E3, E4, E5, E6).

Globalmente, como menos positivo, salienta-se o envolvimento menor do que o desejável de atores institucionais das ESPA com dimensão política no processo (são essencialmente os operacionais das ESPA que participam), com consequências na capacidade de ajustamento das ESPA a eventuais necessidades e reorientações no decurso do período de execução da ENED. Dir-se-ia, ainda, que há uma consciência clara de que se mantém uma discrepância entre o desejável e o exequível relativamente às possibilidades de retroação entre os processos de monitorização e acompanhamento e a implementação da ENED, bem como entre a compreensão do impacto/efeitos da ENED e a aferição de metas/resultados contábeis (cf. apêndice 5, E1, E2, E3, E4, E5, E6).

3. Como foi implementada a ENED 2018-2022?

3.1. Quais as características das ações reportadas nas medidas estabelecidas na ENED?

À subpergunta 3.1 encontram-se associados, na matriz de avaliação final externa, três indicadores: “tipologia de ações desenvolvidas nas medidas enunciadas na ENED”, “perfil dos participantes e das entidades envolvidas” e “abrangência territorial das ações”. A resposta que em seguida se lhes apresenta recorre sobretudo à análise dos relatórios de monitorização e acompanhamento e das respetivas bases de dados de reporte, documentos disponíveis para cada um dos anos da vigência da ENED 2018-2022. Da utilização destas fontes decorrem importantes limitações à presente análise: os indicadores de natureza transversal apresentados no documento “Notas Explicativas” que acompanha o PA da ENED 2018-2022, referentes às dimensões de participação, território, natureza institucional, sexo, setor de atividade e de tempo (duração ou periodicidade de iniciativas), não foram reportados pelas entidades para todas as ações às quais se adequavam e para as quais foram solicitados (é o que ocorre, por exemplo, com o indicador ‘tipologia das ações’ no objetivo 1, que não é recolhido para as ações 1.1.4, 1.2.1 e 1.2.2); quando há reporte para os indicadores solicitados, existe, frequentemente, uma baixa taxa de resposta das entidades (é o que ocorre, por exemplo, nos indicadores que caracterizam os participantes das iniciativas por sexo, origem institucional ou proveniência geográfica); nos relatórios, os dados não são, na maioria dos casos, segregados por ação, mas apresentados para o conjunto das medidas para as quais foram recolhidos, o que não permite uma caracterização detalhada das ações implementadas; não é possível caracterizar com precisão a dimensão das amostras dos indicadores para os quais existem dados, uma vez que algumas entidades agregaram várias iniciativas num único reporte e/ou caracterizaram a mesma iniciativa de várias formas (através de várias tipologias de ação, por exemplo). Face a estas limitações, optou-se por não se mobilizar a informação que os relatórios indicam ser pouco representativa.

A caracterização das ações que a seguir se apresenta será feita por objetivo estratégico, à semelhança da opção tomada na elaboração dos relatórios de acompanhamento e monitorização, e dirá respeito ao conjunto do período de execução. Para uma análise mais detalhada, por ano, consultar o apêndice 4.1.

Objetivo 1:

No que diz respeito ao **indicador ‘distribuição geográfica das ações’**, foram recolhidos dados para todas as ações das medidas 1.1 (formação de agentes educativos) e 1.2 (capacitação

de organizações). Entre 2018 e 2022, foram recolhidos dados sobre a localização geográfica de 525 reportes no âmbito destas duas medidas, correspondentes a 85% do total.

Lisboa é o distrito que mais se destaca, com 151 reportes, o que é coerente com os dados recolhidos através do questionário sobre a localização das sedes da maioria das instituições respondentes. Segue-se, a uma distância considerável, o distrito de Setúbal, com 62 reportes e uma tendência de crescimento, sobretudo nos dois últimos anos da vigência da ENED. No grupo dos distritos que se destacam pela positiva, Santarém apresenta 41 reportes e distritos como Viana do Castelo, Beja, Porto e a Região Autónoma da Madeira apresentam entre 22 e 27. É ainda de salientar uma importante tendência de crescimento da categoria ‘nacional’ (aumentou cerca de 33% no período de execução), categoria a que correspondem 127 reportes. Esta tendência poderá estar relacionada com os efeitos da pandemia na transição para o *online*. Em sentido inverso, há muitos distritos pouco representados, com menos de 10 reportes cada um, como Portalegre, Vila Real, Évora, Guarda, Coimbra, RA dos Açores, Viseu, Bragança e Leiria.

No que diz respeito ao **indicador ‘tipologia das ações’**, foram recolhidos dados apenas para as ações 1.1.1, 1.1.2, 1.1.3. e 1.2.3. Essas diversas tipologias são mencionadas, pelas entidades que reportaram, 579 vezes num universo total de 452 reportes, o que indica que algumas iniciativas terão sido caracterizadas de diversas formas e/ou que as entidades identificaram numa única entrada/reporte na plataforma várias iniciativas distintas. Feito o alerta, verifica-se a preponderância do formato ‘oficina/workshop’, mencionado 154 vezes ao longo dos 5 anos de vigência da ENED, seguido dos formatos ‘formações em sala’ (129 menções), ‘outro’¹² (110 menções) e ‘curso’ (85 menções).

Um indicador interessante que complementa esta caracterização é o da duração das iniciativas implementadas, recolhido nas ações 1.1.1, 1.1.2, 1.1.3, 1.1.4 e 1.2.3 (579 reportes). Verifica-se um predomínio dos formatos de formação e capacitação de curta duração (com duração inferior a 7 horas), com 47% dos reportes; segue-se a formação e capacitação com duração entre 7 e 24 horas, com 22% dos reportes.

Para a ação 1.1.2 – ‘formação contínua de docentes de todos os níveis e ciclos de ensino em matéria de ED’ foi ainda recolhida informação a respeito da acreditação das iniciativas realizadas, verificando-se que mais de metade (53%) foram acreditadas por entidades competentes.

¹² Nesta categoria são reportadas uma grande variedade de tipologias de ação, nomeadamente: debates, sessões online síncronas, estágios de estudantes e futuros docentes, projetos de investigação, aulas abertas, recitais de poesia, entregas de prémios, encontros artísticos e culturais, exposições ou sessões individuais e de grupo.

No que diz respeito ao seu enquadramento em projetos, constata-se que a maioria das iniciativas reportadas, ao longo dos 5 anos de vigência da ENED, para o objetivo 1, ocorreram no contexto de projetos de ED (1056 iniciativas; 58% do total), implementados sobretudo por ONGD (894 iniciativas).

A partir da contabilização dos reportes, conclui-se que o “reforço da capacidade de intervenção em matéria de ED” assentou sobretudo na disseminação de recursos educativos e conteúdos, na formação contínua de docentes e na capacitação de entidades associadas e parceiras das ESPA, nomeadamente ONGD/OSC e entidades públicas (incluindo ESE). Estas formações e capacitações ocorreram numa grande variedade de formatos, marcados sobretudo pela sua curta duração, pela sua concentração no distrito de Lisboa e, crescentemente, pela sua dinamização *online*. Privilegiou-se, assim, a promoção de reflexão e aprendizagens e da ampliação de conhecimentos de potenciais agentes multiplicadores da ED.

Objetivo 2:

No que diz respeito ao **indicador ‘distribuição geográfica das ações’**, foram recolhidos dados para as ações 2.1.1, 2.2.1, 2.2.2, 2.3.1, 2.3.3. e 2.4.1. Entre 2018 e 2022, foram recolhidos dados sobre a localização geográfica de 2705 reportes no âmbito destas ações, correspondentes a 96% do total. A categoria que mais se destaca é a ‘nacional’, com 826 reportes. Segue-se o distrito de Lisboa (756 reportes). É de salientar um decréscimo consistente do número de distritos para os quais não é feito qualquer reporte: se em 2018 eram 9 (RA dos Açores, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Porto, Vila Real e Viseu), em 2022 já todos reportavam (em 2021 apenas Vila Real se mantinha com 0 iniciativas). Ainda que com oscilações ao longo dos anos, verifica-se um acentuado crescimento de alguns distritos, que totalizam um número considerável de reportes, como Braga (186 reportes; eram 0 em 2018 e 2019), Viana do Castelo (204), Setúbal (162) e Aveiro (131). Por outro lado, a RA dos Açores e distritos como Guarda, Portalegre e Vila Real mantêm-se, ao longo dos anos, pouco representados, com menos de 10 reportes cada um.

No que diz respeito ao **indicador ‘tipologia das ações’**, foram recolhidos dados para as ações 2.1.1, 2.2.1, 2.2.2, 2.3.1; 2.3.2, 2.3.3. e 2.4.1. Entre 2018 e 2022, foi indicada a tipologia de 1175 reportes, correspondentes a 41% do total dos reportes no âmbito destas ações. Verifica-se a preponderância dos formatos ‘campanhas/ações de sensibilização’ (337 reportes; com acentuado crescimento entre 2018 e 2022) e ‘oficinas/workshops’ (247 reportes). É igualmente de salientar uma forte heterogeneidade da tipologia das iniciativas reportadas, que incluem formação em sala (155 reportes), *webinars* (73 reportes), iniciativas de diálogo (67 reportes),

reuniões (47 reportes) e cursos (27 reportes), entre outros menos expressivos como conferências, seminários ou congressos. Destaque ainda para a categoria ‘outras’ que totaliza 122 reportes e abrange um leque muito diversificado de iniciativas como audiências parlamentares, envio de documentos para atores políticos, debates, escolas de Verão, manifestações, consultas públicas, festivais, ações de reflorestação, programas de voluntariado, exposições, entregas de prémios, petições ou reportagens e documentários.

No que diz respeito ao seu enquadramento em projetos, constata-se que a maioria das iniciativas reportadas, ao longo dos 5 anos de vigência da ENED, para o objetivo 2, ocorreram no contexto de projetos de ED (2447; 68% do total), implementados sobretudo por ONGD (2116 iniciativas).

A partir da contabilização dos reportes, conclui-se que o “alargamento do alcance e da qualidade da intervenção em ED” assentou sobretudo na implementação, maioritariamente por ONGD, mas também por ESE, de projetos e outras iniciativas de ED nos estabelecimentos de ensino e formação e na realização de ações de sensibilização, consciencialização e mobilização para a importância da ED por ONGD no âmbito da educação não-formal. Estas iniciativas apresentam uma grande heterogeneidade, conjugando sobretudo os formatos da sensibilização com os da ação pedagógica (em detrimento de outros como os da influência política, por exemplo). Embora o distrito de Lisboa continue a destacar-se, verifica-se uma diversificação geográfica crescente, que já cobre todo o território nacional.

Objetivo 3:

As ações que constam do objetivo 3 são de natureza substancialmente diferente das dos objetivos 1 e 2, não sendo pertinente caracterizá-las através dos indicadores acima analisados. Dada a natureza de afirmação institucional e política deste objetivo, importa sobretudo constatar que houve avanços em ambas as ações da medida 3.1: ‘3.1.1 – reconhecimento formal da ED nos documentos estratégicos e operacionais por parte de órgãos de soberania eletivos, do governo, das regiões autónomas e do poder local’ (de 21 para 25 entidades envolvidas, entre 2018 e 2022); e sobretudo ‘3.1.2 – reconhecimento formal da ED nos documentos estratégicos e operacionais por parte de entidades públicas e da sociedade civil’ (de 41 para 60 entidades envolvidas). No que diz respeito a 3.1.1, reconhecem formalmente a ED os municípios que pertencem à RICD¹³, uma das ESPA públicas, tendo-se conseguido alcançar, fora desse universo,

¹³ Alfândega da Fé, Amadora, Cascais, Estarreja, Faro, Fundão, Grândola, Loures, Maia, Marinha Grande, Matosinhos, Miranda do Corvo, Moita, Odivelas, Oeiras, Ourém, Palmela, Seixal, Setúbal, Torres Vedras e Vila Nova de Poiares.

apenas mais 4 (Santa Maria da Feira, Vila Franca de Xira, Guimarães e Santarém). No que diz respeito a 3.1.2, foram reportadas, para além das ESPA, as ONGD promotoras de projetos cofinanciados pelo Camões, I.P. e suas entidades parceiras, bem como outras entidades com projetos apoiados pela Comissão Europeia. É aqui de destacar um aumento das entidades ligadas ao ensino superior (de apenas 2 em 2018 para 15 em 2022). Este reconhecimento formal da ED ocorre sobretudo em documentos operacionais de formalização de projetos financiados e outros como o próprio protocolo de subscrição do Plano de Ação da ENED 2018-2022 ou os protocolos e planos da RICD. Isto permite afirmar que a ED ainda não é muito reconhecida e afirmada em documentos de caráter estratégico das instituições, sendo, todavia, de destacar a assinatura da carta de compromisso para a implementação da ENED pelas ESE, um plano educativo municipal que refere a ED e um plano de ação local para a EDCG elaborado entre o município de Santa Maria da Feira e a ONGD Rosto Solidário. Deste modo, o “reconhecimento formal da ED” ocorre sobretudo no universo das entidades que subscreveram e reportam para a ENED, ainda que tenham existido avanços no alargamento dessa afirmação, nomeadamente em instituições do ensino superior. Para além destes, há a constatar a aprovação desta ENED por uma resolução do Conselho de Ministros, de modo distinto da primeira ENED, o que lhe confere peso político, e, ainda, a introdução da ED como um dos três eixos prioritários da nova Estratégia da Cooperação Portuguesa 2030.

Por último, é de salientar que no que diz respeito às duas medidas sobre articulação na tomada de decisões (3.2 e 3.3), a grande maioria das iniciativas reportadas ocorre no âmbito internacional (66 iniciativas reportadas para as duas ações da medida 3.3) e não nacional (11 iniciativas reportadas para as duas ações da medida 3.2). Falamos sobretudo da participação em reuniões no âmbito do GENE, CONCORD, programa DEAR da Comissão Europeia ou programa Ibero-americano em Cidadania Global, associada a entidades que compõem a comissão de acompanhamento da ENED.

No objetivo 3 predominam as iniciativas não inseridas em projetos, perfazendo 88% (751 iniciativas) do total de iniciativas reportadas (721 dessas iniciativas foram da responsabilidade das ESPA).

Objetivo 4:

No que diz respeito ao objetivo 4, de uma natureza operacional bastante diferente dos outros três, respeitante ao modelo de funcionamento na gestão, acompanhamento e avaliação da própria Estratégia, considera-se pertinente destacar o seguinte:

- O “modelo institucional da ENED” (medida 4.1) assentou sobretudo nas sessões de trabalho colaborativo entre a Comissão de Acompanhamento (77 iniciativas reportadas face a 60 previstas) e na institucionalização de um Secretariado. As sessões de trabalho colaborativo entre as ESPA, constituíram-se como outro elemento relevante deste modelo (realizaram-se 16 de 19 previstas), tendo sido apontadas, em entrevista, algumas dificuldades de mobilização das entidades para esses momentos (cf. apêndice 5, E6), entendidos por algumas ESPA como excessivamente focados nas operações de gestão da Estratégia (reporte e relatórios de acompanhamento, comunicação no *website* ou momentos de avaliação) e menos na aproximação das entidades ou na troca de experiências e conhecimentos sobre as iniciativas de ED implementadas (cf. apêndice 5, E1). O trabalho colaborativo da CA é positivamente avaliado pelas pessoas entrevistadas, que relatam uma relação de forte proximidade e transparência (cf. apêndice 5, E3, E4, E5, E6). O Secretariado cresceu nesta 2ª edição da política pública, tornando-se um importante motor das dinâmicas da própria ENED, cujas funções vão muito além da monitorização e acompanhamento (cf. apêndice 5, E6).
- O “sistema de acompanhamento da ENED” (medida 4.2) assentou essencialmente na demonstração dos resultados alcançados através de relatórios anuais de monitorização e acompanhamento, elaborados com base no reporte feitos pelas ESPA e suas associadas numa plataforma eletrónica criada para o efeito. Aferiu-se, assim, o cumprimento das metas estabelecidas, cumprindo-se sobretudo uma função de prestação de contas. Tal como já referido, estes foram também momentos de recolha de informação para uma caracterização mais qualitativa das iniciativas através dos indicadores de natureza transversal, procurando-se dessa forma alimentar momentos de uma reflexão mais aprofundada e crítica sobre as causas dos resultados encontrados e de eventual reajuste da ação, pensados para os dois momentos de avaliação (intermédia e final) (cf. apêndice 5, E3, E4, E5, E6).
- A “cultura de avaliação na ENED” (medida 4.3) assentou sobretudo na realização de dois momentos de avaliação: uma avaliação intermédia externa (embora se previsse, no PA, que fosse interna); e uma avaliação final externa. Foram dados passos para a criação de um grupo de reflexão sobre monitorização e avaliação de ED que, contudo, ainda não entrou em funcionamento. Note-se que a importância da criação desse grupo e, de um modo mais geral, da avaliação da qualidade das iniciativas implementadas através da dinamização de momentos de discussão e aprendizagem

conjunta e de partilha de boas práticas entre instituições, é referida em várias entrevistas (cf. apêndice 5, E5, E6).

Esta caracterização das ações implementadas é consistente com as perceções das entidades, recolhidas através do inquérito, pois, quando questionadas sobre os tipos de atividades que desenvolveram (sensibilização/consciencialização/mobilização; ação pedagógica através da educação formal/não formal e informal; produção de conhecimento/investigação; e influência política/concertação para a melhoria de políticas), destacam positivamente a ação pedagógica (M=6,23; DP=1,087; escala de 1 a 7, em que 1 significa ‘baixo, quase nada foi feito’ e 7 significa ‘elevado, houve muitas iniciativas em curso’) e, em sentido inverso, é a categoria ‘influência política/concertação para a melhoria de políticas’, que apresenta a média mais baixa (M=4,22; DP=1,826), sendo, portanto, aquela em que menos se enquadram as iniciativas implementadas pelas entidades (Cf. apêndice 2.2, tabela 23).

3.2. Como foram concretizadas as medidas transversais?

As medidas transversais são identificadas no Plano de Ação da ENED e consubstanciam-se, enquanto ações, na realização uma edição do Fórum de ED, previsto em 2022 (Medida Transversal 1), e na realização de três edições das Jornadas de ED, previstas em 2019, 2020 e 2021 (Medida Transversal 2).

No período de vigência da ENED 2018-2022 foram dinamizadas as três edições das Jornadas de ED previstas: as I Jornadas de ED (2019), sob o tema “A Educação para o Desenvolvimento nas Escolas”; as II Jornadas de ED (2020), sob o tema “A Educação para o Desenvolvimento e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável”; e as III Jornadas de ED (2021), sob o tema “A digitalização: olhares a partir da Educação para o Desenvolvimento”. Os programas das Jornadas de ED articularam sessões plenárias, mesas redondas e oficinas temáticas, tendo tido a colaboração, para além dos promotores da ENED, de convidados, sobretudo, nacionais, mas também internacionais: 1 nas II Jornadas e 3 nas III (cf. apêndice 4.6).

A informação disponibilizada na página eletrónica da ENED é distinta para cada uma das edições das Jornadas: na primeira está disponível o Programa; na segunda está disponível o Programa e um Relatório que se constitui como memória para futuro, uma vez que contém sínteses e materiais utilizados nas apresentações e oficinas realizadas, bem como os resultados de um inquérito aos participantes para avaliação da satisfação; na terceira edição, para além do Programa e do Relatório, a Avaliação da satisfação está presente num documento autónomo. A

disponibilização destes documentos e materiais na página eletrônica da ENED poderá potencializar efeitos de partilha e aprendizagem coletiva, designadamente a partir do acesso aos recursos utilizados nas oficinas temáticas. A Avaliação da satisfação realizada, sendo globalmente positiva nas dimensões consideradas, não permite fazer constatações consubstanciadas dado o baixo número de respondentes (16% de respondentes nas II Jornadas e 36% nas III Jornadas).

Ao longo das três edições, as Jornadas tiveram como público prioritário as ESPA, a comunidade educativa, as OSC e Organizações Juvenis, universidades/centros de investigação e outras entidades públicas, como ministérios e municípios. Ao longo das edições houve um crescimento do número de participantes: não havendo indicação sobre a primeira edição, é referida a existência de 187 participantes na segunda edição e de 191 na terceira. Esta última ocorreu em dois momentos, tendo o segundo sido reservado a ESPA e ao Grupo de Trabalho de ED da PPONGD (neste segundo momento estiveram presentes 23 pessoas).

Ainda que não seja possível identificar, com precisão, a proveniência dos participantes, é possível constatar, ao longo das várias edições, a participação de membros das ESPA, ONGD e docentes. A ausência de dados sobre este aspeto torna também difícil compreender em que medida as Jornadas se constituíram como momentos de divulgação e promoção da ED e da ENED junto de novos públicos e instituições, nomeadamente, os públicos privilegiados definidos em cada uma das edições. A divulgação das Jornadas, de acordo com os Relatórios das mesmas, foi realizada através das páginas eletrónicas das organizações que constituem a CA e de algumas ESPA e suas associadas. Consideramos que, pela sua relevância, este tipo de eventos poder-se-ia constituir com um momento de disseminação da ED e da ENED mais alargado, ou seja, que uma comunicação mais alargada destes eventos poderia contribuir para que se colocasse a ED e a ENED na agenda pública.

A análise da informação que consta dos programas e dos relatórios das Jornadas permite-nos aferir que estes eventos foram, tal como previsto, uma oportunidade de trabalho colaborativo e de partilha de experiências e reflexão conjunta entre as entidades envolvidas na implementação da ENED. Assim, ao longo das várias edições, participaram na sua organização, para além da Comissão de Acompanhamento, 8 das 12 ESPA. Representantes da maioria das ESPA e várias das suas associadas (sobretudo ONGD, mas também algumas ESE) marcaram também presença na dinamização de painéis e oficinas. De acordo com informações obtidas nas entrevistas (cf. apêndice 5, E1, E3), a organização das Jornadas, nomeadamente o seu mote, parte de uma sugestão da CA, apresentado e consensualizado com as ESPA que se dispõem a

participar na organização e/ou realização através de oficinas ou outras atividades, considerando a sua relação com o tema.

Enquanto medida transversal (Medida transversal 1), não inscrita em nenhum objetivo em particular, as Jornadas têm potencial para contribuir para a consecução dos vários objetivos da ENED. A análise da informação que consta dos seus programas e relatórios permite-nos afirmar que os seus contributos foram potencialmente importantes para a promoção dos Objetivos 1 e 2. Considerando o Programa, o tema (“Promover a ED nas escolas”) e os objetivos identificados (“Divulgar projetos de ED de escolas, bem como recursos educativos neste domínio” e “Promover a partilha e reflexão sobre práticas de ED implementadas em parceria com entidades externas à escola”), a primeira edição das Jornadas vai ao encontro de Medidas dos Objetivos 1 e 2 da ENED, nomeadamente, das Medidas 1.1, 1.2, 1.3 e 2.1. Já na segunda edição das Jornadas, que teve como tema “A ED e os ODS”, a partir do Programa é possível considerar o seu contributo para Medidas do Objetivo 1 (1.1, 1.2, 1.3) e do Objetivo 2 (Medidas 2.1, 2.2, e 2.3). No que diz respeito às III Jornadas de ED, o tema (“a digitalização: olhares a partir da ED”) e objetivos são marcados pela experiência de aumento significativo de realização de atividades a distância, demonstrando a capacidade de adaptação das ESPA às circunstâncias provocadas pelos confinamentos resultantes da pandemia de CoViD-19. Neste sentido, infere-se do Programa e objetivos das III Jornadas a preocupação em refletir e potenciar o trabalho em ED feito em contextos de digitalização, podendo, deste modo, contribuir para os Objetivo 1 (Medidas 1.1 e 1.2) e Objetivo 2 (Medidas 2.1 e 2.2).

Assim, a concretização da Medida Transversal 2 potencialmente contribuiu, quer para “reforçar a capacidade de intervenção em matéria de ED” (Objetivo 1), quer para “alargar o alcance e a qualidade da intervenção em ED” (Objetivo 2), uma vez que as Jornadas se constituíram como momentos de troca de experiências, conhecimentos e recursos entre vários atores com intervenção em ED, nomeadamente ESPA, ONGD e elementos da comunidade educativa. Sendo eventos cuja organização resultou do trabalho colaborativo entre as entidades da CA e várias ESPA, ainda que indiretamente, podem contribuir também para a consolidação do modelo institucional da ENED (medida 4.1), nomeadamente na Ação 2 identificada no Plano de Ação.

A Medida Transversal 1 constitui-se na realização do Fórum ED. A realização deste Fórum, prevista para 2022, foi adiada para o presente ano (2023), subordinando-se ao tema “Processos de aprendizagem sobre o mundo e sobre nós à luz da ED”.

Na página eletrónica da ENED disponibilizaram-se a apresentação e o programa do Fórum, bem como a gravação completa do evento e as intervenções, também gravadas, do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Portugal, do Diretor do GENE, e da Diretora de Cooperação Regional do Ministério de Economia, Planificação e Desenvolvimento da República Dominicana. À semelhança daquilo que ocorreu para as Jornadas, foi realizada uma avaliação da satisfação dos participantes, cujos resultados ainda não foram, contudo, disponibilizados publicamente (à data da produção deste Relatório).

Do programa do Fórum constam três objetivos: “Congregar a diversidade de atores de ED em Portugal, ampliando o seu alcance, nomeadamente de áreas e territórios em geral menos representados, e parceiros internacionais relevantes; Refletir, em conjunto, sobre o papel da ED na atualidade, a partir de vários contextos nacionais e internacionais, motivando participantes já envolvidos/as e aliciando outros/as; e Contribuir para criar condições que facilitem a elaboração da próxima Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento, alargando a visibilidade, o reconhecimento da pertinência, o apoio político e as reflexões com vista à ação futura”.

Diferentemente das Jornadas, vocacionadas para a discussão de um tema específico da realidade da ED, com pendor mais técnico e relação mais direta com o trabalho desenvolvido pelas entidades presentes na implementação da ENED (cf. apêndice 5, E3), o Fórum assume uma natureza mais abrangente, promovendo uma reflexão política sobre as crises, transformações e incertezas da contemporaneidade e os papéis e desafios da ED na abordagem a grandes problemáticas atuais (a ação climática, a construção da paz ou as desigualdades sociais são apenas alguns exemplos). Esta abordagem fica desde logo patente no programa e nos objetivos do evento, nomeadamente no segundo, e na questão central da reflexão – “Como interrogar o mundo e interrogarmo-nos a nós próprios a partir da ED em tempos de crises e grandes transformações” –, apoiada por duas questões específicas: “Como nos posicionarmos e agirmos tendo em conta a complexidade, a interdependência e os conflitos que caracterizam as sociedades em que vivemos?” e “Em que medida os processos de aprendizagem à luz da ED nos permitem refletir e agir?”. Foram também abordados, quer pelos intervenientes nos painéis, quer pelo público, que se envolveu ativamente na discussão, desafios específicos para a ED em Portugal, nomeadamente a necessidade de mais intervenções junto da população adulta, de projetos escolares mais continuados e estruturados, com maior apoio das direções dos estabelecimentos, de uma maior aposta na comunicação/divulgação das iniciativas ou de um alargamento do leque de entidades promotoras. As intervenções de encerramento fizeram um balanço da implementação da ENED 2018-2022, identificando resultados importantes e fazendo

recomendações para o futuro, tendo em conta os resultados alcançados e os desafios que permanecem.

Da análise da participação nos diferentes painéis é possível constatar a consecução do alargamento e congregação de atores em ED, ou com ela relacionados, tanto nacional como internacionalmente, o que permite considerar que o Fórum, enquanto Medida Transversal, contribuiu, essencialmente, para a concretização do Objetivo 2 da ENED. A presença de profissionais da comunicação social na moderação de painéis reafirma este contributo, especificamente no que diz respeito à Medida 2.4.

A participação de atores políticos através de mensagens gravadas, ou mesmo a sua ausência, é identificada por alguns membros da CA (cf. apêndice 5, E4, E5, E7) como um óbice ao envolvimento e reconhecimento político plasmados num dos objetivos do Fórum. É também reconhecido que estas ausências não são fruto de pouco empenho na organização do Fórum, não deixando, no entanto, de ser um aspeto a considerar pela relevância que o envolvimento deste tipo de atores poderá ter para uma afirmação política da ENED e da ED. Assim, embora o Fórum, enquanto Medida Transversal, tenha um forte potencial para a concretização da Medida 2.3, tal não terá sido completamente conseguido, ainda que tenha aí sido reafirmado, por atores políticos, a ED como um dos eixos estratégicos da Estratégia da Cooperação Portuguesa 2030.

3.3. Como foi incorporada a ENED pelos promotores?

A incorporação da ENED pelos seus promotores foi analisada a partir do indicador ‘perceções do papel da ENED na ação das entidades promotoras’. Para tal foram mobilizadas informações recolhidas através do inquérito por questionário e das entrevistas.

Quando questionadas sobre a relevância da ED no conjunto das atividades da sua organização (cf. apêndice 2.2, tabela 11), há a destacar que, numa escala de 7 pontos, em que 1 representa baixa relevância e 7, elevada, as respostas situam-se claramente na metade positiva da escala (M=5,23; DP=1,454). A relevância atribuída à ED no conjunto das atividades da entidade é ainda confirmada pelo facto de nenhuma entidade ter selecionado os níveis baixos da escala (cf. apêndice 2.2, tabela 12).

Numa análise por tipo de entidade, destaca-se o número de ESPA que se posicionou no limite superior da escala (n=5), revelando ter muitas atividades de ED em curso (cf. apêndice 2.2, tabela 12), não se registando, contudo, diferenças estatisticamente significativas entre os diferentes tipos de entidade no modo como avaliam a relevância da ED nas suas atividades.

Numa perspetiva temporal comparativa sobre a importância da ED, em 2018 e em 2022, os dados recolhidos (cf. apêndice 2.2, tabela 32) demonstram que, na maioria das entidades, a importância da ED aumentou, ligeira ou substancialmente.

A análise diferenciada por tipo de entidade revela que apenas 1 ONGD refere que a importância da ED diminuiu ligeiramente durante o período de execução em análise. Independentemente deste facto, a tendência geral é para a identificação de um aumento, ligeiro ou substancial, em todos os tipos de entidades (cf. apêndice 2.2, tabela 32).

Estes dados sobre a crescente relevância da ED são concordantes com aqueles que apontam para uma significativa articulação dos objetivos da ENED 2018-2022 com a missão das entidades respondentes (M=5,58; DP=1,336, numa escala de 1 a 7 em que 1 significa 'baixa, têm lógicas distintas' e 7 significa 'elevada, há forte concordância'). As entidades respondentes têm também uma perceção positiva do seu grau de envolvimento na implementação da política pública (M=5,23; DP=1,627, numa escala de 1 a 7 em que 1 significa 'baixo, quase nada foi feito' e 7 significa 'elevado, houve muitas iniciativas em curso), bem como do impacto desta no trabalho que desenvolvem em ED (M=5,13; DP=1,258, numa escala de 1 a 7 em que 1 significa 'muito negativamente' e 7 significa 'muito positivamente') (cf. apêndice 2.2, tabela 16).

Estas perceções devem ser complementadas com a análise de dados mais objetivos relativos à existência de departamentos e profissionais especificamente dedicados à ED nas entidades. A esse nível, o panorama afigura-se também positivo, com 61% dos respondentes a indicar que a sua entidade tem departamento e profissionais especificamente dedicados à ED. A análise por tipo de entidade revela que a grande maioria das ONGD indica ter um departamento dedicado à ED; no que diz respeito às ESE, a distribuição é mais ou menos equitativa (4 revelam ter o departamento e 3 não); entre as ESPA, a maioria não tem um departamento de ED, o que pode estar relacionado com a multiplicidade de missões/áreas de atuação deste tipo de entidades. A análise por tipo de entidade revela ainda que as ONGD são as entidades que apresentam uma maior percentagem relativa de profissionais a trabalhar especificamente em ED. Estes dados apontam, sem surpresas, para uma maior profissionalização do trabalho em ED pelas ONGD, aspeto com diversas implicações a seguir exploradas (cf. apêndice 2.2, tabela 7, 8).

Questionadas sobre alterações trazidas pela ENED ao seu trabalho em ED, as entidades destacam sobretudo o reforço do trabalho em parceria (M=5,30; DP=1,822, numa escala de 1 a 7 em que 1 significa 'discordo totalmente' e 7 significa 'concordo totalmente'), a diversificação de parcerias (M=5,17; DP=1,821) e o incremento de atividades de ED (M=5,14; DP=1,706). Esta

importância das relações entre as entidades fica também evidente nas respostas à questão sobre os fatores que contribuíram para o impacto da ENED nas entidades. O fator que parece reunir o maior grau de consenso, entre os respondentes, como aquele que teve um impacto mais positivo é a oportunidade de trabalho colaborativo com outras organizações (M=5,55; DP=1,650, numa escala de 1 a 7 em que 1 significa ‘contribuiu muito negativamente’ e 7 significa ‘contribuiu muito positivamente’). Segue-se o enquadramento numa agenda nacional de ED (M=5,29 DP=1,419) e a oportunidade de intercâmbio com outras organizações (M=5,23 DP=1,668). Numa questão de balanço global, os respondentes indicam que a ENED 2018-2022 contribuiu sobretudo para a articulação da ED com outras ‘educações para’, a difusão de conhecimentos sobre ED, a promoção do conhecimento interinstitucional dos atores de ED, a possibilidade de realização de atividades de ED de forma mais sistemática e estruturada e a promoção do conhecimento de diferentes tipos de atividades de ED (valores médios acima de 5 numa escala de 1 a 7 em que 1 significa ‘discordo totalmente’ e 7 significa ‘concordo totalmente’)(cf. apêndice 2.2, gráfico 3).

As respostas às questões abertas suplementam estas perceções, dando conta de um caminho de aprofundamento da incorporação da ED e da ENED pelas entidades, consubstanciado, nomeadamente, num maior conhecimento da área, num reforço da sua articulação com outras ‘educações para’ e num incremento e/ou aprofundamento das atividades de ED realizadas. Para esta maior mobilização em torno da ENED e da ED, as entidades consideram terem sido fundamentais as oportunidades de trabalho colaborativo, de parceria e de partilha de conhecimentos e experiências em diferentes modalidades (capacitações, ações conjuntas, comunicação no *website* da ENED, criação e disseminação de recursos educativos e outros conteúdos sobre ED). São também positivamente destacados, como fatores potenciadores desse maior dinamismo, o envolvimento na coordenação, gestão e promoção da ENED, bem como no próprio processo de acompanhamento e monitorização, cujos relatórios anuais contribuem para um maior conhecimento do campo da ED e para um posicionamento mais estratégico das entidades no mesmo. É ainda referida a importância do reforço das verbas alocadas à ED/ ENED, nomeadamente através da criação do MAI.

Os desafios a este caminho de reforço da capacidade de intervenção em ED das entidades e de iniciativa, potencialmente contribuidor para uma maior qualidade e alcance das ações implementadas, passam, de acordo com os respondentes:

a) pela dificuldade em conseguir um envolvimento mais ativo dos altos responsáveis das entidades promotoras da ENED;

b) pela necessidade de as entidades atenderem sobretudo à sua missão primeira e às prioridades das suas carregadas agendas, o que também dificulta a criação de núcleos estáveis de trabalho em torno da ED;

c) pelos constrangimentos relacionados com o financiamento, não só pela necessidade do seu reforço para alguns casos, mas também por limitações associadas à natureza de algumas das entidades públicas, com influência no acesso a mecanismos de financiamento específico de iniciativas no âmbito da ENED;

d) pela necessidade de continuar a desenvolver um trabalho conceptual em torno da ED e da ECG, em Portugal, e a partir da realidade das diferentes entidades que estão envolvidas na implementação da ENED, com uma maior articulação e horizontalidade entre as mesmas e com outras Estratégias nacionais (na lógica da complementaridade e não de competição).

Estes dados demonstram uma perceção bastante positiva do papel da ED no trabalho das entidades promotoras, qualquer que seja a sua natureza e papel na ENED (subscritoras ou não do PA). No entanto, as entrevistas realizadas, por possibilitarem a obtenção de dados mais aprofundados, permitiram detalhar com maior precisão a questão do papel da ED e incorporação da ENED, sobretudo por tipo de entidade.

É possível verificar que todos os entrevistados (cf. apêndice 5, E1, E2, E3, E4, E5, E6) referem o facto de as ESPA incorporarem a ENED por justaposição, ou seja, situando a sua atividade no campo das diferentes “educações para ...”, assumindo que é por essa via que estão a contribuir para a ENED. Assim, para as ESPA, a ENED tem um papel de continuidade face às iniciativas que já seriam desenvolvidas pelas próprias, havendo a perceção da necessidade de continuar a investir na sensibilização da incorporação dos princípios de ED neste tipo de entidades. Tal como é referido, quer por entidades deste tipo (cf. apêndice 5, E1 e E2), quer por outro tipo de entidades (cf. apêndice 5, E3, E4 e E6), a este facto não é alheia a rotatividade de pessoas que representam as ESPA na ENED, e que muitas vezes obriga à necessidade de reenquadramento e reconceptualização, bem como o facto de a participação na ENED, apesar de formalmente ser assumida pela instituição, consubstanciar-se no trabalho de uma pessoa em específico, não tendo necessariamente um efeito catalisador para dentro da organização (cf. apêndice 5, E1). O carácter heterogéneo que as ESPA têm torna também este aspeto num desafio permanente, uma vez que as suas diferentes especificidades provavelmente obrigariam a um investimento diferenciado na promoção da apropriação da ENED por cada uma (cf. apêndice 5, E1). Embora seja reconhecida uma evolução positiva na apropriação da ED e da ENED pelas ESPA (cf. apêndice 5, E1, E2, E3, E4, E5, E6), é também assumido que esta será

sempre uma questão, na medida em que a ED não se constitui como a missão central destas entidades (cf. apêndice 5, E3, E4, E5, E6 e E7). De acordo com estes promotores isso é visível sobretudo no que é reportado, e refere-se a tensão existente entre o alargamento da ENED a várias entidades, não fechando a ED em si mesma, o que é visto como positivo, e o risco de a ED perder a sua identidade.

Todos os promotores da ENED reconhecem a importância que o MAI teve nesta questão da apropriação da ENED (cf. apêndice 5, E1, E2, E3, E4, E5, E6). A criação do MAI chega mesmo a ser referida como um momento de viragem entre o que é indicado como “a primeira e a segunda fase da ENED”. De acordo com os promotores, a existência do MAI permitiu a conceção de novas atividades, especificamente pensadas para a ENED, o que teve um efeito de maior apropriação da ED e da ENED por parte das ESPA. Este mecanismo teve este contributo também pelo modo como foi desenhado, ou seja, ao definir como critério para a apresentação de projetos ou iniciativas a parceria entre organizações públicas e da sociedade civil, fomentou um trabalho colaborativo. O modo de trabalho colaborativo tem estado subjacente a toda a dinâmica da ENED, sendo reconhecido como um dos pontos fortes, tanto a nível nacional como internacionalmente. Mas a criação do MAI aprofundou o nível de trabalho colaborativo na ENED, na medida em que impulsionou a construção conjunta de iniciativas de ED, criando iniciativas de raiz e articulando as “educações para...” com a ED. Em cada uma das duas edições deste mecanismo, foram desenvolvidas quatro iniciativas que permitiram um trabalho colaborativo com impacto na apropriação da ED nas ESPA. Estas quatro iniciativas permitiram a realização de ações de capacitação, criação de uma rede de trabalho e elaboração de recursos educativos e diagnósticos para planear ações no âmbito da ED. Nestas iniciativas, e ao longo das duas edições, foram criadas parcerias entre uma entidade pública, duas organizações da sociedade civil e duas instituições de ensino superior; uma entidade pública, uma organização da sociedade civil e uma instituição de ensino superior; uma organização da sociedade civil e uma ONGD; uma organização da sociedade civil e uma entidade pública. A menor preponderância da participação de ESPA que se constituem como entidades públicas poderá estar relacionada com particularidades destas relativas ao acesso a fundos de financiamento, o que será tratado na resposta à subpergunta 4.4. Tal como nas entrevistas, onde foi amplamente reconhecido por todos os atores (cf. apêndice 5, E1, E2, E3, E4, E5, E6), também no inquérito por questionário é especificamente mencionado, em resposta à questão aberta “Como avalia este Mecanismo e que recomendações faria para o mesmo”, o papel do Mecanismo no aprofundamento da apropriação da ENED pelas ESPA; na promoção e intensificação de relações de trabalho e de

parceria entre entidades de natureza diversa (nomeadamente entre ESPA e ONGD); e a consolidação do entendimento da ED por parte de atores de outras “educações para...”.

Sobre a questão da incorporação da ENED pelas ESPA, é também referido o papel que as Jornadas e as ações de capacitação promovidas têm. No entanto, a importância destas iniciativas, no que à apropriação da ENED diz respeito, é referida apenas pelos membros da Comissão de Acompanhamento (cf. apêndice 5, E3, E4, E5 e E6), não se encontrando referência a estes momentos do ponto de vista do impacto na apropriação por parte das ESPA, o que poderá significar que, embora reconheçam a importância destas iniciativas, não lhe atribuem valor significativo no que ao aspeto da apropriação diz respeito.

No caso das ESE, enquanto promotoras da ENED, destaca-se que, no inquérito por questionário, é este tipo de entidade que faz uma apreciação unanimemente mais positiva sobre o impacto da ENED na organização: numa escala de 1 a 7, as respostas variam entre 5 e 6, sendo estas as entidades as que apresentam um desvio padrão mais baixo (ESE, M=5,29, DP = 0,488) (cf. apêndice 2.2, tabela 17, 18).

É reconhecida, por vários intervenientes, a existência de um salto qualitativo no que à incorporação da ENED diz respeito (cf. apêndice 5 E1, E4, E5, E6) que se consubstancia, essencialmente, na incorporação da ENED nas 14 ESE públicas existentes no país. Assumindo que o trabalho em ED já seria realizado por algumas ESE (cf. apêndice 5, E1), a existência do MAI permitiu o reforço da incorporação da ENED, ao dar visibilidade a esse trabalho já realizado e alargá-lo a outras ESE. Nesse sentido, tornou-se fundamental para a incorporação da ENED em todas as ESE a elaboração e assinatura de uma Carta de Compromisso das ESE para a implementação da ENED, decorrente de um projeto realizado no âmbito do MAI, e que permitiu fazer um diagnóstico sobre a ED nestas entidades, criação e formação de pontos focais e planos estratégicos de ação em rede. Isto mesmo é evidenciado na resposta à pergunta aberta do inquérito por questionário sobre as alterações concretas que a ENED permitiu na organização dos respondentes.

Sublinha-se, aqui, o papel estruturante do MAI na promoção de ações que fortalecem a ED e a ENED nas entidades promotoras, quanto mais se se considerar, no caso específico das ESE, o seu incontornável papel na formação inicial de professores do ensino básico.

Relativamente a um outro tipo de promotores, as ONGD, a incorporação da ED na sua ação não é uma questão relevante, uma vez que esta é uma das ações fulcrais da sua missão. Deste modo, importa perceber a forma como a ENED é incorporada, sendo evidenciado nos seus discursos (cf. apêndice 5, E7) o papel que a ENED tem de organizador da sua ação. Assim, a ENED

assume um papel estratégico para as ONGD, sendo aludido que a elaboração de iniciativas e/ou projetos tem como referente as Medidas da ENED que se apresentam como menos executadas nos Relatórios de Acompanhamento (cf. apêndice 5, E6 e E7). Ainda no que à incorporação diz respeito, as ONGD referem que a sua ação em ED não é limitada pela ENED, ou seja, não é limitada pela estratégia política do Estado, assumindo assim o seu caráter não governamental, o que pode ter um potencial de alargamento da própria ENED, que é já valorizada por ser abrangente, não constringendo a ação destas organizações.

Por fim, vários dos intervenientes ouvidos referiram a importância de articulação da ENED com as diversas outras Estratégias ou Planos Nacionais existentes no país e cuja implementação está diretamente relacionada com o trabalho desenvolvido por organizações envolvidas na ENED, nomeadamente ESPA (cf. apêndice 5, E1, E2, E3, E4, E5). A pluralidade de estratégias políticas do mesmo nível é mesmo referida como potenciadora de uma eventual competição, e vista como dificultadora da incorporação da ENED por entidades que têm de dar resposta à execução de Estratégias da sua área de ação específica. Este facto torna-se um desafio quanto a esta questão da incorporação, sendo que é também assinalado que a sua superação poderia ser feita através de uma articulação entre Estratégias e Planos Nacionais (cf. apêndice 5, E2, E4, E5, E6 e E7), sendo discutível o modo como essa articulação poderia ser feita. É interessante assinalar que, quando é feita a comparação entre diferentes Estratégias, as ESPA relevam aspetos positivos no modelo de governação e implementação da ENED e as ONGD referem, por comparação, aspetos negativos da ENED por referência à sua visibilidade pública e política, aspeto que será tratado na resposta à subpergunta 3.4.

Não obstante todos os desafios identificados na incorporação da ENED, é possível perceber, quer nos inquiridos, quer nas entrevistas, uma tendência crescentemente positiva.

3.4. Como foram concretizados os objetivos estratégicos da ENED?

A compreensão da concretização dos objetivos estratégicos resulta de um processo duplo. Por um lado, faz-se aqui a análise do peso relativo das medidas inscritas nos objetivos da ENED, a partir de dados já apresentados na resposta à subpergunta 3.1, ou seja, das características das ações reportadas nas medidas estabelecidas no PA. Por outro lado, elabora-se uma análise interpretativa cruzada da ENED com o seu Plano de Ação, tendo por referência os elementos de intertextualidade presentes.

A partir dos dados recolhidos nas bases de dados de reporte, no período de execução da ENED, constata-se que os objetivos estratégicos se concretizaram a partir do contributo mais forte de determinadas medidas em detrimento de outras. No quadro 5, elencam-se as medidas que mais contribuíram para os 3 primeiros objetivos:

Objetivo	Medida com mais iniciativas reportadas	Percentagem de iniciativas reportadas no objetivo
1. Reforçar a capacidade de intervenção em matéria de ED	1.3. Produção de conteúdos e recursos	65%
2. Alargar o alcance e a qualidade da intervenção em ED	2.1. Reforço da integração da ED no sistema educativo	50,5%
3. Afirmar a importância e promover a transversalização da ED	3.4. Mobilização de recursos adequados à intervenção	71,7%

Quadro 5 – Medidas com mais iniciativas reportadas por objetivo (Fonte: elaboração própria; Fonte de dados: bases de dados de reporte da ENED, de 2018 a 2022)

Pela sua natureza singular, que será referida mais adiante, não foi aqui considerado o objetivo 4, mas a análise da informação recolhida permite retirar algumas conclusões, ainda que estas devam ser lidas com prudência face ao que foi já referido ao longo deste relatório, nomeadamente a partir das respostas à pergunta 2 e à subpergunta 3.1.

A primeira conclusão é que os 3 objetivos acima identificados apresentaram, por referência às suas respetivas medidas, uma concretização desequilibrada, uma vez que em todos eles há uma única medida para a qual se reportam mais de 50% de iniciativas. Se se considerar que o número de medidas de cada um dos objetivos não é igual, esta conclusão sai reforçada, uma vez que aquele que apresenta um maior número de medidas – o objetivo 2, com 5 medidas – concentra 50,5% de iniciativas reportadas numa única medida.

A análise dos dados por objetivo permite perceber que o objetivo 1 foi concretizado, sobretudo, a partir da ‘**produção de conteúdos e recursos**’, e muito menos pela ‘formação de agentes educativos’ (medida 1.1, com 23,1% de iniciativas reportadas no objetivo) ou pela ‘capacitação de organizações’ (medida 1.2, com 11,9% de iniciativas reportadas no objetivo) (cf. apêndice 4.5).

O objetivo 2, com 5 medidas associadas, concretizou-se a partir do ‘**reforço da integração da ED no sistema educativo**’, para o qual foram reportadas muito mais iniciativas do que para o ‘fortalecimento da ED nos contextos de educação não formal’ (medida 2.2, com 27,1% de iniciativas reportadas no objetivo) e para o ‘envolvimento dos media’ (medida 2.4, com 13,7% de iniciativas reportadas no objetivo). As medidas com iniciativas menos reportadas

neste objetivo apresentam valores substancialmente mais baixos do que os da medida 2.1: a ‘promoção de iniciativas de concertação para a melhoria das políticas’ (medida 2.3) teve apenas 5% das iniciativas reportadas no objetivo e a medida 2.5 ‘participação internacional’ registou 3,8% das iniciativas reportadas para o objetivo (cf. apêndice 4.5).

Quanto ao objetivo 3, verifica-se que a ‘**mobilização de recursos**’ se destaca largamente das restantes medidas. O ‘reconhecimento formal da ED’ (medida 3.1) contabilizou 14,8% das iniciativas reportadas no objetivo 3, seguida da medida 3.3 ‘articulação internacional na tomada de decisões’ (11,5% das iniciativas reportadas no objetivo) e da medida 3.2 ‘articulação nacional na tomada de decisões’, que se destaca por ter apenas 1,9% das iniciativas reportadas no objetivo (cf. apêndice 4.5).

Para além da prudência necessária na leitura destes dados, e que foi já referida, é preciso também ressaltar que podem ter contribuído para o desequilíbrio apresentado: a natureza muito diferente destas medidas; a diferença entre o número de promotores a que elas se poderão adequar; a relação entre os objetivos, as medidas, as ações e os indicadores apresentados no Plano da Ação. Nesse sentido, assumiu-se como pertinente a realização de uma análise interpretativa da ENED e do seu Plano de Ação, assente na intertextualidade entre os documentos e no seu interior, sobretudo, no Plano de Ação. Essa análise é apresentada de seguida.

O Plano de Ação da ENED é construído numa lógica de relação entre objetivos, medidas, ações e indicadores, definindo um encadeamento que pressupõe a concretização dos objetivos através dos indicadores definidos. Ou seja, é suposto que os objetivos sejam atingidos através de medidas que se consubstanciam em ações concretizadas através dos indicadores.

A ENED define, no seu Quadro de Ação, a finalidade da ED como

“a formação de cidadãos e cidadãs responsáveis, comprometidos e comprometidas com um processo de transformação social no sentido de construir sociedades mais justas, solidárias, inclusivas, sustentáveis e pacíficas. Tais princípios norteiam a ação educativa e estão associados a valores expressos através da forma como as pessoas atuam e justificam o seu modo de agir e as competências demonstradas em contextos diversificados” (ENED, p. 16).

Atendendo a tal finalidade, seria de esperar que os objetivos estratégicos fossem formulados de modo a definir, no quadro temporal identificado, o rumo que a ENED privilegiaria para contribuir para a transformação social desejada. No entanto, os objetivos identificados na ENED assemelham-se mais a objetivos táticos, desdobrados em medidas, e alcançáveis por ações definidas enquanto objetivos operacionais.

Num trabalho sobre o mapeamento de decisões políticas em educação, Magalhães e Stoer (2005) apresentam três ideais-tipo sobre a relação entre as políticas públicas de educação e a mudança social. Argumentam estes autores que, na impossibilidade de dominar a mudança social, as políticas públicas de educação tendem a ‘surfá-la’, ‘geri-la’ ou ‘pilotá-la’, numa metáfora que, assumindo a impossibilidade do seu controlo total, enuncia formas menos ou mais dirigidas da ação. O que diferencia estes três modos de relação das políticas públicas de educação com a mudança social é o modo como se inscrevem face a um conjunto de parâmetros indicados pelos autores: o quadro teórico onde se inscrevem os processos de tomada de decisão; o timing da decisão, considerando-se o período de tempo no qual se espera que os efeitos se produzam; a relação com o contexto mais amplo, ou seja, a capacidade de ter em conta as características dos contextos onde a política será implementada; o modus operandi, que considera o carácter mais tático ou estratégico como base da ação a desenvolver; e os objetivos a serem alcançados (cf. Magalhães e Stoer, 2005). Considerando este referencial teórico-analítico para analisar a ENED e o seu Plano de Ação, e tendo presente que falamos de ideais-tipo, reconhece-se na ENED mais características de ‘gestão da mudança social’ do que de ‘pilotagem da mesma’. Para tal concorrem a vigência da ENED (ou seja, o médio prazo como *timing* de produção de efeitos) e o *modus operandi* (ou seja, a escolha tática de estratégias) diretamente relacionado com os objetivos, formulados mais numa lógica de conciliação de interesses do que como efeitos a alcançar. O uso de expressões, nos objetivos, como ‘Reforçar’, ‘Alargar’ e ‘Consolidar’ remetem para um carácter de continuidade que nunca é referido, não se explicitando se, e como, estes objetivos se relacionam com a transformação social patente na ENED através dos princípios de ação que aí são elencados.

Ainda no que à formulação dos objetivos diz respeito, realça-se que o objetivo 4 ‘Consolidar a implementação da ENED’, nesta formulação, poderia englobar todos os outros, ou seja, os objetivos 1, 2 e 3 podem concorrer, de facto, para a consolidação da ENED.

Objetivos	Medidas
1. Reforçar a capacidade de intervenção em matéria de ED	1.1. Formação de agentes educativos
	1.2. Capacitação de organizações
	1.3. Produção de conteúdos e recursos
2. Alargar o alcance e a qualidade da intervenção em ED	2.1. Reforço da integração da ED no sistema educativo
	2.2. Fortalecimento da ED nos contextos de educação não formal
	2.3. Promoção de iniciativas de concertação para a melhoria das políticas
	2.4. Envolvimento dos meios de comunicação social

	2.5. Participação internacional
3. Afirmar a importância e promover a transversalização da ED	3.1. Reconhecimento formal da ED
	3.2. Articulação nacional na tomada de decisões
	3.3. Articulação internacional na tomada de decisões
	3.4. Mobilização de recursos adequados à intervenção
4. Consolidar a implementação da ENED	4.1. Modelo institucional da ENED
	4.2. Sistema de acompanhamento da ENED
	4.3. Cultura de avaliação da ENED

Quadro 6 – Relação entre objetivos e medidas no PA da ENED (Fonte: elaboração própria; Fonte de dados: PA da ENED)

Se não é claro, na definição dos objetivos, a sua relação com os desejados processos de transformação social, também não se torna evidente a relação estabelecida entre alguns objetivos e algumas das suas medidas.

No objetivo 1, pelas medidas enunciadas, o ‘reforço da capacidade de intervenção em matéria de ED’, apoia-se na capacitação realizada através de três modos: a formação de pessoas, a formação institucional e a elaboração de recursos que possam apoiar a formação e/ou a intervenção em ED. O objetivo 2, que pretende ‘Alargar o alcance e a qualidade da intervenção em ED’, não refere nenhuma medida de formação, pelo que o sentido de ‘intervenção em ED’ é nomeado em dois objetivos que se consubstanciam em medidas construídas de modo bastante diferente, podendo questionar-se o que se entende por ‘intervenção em ED’. Este objetivo 2, na verdade, é enunciado com sentido duplo (‘o alcance e a qualidade’), sendo que na definição de medidas, se é perceptível a dimensão de ‘alcance’, não é explicitado o que se entende por ‘qualidade’. A este facto junta-se o modo como estão construídos os indicadores: dos 14 indicadores para a consecução do objetivo 2, três referem-se a levantamento e/ou partilha de informação e onze referem-se ao número de ações realizadas. Não é possível equacionar a ‘qualidade’ enunciada no objetivo a partir de indicadores deste tipo, questão que voltaremos a abordar adiante.

No objetivo 3, também de sentido duplo (‘Afirmar a importância e promover a transversalização da ED’), poderia ser entendido que em cada medida se contemplaria as duas finalidades, no entanto, as medidas são suficientemente vagas para subentender, ou não, tal relação. O objetivo 4, já aqui referido, é o único que traz para a sua definição a ENED e não a ED. A formulação das suas medidas transformam-no num **objetivo de gestão da estratégia** e não num **objetivo da estratégia**. Seria mais interessante que estes dois níveis – o da implementação e o da gestão – pudessem ser autonomizados, deixando claro na ENED qual o modelo de gestão

e monitorização da mesma, numa secção à parte dos objetivos que se pretendiam estratégicos de uma política pública.

É também de destacar que, não obstante a existência de um glossário e de notas explicativas, a similaridade de formulação de algumas medidas induz opacidade com efeitos também no reporte, como foi já abordado na resposta às subperguntas da questão 2. Ainda que as ações sejam distintas, a diferença entre a medida ‘2.3. Promoção de iniciativas de concertação para a melhoria das políticas’ e a medida ‘3.2. Articulação nacional na tomada de decisões’ não é clara, ao ponto de poder ser entendida como sobreposição.

Uma leitura das ações na sua relação com as medidas em que estão inscritas levanta também questões sobre o modo como se articulam e concorrem para estas últimas. Pelas razões já apontadas acima acerca do objetivo 4, não o abordaremos no que a esta questão diz respeito. Por outro lado, por uma questão de economia de espaço, deixaremos aqui explicitados alguns exemplos – uma ação, de uma medida, de um objetivo – num exercício que, no entanto, pode ser feito para todas elas:

Objetivo	Medida	Ações
Objetivo 1	1.2. Capacitação de organizações	1.2.1 Realização de ações de capacitação das ESPA
		1.2.2 Realização de ações de capacitação de entidades associadas/parceiras/membros das ESPA
		1.2.3 Realização de ações de capacitação de outras entidades

Quadro 7 – Exemplo da relação entre ações e medidas, no objetivo 1 (Fonte: elaboração própria; Fonte de dados: PA da ENED)

A medida 1.2 estabelece como ações a ‘realização de ações de capacitação’ de diferentes entidades. Apesar de não ser claro o que se entende por ‘ações de capacitação’, o glossário define ‘capacitação’ como “atualização, ampliação e aprofundamento das competências”. Ao acoplar ‘ações’ a ‘capacitação’ o entendimento mais provável é o de realização de sessões de formação. O entendimento de que através de formação em sala se capacita algo ou alguém pode ser redutor face a outros modos de capacitação, como o trabalho conjunto entre organizações/pessoas, que a experiência desenvolvida através do MAI revelou ser mais eficiente para a ‘capacitação de organizações’ e para ‘reforçar a capacidade de intervenção em matéria de ED’. Do mesmo modo, os indicadores centrados no número de ações realizadas, nada dizem sobre a concretização da medida e do objetivo. Esta análise incide, especificamente, na coerência entre o modo como se definem estas medidas e as ações que concorrem para elas. Isto implica que não se pretende com esta análise referir que não existam

outras formas de capacitação que tenham sido desenvolvidas no âmbito da ENED, que também existem.

Objetivo	Medida	Ações
Objetivo 2	2.1. Reforço da integração da ED no sistema educativo	2.1.1 Promoção de projetos e outras iniciativas de integração da ED nos estabelecimentos de educação, ensino e formação
		2.1.2 Realização de sessões de divulgação do Referencial de ED – educação pré-escolar, EB, ES a docentes e outros agentes educativos
		2.1.3 Elaboração e divulgação de um levantamento de UC que integram abordagens de ED no ensino superior

Quadro 8 – Exemplo da relação entre ações e medidas, no objetivo 2 (Fonte: Elaboração própria; Fonte de dados: PA da ENED)

A ação 2.1.1, ao referir ‘projetos e outras iniciativas da ED nos estabelecimentos de educação, ensino e formação’, enfraquece a ideia de ‘integração da ED no sistema educativo’ presente na medida 2.1 uma vez que esta última se define mais pelo que acontece no currículo do que nos estabelecimentos de ensino. A existência, no momento de elaboração da ENED, de uma área curricular (disciplinar e não disciplinar) de Cidadania e Desenvolvimento, permitiria que a integração da ED no sistema educativo se fizesse por essa via. No texto da ENED existe uma referência à criação da área curricular de Cidadania e Desenvolvimento (ENED, p. 8-10), no entanto, a medida 2.1 ‘reforço da integração da ED no sistema educativo’ não assume explicitamente, em nenhuma das suas ações, esta área curricular como estratégica para a integração da ED. Por outro lado, tal como está formulada, a ação 2.1.1 poderia estar integrada na medida ‘2.2 Fortalecimento da ED nos contextos de educação não formal’, uma vez que os estabelecimentos de ensino são também contextos de educação não formal: não é o lugar onde ocorre que define a formalização do ato educativo, mas sim a sua estruturação. A referência a projetos aponta para ações mais concordantes com modos de educação não formal do que de educação formal, que é aquela que acontece dentro das salas de aulas, enquadrada pelo currículo. O mesmo pode ser referido para a ação 2.1.2, uma vez que não é apenas pela divulgação do referencial que se promove a integração da ED no sistema educativo. A estes aspetos junta-se o tipo de indicadores: a contabilização do número de ações não promove a integração referida na medida.

Objetivo	Medida	Ações
Objetivo 3	3.2. Articulação nacional na	3.2.1. Realização de reuniões com a presença de atores políticos e quadros diretivos das ESPA

tomada de decisões	de	3.2.2. Inclusão do tema da ED em reuniões e documentos de estruturas de iniciativa governamental para a concertação entre atores (...)
--------------------	----	--

Quadro 9 – Exemplo da relação entre ações e medidas, no objetivo 3 (Fonte: Elaboração própria; Fonte de dados: PA da ENED)

A medida 3.2 revela-se estrategicamente relevante no que à ENED e à ED diz respeito, dado o carácter transversal inerente à ED e o seu potencial de articulação com outras políticas públicas. A enunciação da ação 3.2.1 pode responder a uma necessidade verbalizada em contexto de entrevistas (cf. apêndice 5, E1, por exemplo) mas não garante necessariamente a articulação. Nesta medida, tal como na ação 3.2.2, a promoção da conexão com outras estratégias e planos nacionais, poderia ser mais eficiente no que à articulação nacional de tomada de decisão diz respeito, dada a proliferação de documentos deste tipo em áreas políticas que se conectam com a ED. O que tem vindo a ser referido quanto aos indicadores tem também aqui lugar, uma vez que não se vislumbra como provável que o número de reuniões e de documentos garanta a articulação enunciada na medida e a importância e transversalização presentes no objetivo.

Para finalizar, é importante realçar os indicadores do PA, apesar das menções que já foram feitas. No Plano de Ação da ENED é referido que

“O processo de discussão e identificação dos indicadores foi marcado por uma preocupação dupla. Por um lado, procurou-se identificar indicadores específicos, mensuráveis, atingíveis, relevantes e limitados no tempo (SMART), claros (precisos e sem grande margem de ambiguidade), financeiramente razoáveis (disponíveis a um custo razoável), adequados (que permitam uma base de informação suficiente para avaliar o desempenho) e monitorizáveis (passíveis de validação independente) (CREAM), refletindo as tendências nacionais e internacionais nesta matéria. Por outro lado, procurou-se identificar indicadores que permitissem a realização de uma leitura qualitativa das ações atingidas. Esta necessidade foi claramente identificada em todas as Oficinas realizadas e especificamente salientada pelas ESPA no processo de avaliação da ENED 2010-2016. A lógica subjacente a esta distinção baseia-se na ideia que a concretização da ação por si só é um passo significativo, mas no âmbito da Educação para o Desenvolvimento, não permite conhecer as condições, o contexto, a especificidade dessa concretização, que pode conter dimensões discriminatórias, desiguais ou injustas. Assim, e em coerência com os princípios definidos na ENED 2018-2022, torna-se necessário garantir a definição de indicadores que permitam fazer uma leitura mais rica e complexa da concretização de cada meta.” (Plano de Ação da ENED, p. 1).

Não obstante a preocupação expressa no PA sobre os modos de construção dos indicadores, a análise do mesmo revela que os indicadores usados são essencialmente do tipo SMART, quando a formulação de objetivos, medidas e ações exigiriam que fossem, se não totalmente, pelo menos maioritariamente CREAM. Assinala-se ainda que, tal como tem vindo a ser referido em diferentes partes constitutivas deste relatório, estes indicadores remetem a monitorização e acompanhamento essencialmente para uma verificação de resultados que, sendo importante, não é compatível com a finalidade última da ED e da ENED – a transformação

social – só passível de ser aferida a partir da verificação, pelo menos, do potencial de efeitos produzidos. Não se trata, portanto, de aferir ou ter em consideração, necessariamente, a qualidade das ações realizadas, mas a sua pertinência e potenciais efeitos, dado que os impactos que poderão provocar dificilmente poderão ser medidos e atribuídos a ações específicas, por mais complexas e continuadas no tempo que estas sejam.

4. Como foram financiadas as iniciativas e ações da ENED 2018-2022?

Na Matriz de Avaliação elaborada para a Avaliação Externa, a pergunta de avaliação 4 é desdobrada em 3 subperguntas, a saber: '4.1. Como foram financiadas as atividades da ENED reportadas?'; '4.2 Como foram financiadas as atividades transversais da ENED?'; '4.3 Como foram financiados os sistemas de monitorização, acompanhamento e avaliação da ENED?'; '4.4 Qual a adequação do modelo de financiamento da ENED?'.

As subperguntas 4.1, 4.2 e 4.3 referem-se, portanto, aos modos de financiamento das atividades inscritas nas Ações e Medidas do PA da ENED, pelo que, se optou por agregar estas 3 subperguntas, respondendo-lhes em conjunto ainda que evidenciando os dados referentes a cada uma delas.

4.1. Como foram financiadas as atividades da ENED reportadas?

4.2. Como foram financiadas as atividades transversais da ENED?

4.3. Como foram financiados os sistemas de monitorização, acompanhamento e avaliação da ENED?

A Matriz de Avaliação elaborada para esta Avaliação Externa pressupunha que a resposta às subperguntas acerca do financiamento de iniciativas reportadas ao longo dos 5 anos de implementação da ENED fosse construída a partir dos indicadores 'Origem do (co)financiamento das ações reportadas' e 'Evolução do financiamento atribuído à ED (nacional e europeu) durante a implementação da ENED', e 'Entidade(s) financiadora(s) das atividades transversais e do sistema de acompanhamento da ENED' (cf. apêndice 1).

Nas bases de dados de reporte de cada um dos anos de implementação da ENED, a informação relativa ao financiamento de iniciativas é encontrada nos reportes da Medida 3.4, tanto na ação 1, como na ação 2 desta Medida. Assim, é possível identificar, a partir dos reportes expressos nas respetivas bases de dados, o número de instrumentos financeiros afetos expressamente à ED que foram mobilizados, e o número de instrumentos financeiros não afetos expressamente à ED que foram mobilizados.

Ano	Instrumentos financeiros afetos expressamente à ED		Instrumentos financeiros afetos não expressamente à ED	
	Instrumento	Entidade	Instrumento	Entidade
2018	Linha ED para ONGD	Camões, I.P.	Linha conferências e estudos	Camões, I.P.
	ENED: acompanhamento e implementação		POISE, eixo prioritário 6	
2019	Linha ED para ONGD	Camões, I.P.	Linha conferências e estudos	Camões, I.P.
	ENED: acompanhamento e implementação			
2020	Linha ED para ONGD	Camões, I.P.	Linha conferências e estudos	Camões, I.P.
	ENED: acompanhamento e implementação			
	Mecanismo de subgranting	PPONGD		
	Mecanismo de subgranting	AMI		
2021	Linha ED para ONGD	Camões, I.P.	Linha conferências e estudos	Camões, I.P.
	ENED: acompanhamento e implementação			
	Apoio à implementação do Referencial de ED em escolas			
	Mecanismo de Apoio a Iniciativas ENED (MAI)			
	Mecanismo de subgranting	AMI		
2022	Linha ED para ONGD	Camões, I.P.	Linha conferências e estudos	Camões, I.P.
	ENED: acompanhamento e implementação			
	Apoio à implementação do Referencial de ED em escolas			
	Mecanismo de Apoio a Iniciativas ENED (MAI)			
	Mecanismo de subgranting	IMVF		

Quadro 10 – Instrumentos financeiros afetos expressamente à ED e não afetos expressamente à ED (Fonte: Elaboração própria; Fonte de dados: Bases de dados de reporte da ENED, de 2018 a 2022)

Da análise dos dados apresentados no Quadro 10, e que mobiliza toda a informação disponível no que ao financiamento da ENED diz respeito, verifica-se que quanto às **subperguntas ‘4.2 Como foram financiadas as atividades transversais da ENED?’ e ‘4.3 Como foram financiados os sistemas de monitorização, acompanhamento e avaliação da ENED?’** se regista um instrumento financeiro disponibilizado pelo Camões, I.P., que, de acordo com dados enviados pelo mesmo, totalizou, nos 5 anos de execução 397.757,04€, com um aumento de verba executada a partir do ano de 2020. Esta verba é indicada pelo Camões, I.P. como valor despendido no quadro da ENED no âmbito da rubrica “ENED – acompanhamento e implementação”, pelo que se deduz ter sido através dela que foram financiados o sistema de monitorização e acompanhamento, as atividades transversais, a avaliação intermédia (que se realizou de modo externo, ao contrário do que estava previsto) e a própria avaliação externa.

Já no que diz respeito à resposta à **subpergunta ‘4.1 Como foram financiadas as atividades da ENED reportadas?’**, verifica-se também que a principal entidade financiadora da

ENED é o Camões, I.P., seja através de instrumentos financeiros expressamente afetos à ED ou não. Para além desta, constata-se o uso do POISE, eixo 6, que é reportado pela CIG para apoiar 22 ações de ED (Bases de Dados de Reporte, 2018), enquanto instrumento financeiro afeto não expressamente à ED, bem como do mecanismo de *subgranting* da PPONGD, financiado pela Comissão Europeia, no âmbito do projeto “Por uma Europa aberta, justa e sustentável no Mundo”. Todos os outros instrumentos reportados, mesmo os identificados por outras entidades, têm uma intervenção do Camões, I.P. (ainda que de forma indireta, no caso dos mecanismos de *subgranting*). O mecanismo reportado pela AMI tem proveniência de fundos da União Europeia em 90%, sendo os restantes 10% provenientes do Camões, I.P.

Importa aqui realçar a dupla referência ao financiamento da ED e ao financiamento da ENED. Tanto na Base de Dados de Reporte como nos Relatórios de Acompanhamento são contabilizados instrumentos financeiros à ED, no pressuposto de que as iniciativas financiadas por estes instrumentos concretizam a ENED, ou seja, implementam o seu plano de ação. Ainda que tal pressuposição seja racional, não é possível aferir que tal aconteça efetivamente. Tomando como exemplo a Linha de Financiamento a Projetos de ED, gerida pelo Camões, I.P., o formulário de apresentação de candidaturas solicita a indicação das “medidas e ações do Plano de Ação em que o projeto se enquadra” (in, “Projetos de Educação para o Desenvolvimento de ONGD – Diretrizes para apresentação de propostas”, disponível em www.instituto-camoes.pt) e é apresentado como critério de elegibilidade geral para a apresentação de projetos (“Um enquadramento nas tipologias e medidas definidas na ENED” in, “Projetos de Educação para o Desenvolvimento de ONGD – Critérios de elegibilidade de projetos”, disponível em www.instituto-camoes.pt). No entanto, a consulta ao documento “Grelha de Análise de Projetos de Educação para o Desenvolvimento” (in, “Projetos de Educação para o Desenvolvimento de ONGD – Grelha de análise”, disponível em www.instituto-camoes.pt) não revelou a consideração do enquadramento na ENED dos projetos candidatos como elemento de pontuação dos mesmos. Apesar de as ONGD referirem que não podem apresentar a candidatura projetos que não se enquadrem na ENED, a entidade que gere a linha de financiamento reconhece que vincular a linha de financiamento à ENED poderia trazer problemas se, porventura, a Estratégia não estivesse em funcionamento por um período de tempo, ressalvando ainda que este instrumento é anterior à própria ENED e que a ENED não esgota a ED. Na página *web* do Camões, I.P., é também possível aferir, pela divulgação dos resultados de candidaturas dos projetos apoiados em cada ano de execução (in, “Projetos de Educação para o Desenvolvimento, disponível em www.instituto-camoes.pt), a indicação do setor principal de cada um, a partir dos que são indicados no formulário de apresentação de candidaturas (in,

“Projetos de Educação para o Desenvolvimento de ONGD – Diretrizes para apresentação de propostas”, disponível em www.instituto-camoes.pt), a saber: Sensibilização e Influência política; Educação Formal; Educação Não formal; Capacitação, Diálogo e Cooperação Institucional. Também aqui se verifica a descoincidência entre o instrumento financeiro a que nos temos vindo a referir e a ENED, contribuindo para a dupla referência à ED e à ENED que importaria clarificar no que diz respeito ao financiamento, pelas implicações que trazem para a compreensão da execução da ENED. Os setores que as organizações indicam, ora são mencionados como “Âmbitos de ação” (ENED, p. 17), ora como “Formas de Intervenção” (ENED, p.18). Apesar de este não ser, explicitamente, um instrumento de financiamento da ENED, mas da ED, mantém-se a questão de como se estabelece a relação entre estas quando se pretende aferir os modos de financiamento da ENED. O que está aqui em causa não é sugerir que a linha de cofinanciamento de projetos de ED não contribua para a ENED, mas reconhecer as limitações do atual formato de vinculação. Por exemplo, ao não se considerarem os objetivos estratégicos como critérios de seleção dos projetos a cofinanciamento, isso leva a que, apenas *a posteriori*, no momento do seu reporte, seja possível compreender a relação entre projetos cofinanciados e objetivos estratégicos. A articulação é feita pelas entidades executoras do projeto cofinanciado e numa lógica de autorreporte. A par desta questão seria importante reconhecer que há outras entidades públicas a nível nacional e outras entidades e programas a nível internacional que poderão constituir-se enquanto financiadores da ENED, diversificando as fontes de financiamento desta política educativa.

Olhando para além desta questão, verifica-se a estabilidade que este instrumento de financiamento da ED apresentou durante o período de execução da ENED, assim como a disponibilidade do Camões, I.P. para fazer ajustes acima dos montantes a concurso, conforme se mostra no quadro abaixo:

Ano	Valor a concurso	Cofinanciamento atribuído	Número de Projetos apoiados
2018	550 000 €	543 329,06 €	15
2019	550 000 €	624 880,80 €	16
2020	605 000 €	625 332,74 €	17
2021	605 000 €	591 486,50 €	14
2022	605 000 €	619 420,44 €	15
TOTAIS	2 915 000 €	3 004 449,54 €	77

Quadro 11 – Valores a concurso, cofinanciamento atribuído, número de projetos apoiados e número de ONGD apoiadas pela Linha de Financiamento a Projetos de ED do Camões, I.P., no período de execução da ENED 2018-2022 (Fonte: Elaboração própria; Fonte de dados: Camões, I.P.)

No inquérito por questionário aplicado aos promotores da ENED, foi também aferida a evolução do financiamento das atividades de ED por tipo de entidade. De entre as opções disponíveis, releva-se a elevada percentagem de entidades que optam pela opção “não aplicável” em todos os itens, mas particularmente nos itens: ‘Programas setoriais de financiamento público europeu para a ED’ (48,4%), ‘Outro financiamento público nacional’ (54,8%) e ‘Outro financiamento público europeu’ (54,8%). As respostas obtidas apontam para uma manutenção do financiamento, no que diz respeito aos ‘Fundos próprios’, aos ‘Programas setoriais de financiamento europeu’ e a ‘Outros financiamentos de carácter europeu ou nacional’, confirmando a tendência de estabilidade já apontada na análise dos instrumentos disponibilizados pelo Camões, I.P. Relativamente aos ‘Programas setoriais de financiamento público nacionais’, parece haver uma ligeira tendência de aumento (cf. apêndice 2.2, tabela 27).

Importa também referir que todos os dados mobilizados se referem a financiamento direto, não sendo aqui consideradas formas de financiamento indireto, como seja a alocação de recursos humanos à implementação da ENED. No entanto, não havendo informação que permita contabilizar o tempo investido pelas pessoas envolvidas na implementação da ENED, independentemente do tipo de organização, não é possível tecer considerações sobre aspetos relativos ao financiamento indireto. Em contexto de entrevista é referida esta dificuldade pela multiplicidade de tarefas que os recursos humanos das organizações desempenham (cf. apêndice 5, E4) mas também a tensão existente entre os promotores sobre se esta contabilização deve, ou não, ser considerada como investimento indireto à ENED (cf. apêndice 5, E6).

O financiamento das ações reportadas na ENED teve, em 2021 e 2022, um novo instrumento criado a partir das recomendações da Avaliação Intermédia, sendo que a Avaliação Externa da ENED 2010-2015 fazia já essa recomendação (cf. Recomendação IX e Recomendação XVI, do Relatório Final da Avaliação Externa da ENED 2020-2015).

O Mecanismo de Apoio a Iniciativas ENED (MAI) disponibilizou verbas para serem executadas pelas ESPA (com exceção de membros da CA), em ações que teriam de ocorrer em parceria entre entidades públicas e OSC. Esta foi a primeira vez que existiu um apoio financeiro especificamente criado para o desenvolvimento de iniciativas de ED pelas ESPA no âmbito da ENED, tendo permitido: i) aprofundar o trabalho colaborativo entre as ESPA, uma vez que este incidiu na implementação de iniciativas e não só no planeamento e execução global; ii) contribuir para a apropriação e incorporação da ENED pelos promotores, nomeadamente as ESPA (cf. Resposta à subpergunta 3.3). É de assinalar que, em metade das iniciativas apoiadas

pelo MAI, estabeleceram-se também parcerias com ONGD, ou seja, com atores que são reconhecidos como tendo a ED no centro da sua ação. Na edição de 2021 foram apoiadas pelo MAI 4 iniciativas¹⁴, com um montante de 7 500€ por iniciativa (uma delas com um valor ligeiramente superior face às especificidades da mesma). Na edição de 2022, atendendo às recomendações enunciadas nas reuniões de ESPA, houve um aumento da dotação financeira e do tempo de execução dos projetos (de 6 para 12 meses). Foram disponibilizados 50 000€ para apoiar as iniciativas apresentadas, que se constituíram no prolongamento das 4 iniciativas do ano anterior. Este mecanismo, criado no âmbito das reuniões das ESPA, foi apresentado pela CA, sendo o financiamento proveniente do Camões, I.P., demonstrando assim o papel central que esta entidade tem no financiamento de iniciativas de ED e da ENED. A relevância do MAI deve-se ainda às suas características de: financiar ações a desenvolver no âmbito da ENED que incorporassem a dimensão de ED no setor de atividade das ESPA; responder a recomendações feitas pela Avaliação Intermédia; e não ser concorrencial.

4.4. Qual a adequação do modelo de financiamento da ENED?

A partir do Inquérito por questionário aplicado aos promotores da ENED, é possível compreender que o envolvimento das entidades na ENED não tem como causa a possibilidade de obtenção de financiamento para iniciativas de ED

Questionadas sobre os efeitos do envolvimento com a ENED do ponto de vista da obtenção de financiamento para as atividades de ED, as 31 entidades respondentes, através de uma escala de 7 pontos (na qual 1 correspondia a nada relevante e 7 a totalmente relevante), revelam uma média das respostas obtidas de 3,71 (DP=2,163), ou seja, abaixo do ponto médio (cf. apêndice 2.2, tabela 29). A análise detalhada dos dados obtidos revela alguma dispersão de posicionamentos, sem tendências muito marcadas, com os níveis abaixo do ponto médio (1 a 3) a recolher 54,90% das respostas, o ponto médio com 9,70% e os níveis 5 a 7 a recolher 35,50% das respostas (cf. apêndice 2.2, tabela 30). Já a análise por tipo de entidade, revela que não há diferenças significativas. Numa perspetiva global, há uma certa tendência para que o envolvimento com a ENED não seja promotor de obtenção de financiamento para atividades de ED, reforçando assim as considerações feitas acima quanto à distinção entre financiamento da ED e financiamento da ENED.

¹⁴ Parceria CIG, PpDM, ESE Viana do Castelo e Graal; Parceria ACM, APEDI e CIES-ISCTE (só na 1ª edição); Parceria ARIPESE e FGS; Parceria CPADA, ASPEA, APA e ICNF (só na 2ª edição).

Em contexto de entrevista, o papel preponderante do Camões, I.P. no financiamento da ENED é reconhecido por diversos intervenientes (cf. apêndice 5, E2; E3; E4; E5; E6; E7), havendo até quem refira o Camões, I.P. enquanto “entidade gestora da ENED” e reconhecendo que seria importante haver (mais) mobilização de recursos financeiros de outras entidades para a implementação da ENED, sobretudo pelo papel de compromisso que tal acarretaria (cf. apêndice 5, E3 e E7). Não obstante, também são reconhecidas as dificuldades que daí adviriam, nomeadamente pela grande diversidade organizacional das entidades, havendo referências a restrições que as entidades públicas, dependentes do Orçamento do Estado e das regras da contabilidade pública, teriam nesta mobilização de recursos financeiros (cf. apêndice 5, E2, E4, E5). A esta discussão não é alheia a diferença entre a existência de um orçamento específico para ENED, dependente da governação da Estratégia, e a existência de financiamento de atividades da ENED. Se para algumas entidades a existência de um orçamento específico para a ENED é uma necessidade e a sua inexistência é até pouco compreensível por se tratar de uma política pública (cf. apêndice 5, E5, E6), para outras isto poderia constituir um óbice, quer pela dificuldade já mencionada de alguns organismos contribuírem para esse orçamento (cf. apêndice 5, E1, E2, E4, E6), não sendo claro como tal poderia ser feito (cf. apêndice 5, E3), quer por receios dos impactos que tal criaria nos modos de existência dos instrumentos financeiros atuais à ED (cf. apêndice 5, E3, E7). Mas mesmo quem manifesta estes receios, reconhece que seria adequada a existência de lotes de financiamento programático (e não de projetos) direcionados especificamente para ações estratégicas que colmatassem necessidades sentidas do ponto de vista da implementação da ENED.

Do ponto de vista da adequação do modelo de financiamento da ENED, é obrigatória uma referência à criação do MAI. A perceção dos atores auscultados relativamente a este mecanismo, ou seja, as ESPA que dele podem beneficiar e a CA que o propôs, é transversalmente muito positiva, sobretudo pelos efeitos que dele decorreram e que foram já enunciados. Em resposta a uma questão aberta no inquérito por questionário aos promotores (cf. apêndice 2.2) o MAI chega a ser mesmo referido como essencial e imprescindível para a concretização de ações, com mais-valia para a política pública, em aspetos como:

- a) o aprofundamento da apropriação da ENED pelas ESPA;
- b) a promoção e intensificação de relações de trabalho e de parceria entre entidades de natureza diversa (nomeadamente entre ESPA e ONGD);
- c) um maior envolvimento de decisores políticos;
- d) a dotação da ENED de um dispositivo de financiamento próprio (mais-valia para a operacionalização de ações de ED);

- e) a consolidação do entendimento da ED por parte de atores de outras “educações para”;
- f) a possibilidade de desenhar e implementar ações “à medida” (da ENED e de necessidades identificadas);
- g) a criação de um dinamismo global para a implementação da ENED (envolvimento mais ativo e reconhecido como significativo).

Não obstante a diferença, já referida, de posições relativamente à existência de um orçamento específico para a ENED, as vantagens identificadas no MAI permitem considerá-lo uma forma de ‘orçamento da ENED’, que contribui diretamente para a sua implementação, mitigando os constrangimentos apontados à existência de um orçamento específico para a ENED.

4. Constatações e recomendações

4.1. Constatações

1. Consolidação da ENED

A ENED enquanto estratégia de Educação para o Desenvolvimento, nas suas duas edições, engloba um período temporal considerável, o que, por si só, constitui um sinal da sua relevância, a que acresce aquela que os atores envolvidos na sua implementação realçaram no âmbito desta avaliação. Esta relevância está patente na forma como descrevem esta política por comparação com outras estratégias ou planos nacionais, realçando, para além da importância do seu objeto, os modos de trabalho colaborativo/participativo e entre entidades de natureza diferente, o modelo de monitorização e acompanhamento e a existência de uma plataforma de reporte (que ao assentar numa lógica de autorreporte, promove o compromisso e a autonomia das entidades que implementam iniciativas).

Deve ainda destacar-se que a incorporação de aprendizagens realizadas face à primeira ENED permitiu o reforço das especificidades desta Estratégia face a outras e que são amplamente reconhecidas internacionalmente.

2. Elevadas taxas de execução

A ENED 2018-2022, para além da sua formulação enquanto estratégia, contemplou um plano de ação, no qual se associam um conjunto de ações a cada uma das medidas que constam para cada um dos objetivos. A cada ação estavam, também, associados indicadores e metas por ano de execução, bem como as entidades intervenientes.

A análise dos dados permite constatar que a grande maioria das ações foram concretizadas, sendo que várias delas com taxas de execução muito elevadas, sobretudo nos Objetivos 1 e 2. O cumprimento das metas está associado ao crescente envolvimento das diferentes entidades promotoras, denotando-se um forte contributo das ONGD na execução, mas também ao modo de formulação das metas no plano de ação. As ações estão definidas de forma muito abrangente, possibilitando a inclusão de iniciativas muito diversificadas, e nesse sentido a formulação do plano de ação da ENED teve implicações sobre as taxas de execução alcançadas. O modo de formulação das metas no PA em termos quantitativos permite aferir as taxas de execução, mas não completamente a adequação das iniciativas às ações previstas (indicadores SMART vs CREAM). Finalmente, e também como sustenta o Relatório de Avaliação intermédia (para além de outras fontes de informação desta avaliação), as metas inicialmente definidas poderiam ter sido mais ambiciosas, não tendo sido ajustadas no decurso do período

de execução. Esta constatação levanta um questionamento sobre a pertinência de um PA com vigência de 5 anos, coincidente com a da Estratégia.

3. Existência de uma multiplicidade de atores envolvidos na implementação da ENED e sua identificação no PA

A ENED 2018-2022 tem um conjunto de Entidades Subscritoras do seu Plano de Ação e outras organizações a estas associadas, com naturezas (Instituições de ensino superior, instituições públicas, organizações da sociedade civil e organizações não governamentais para o desenvolvimento) e objetos de ação (ambiente, questões de género, formação de professores e outros educadores, juventude, etc.) muito diversificados, constituindo uma vantagem na medida em que permitiu considerar várias “educações para...” como ED, bem como chegar a públicos e territórios muito diversificados. Isto encerra uma tensão, na medida em que muitas entidades, ao não terem como objeto central da sua ação a ED, têm entendimentos sobre esta muito diversificados e nem sempre alinhados com a perspetiva defendida na própria ENED.

No que diz respeito à identificação das entidades intervenientes no PA para cada uma das ações, foi possível identificar que nem sempre havia uma justaposição entre estas e as entidades que efetivamente implementaram as iniciativas. Isto remete para duas considerações: por um lado, demonstra alguma flexibilidade e adaptabilidade das entidades face àquilo que eram os compromissos, do ponto de vista das ações previstas no plano de ação, e constituindo um contributo importante para o alcance das metas. Por outro lado, não é claro o grau de compromisso que esta identificação supunha. Salienta-se o forte contributo das ONGD, particularmente nas ações dos Objetivos 1 e 2, estando ou não inscritas enquanto intervenientes no PA, sendo o seu papel fundamental para o cumprimento e excedente das metas.

4. Consolidação de um sistema de monitorização e acompanhamento e Avaliação

A atual ENED manteve um sistema de monitorização e acompanhamento que incluiu instrumentos diversos (reuniões das ESPA; Plataforma de reporte; Relatórios de Acompanhamento; Avaliação intermédia e final). Este sistema de monitorização e de acompanhamento, que é reconhecido a nível internacional, robusteceu-se para esta segunda ENED, desde logo pela criação de uma plataforma de reporte específica a partir de um trabalho conjunto com as ESPA. Salienta-se neste sistema o papel dinamizador do mesmo por parte da CA e do Secretariado, que se caracteriza por uma relação próxima com as ESPA capaz de promover uma recolha de dados continuada e a prestação de contas face aos compromissos assumidos em PA, bem como de promover momentos de trabalho conjunto. O Secretariado

assumiu um papel catalisador que, para além do apoio ao reporte, envolveu um trabalho de capacitação das entidades promotoras.

Constata-se a margem de desenvolvimento que este sistema de reporte ainda terá, considerando as necessidades de uma maior mobilização e apropriação por parte das entidades promotoras e de recolha de informação mais robusta, nomeadamente de natureza qualitativa, que permita melhor compreender a adequabilidade das iniciativas à ED e o potencial de efeitos do que é implementado, bem como promover aprendizagens coletivas e ajustes a partir de uma reflexão crítica sobre os resultados alcançados.

5. Processo de reporte incide essencialmente em dados quantitativos e centrados na execução de iniciativas

Na atual ENED houve um esforço de introdução de uma dimensão qualitativa no processo de reporte, através da definição de indicadores de natureza transversal (género, tipologia das ações, distribuição geográfica). Apesar de ter existido uma consensualização prévia da informação a recolher e dos reconhecidos esforços do Secretariado no sentido de a recolher, constata-se a baixa taxa de resposta a alguns destes indicadores por parte dos promotores da ENED. Por outro lado, estes indicadores, pela sua natureza, são limitados para uma compreensão mais aprofundada das ações desenvolvidas, incluindo para equacionar se as iniciativas reportadas se podem dizer de ED, tal como esta é concebida na ENED. Na perspetiva dos promotores reconhece-se que existirá uma tensão entre inclusão de indicadores que possam aferir esta dimensão qualitativa do implementado e os potenciais efeitos produzidos pelas ações reportadas e a morosidade, complexidade e esforço de tempo e recursos que a tarefa de reporte envolve, designadamente pelo número de indicadores que já se solicitam. Em síntese, a informação recolhida pelo reporte é, simultaneamente, de mais e de menos.

6. Dificuldade em aferir a concretização dos objetivos estratégicos

A arquitetura da ENED assenta na lógica de que as ações contribuem para as medidas e estas para os objetivos. Não é possível apreciar com profundidade a concretização dos objetivos, que remetem para efeitos/mudanças, em parte associados a processos amplos de transformação social, a partir da aferição do cumprimento das metas, sustentada em indicadores quantitativos e de execução. É possível realçar o envolvimento de potenciais agentes multiplicadores da ED em momentos de sensibilização, formação, capacitação, bem como a produção de recursos educativos e outros materiais que potencialmente podem e estarão a ser mobilizados junto de um público alargado, em diferentes contextos. Há particulares evidências de uma ação mais continuada nas escolas, com um número

particularmente elevado de iniciativas reportadas, essencialmente por ONGD. Finalmente, as medidas transversais (Jornadas e Fórum) constituíram potenciais momentos para a concretização dos Objetivos estratégicos 1 e 2, particularmente no que diz respeito à troca de experiências, recursos e conhecimentos.

7. Aprofundamento da incorporação da ENED pelos seus promotores

Em termos globais, constata-se um caminho de aprofundamento da incorporação da ED e da ENED pelas entidades promotoras, consubstanciado, nomeadamente, no maior conhecimento da área, num reforço da sua articulação com outras “educações para” e num incremento e/ou aprofundamento das atividades de ED realizadas.

A apropriação e incorporação da ENED pelas ESPA conheceu um incremento nesta vigência da ENED, associada em parte à importância que é reconhecida ao MAI, que promoveu a inclusão da ED nas suas iniciativas. A continuidade de um trabalho de proximidade e colaborativo entre as diferentes entidades, agilizado pela CA e pelo Secretariado, é igualmente valorizada enquanto contributo para a sua capacitação, envolvimento e mobilização e de construção de uma “comunidade da ENED”. Reconhece-se que a lógica dominante de relação das ESPA com a ENED se mantém de justaposição; ou seja, de identificação naquilo que já fazem do que pode ser reportado para a ENED, e não tanto de implementação de iniciativas pensadas de raiz para a ENED e/ou de incorporação de preocupações da ED e/ou da ENED na sua própria atuação nas outras “educações para”, numa lógica de contribuição e correspondência do trabalho desenvolvido pelas ESPA para a ENED.

No que respeita às ESE constatam-se os avanços verificados em termos de compromisso institucional, com a assinatura da *Carta de Compromisso das ESE para a implementação da ENED*, o diagnóstico sobre práticas de ED nestas entidades e a criação e formação de pontos focais, envolvidos atualmente na criação de planos estratégicos.

As ONGD realçam a importância da ENED como instrumento de orientação estratégica do seu trabalho em ED. AS ONGD reforçam ainda a ideia da sua autonomia, salientando que o seu trabalho em ED vai além da ENED e que tem um potencial de alargamento da própria política pública.

8. Papel central do Camões, I.P. no financiamento da ENED

A resposta, neste relatório, às questões de avaliação sobre o financiamento das iniciativas reportadas no âmbito da ENED e dos seus mecanismos de gestão e coordenação, foi complexa, devido à escassez de informação relevante para a mesma. A informação existente,

coloca no centro dos processos de financiamento o Camões, I.P., que é quem estabelece contratos para o funcionamento da equipa de monitorização e acompanhamento (secretariado), é quem promove os contratos para os processos de avaliação intermédia e final, é quem cofinancia as ONGD através da linha de ED e quem promove o Mecanismo de Apoio a Iniciativas ENED. É possível reconhecer que ao longo da atual ENED houve um aumento de verbas disponíveis para a implementação da estratégia. Outras entidades promotoras contribuem para a ENED de diferentes formas, não sendo possível aferir a natureza e o montante desses contributos (embora passe, em grande medida, pela alocação de recursos humanos e, noutros casos, por mecanismos de *subgranting*). Há perspetivas diferentes quanto à pertinência de um orçamento ou financiamento direto à execução de iniciativas de ED no âmbito da ENED, implicando, em ambos os casos, equacionar também a forma como este poderia ser implementado. Um último aspeto a salientar sobre as questões de financiamento diz respeito ao papel do MAI, constituindo o primeiro instrumento financeiro pensado exclusivamente para a execução de iniciativas por parte das ESPA no âmbito da ENED. O MAI cumpriu o seu papel de incrementar o número de iniciativas, permitindo que algumas entidades pudessem desenvolver pela primeira vez iniciativas exclusivamente no âmbito da ED e/ou da ENED. Para além deste aspeto constituiu uma forma de promoção do trabalho em parceria de entidades de natureza diferente, promoveu a articulação de “educações para” e promoveu uma maior motivação geral das entidades no seu envolvimento com a ENED, podendo dizer-se que “há um envolvimento com a ENED antes e depois do MAI”.

9. Existência de um reconhecimento político formal da ENED

O reconhecimento político da importância da ENED reforçou-se nesta segunda vigência com a sua aprovação como Resolução do Conselho de Ministros, à qual acresce a inclusão da ED como área de atuação na Estratégia da Cooperação portuguesa 2030, com referência explícita à ENED. A afirmação política e a visibilidade da ENED junto do público em geral têm constituído grandes preocupações dos atores desta política educativa. Não obstante, foi possível verificar que constituem dimensões que estão aquém daquilo que seria desejável/expectável (tendo até em consideração as taxas de execução de algumas ações). De igual modo, os intervenientes referem a necessidade de se aprofundar o envolvimento de atores políticos, mas também de altos responsáveis das diferentes entidades implementadoras da ENED, independentemente da sua tipologia (instituições públicas, organizações da sociedade civil, outras instituições não públicas, instituições do ensino superior e ONGD). O reconhecimento diante do público em geral tem sido, também, identificado como uma área sobre a qual se devem promover mais esforços, sendo fundamental comunicar a especificidade própria da ED. Reconhece-se que um maior

reconhecimento da ENED pode advir de uma maior articulação com outras estratégias ou planos a nível nacional.

4.2. Recomendações

A ENED é reconhecida pelos atores envolvidos, e também por entidades internacionais com atuação em ED, como um exemplo no que diz respeito ao facto de congregar entidades de natureza diferente (departamentos governamentais, instituições públicas, organizações da sociedade civil) e aos processos colaborativos existentes entre este tipo de entidades na conceção, implementação e avaliação da Estratégia. A existência de uma equipa dedicada à monitorização e a consolidação de práticas de avaliação são também de realçar. Assim, é com base nestes pressupostos que são identificadas pistas de melhoria, inerentes a todos os processos, plasmadas nas recomendações que a seguir se apresentam.

Estas recomendações são construídas a partir das constatações produzidas, mas algumas resultam também de uma leitura global permitida pelo processo de avaliação. A sua apresentação não segue nenhuma ordem de prioridade.

1. Proceder à atualização da Estratégia, dada a sua relevância social, política e educativa

- Repensar o que é estratégico na ENED, explicitando efeitos a produzir e mudanças a alcançar. Estes devem estar refletidos nos objetivos estratégicos a definir.
- Tornar mais coerente a articulação entre objetivos, medidas e ações.
- Tornar mais coerentes os indicadores de concretização referidos no PA da ENED com os seus objetivos estratégicos (introdução de indicadores CREAM).

2. Equacionar o período de vigência da ENED e do seu plano de ação;

- Alargar o período de vigência da ENED, tendo em consideração que a sua dimensão estratégica, considerando o desiderato da transformação social, exige um trabalho a longo prazo.
- Elaborar planos de ação com vigências a médio prazo, que permitam: a) acomodar as lógicas de trabalho e de financiamento das diferentes entidades; b) intervenções enraizadas nos contextos e c) os ajustamentos que forem considerados necessários através de processos de monitorização e acompanhamento.

3. Ampliar a divulgação da, e conhecimento sobre, a ENED enquanto instrumento político de ED

- Promover uma maior disseminação/divulgação da ENED e das suas iniciativas, tanto através dos canais próprios das entidades, como num maior investimento nos meios de comunicação social.

- Aumentar a visibilidade da estratégia equacionando a criação um plano de comunicação com ações específicas.

4. Promover o aprofundamento do envolvimento de atores na implementação

- Alterar a lógica de envolvimento das ESPA, passando de uma perspectiva de reunião/adequação dos contributos das ESPA para a ENED para uma perspectiva centrada nos contributos que a ENED pode dar às entidades nela envolvidas, de modo que as entidades incorporem a ED nas suas missões e ações.
- Promover “projetos âncora”, isto é, construídos e desenvolvidos especificamente no âmbito da ENED, tendo em vista a produção de efeitos ou resultados tidos como desejáveis para a concretização da dimensão estratégica da ENED e que possam simultaneamente constituir “casos de estudo”, numa lógica de aprendizagem. Estes devem envolver a diversidade de tipologia de entidades promotoras.
- Promover a articulação entre a ENED e as diferentes estratégias nacionais e planos nacionais, promovendo uma efetiva inter-relação das políticas públicas e a transversalização da ED.
- Promover o maior envolvimento dos responsáveis institucionais das ESPA.

5. Aperfeiçoar o processo de monitorização e de acompanhamento

- Operacionalizar um grupo de reflexão sobre a monitorização e acompanhamento da ENED que permita a identificação de ajustamentos a realizar no decurso da sua implementação e a discussão sobre a natureza e a qualidade da implementação.
- Reforçar a participação ativa das ESPA, criando grupos de trabalho sobre aspetos específicos de acompanhamento da implementação da ENED, nomeadamente a adequabilidade à ED das iniciativas implementadas.

6. Adequar o sistema de reporte

- Simplificar o processo de reporte, reduzindo o tempo necessário para a sua realização e equacionando a pertinência de alguns dos indicadores, face à informação que permitem obter.
- Qualificar o sistema de reporte, introduzindo indicadores que permitam aferir características das iniciativas, da sua adequação à ED e do efeito potencial que podem promover.
- Recuperar a reflexão sobre o tipo de iniciativas a reportar, considerando a diversidade de entidades e de iniciativas que se podem configurar como ED.

- Reequacionar a tipologia daquilo que é reportado, considerando as vantagens e desvantagens do reporte por iniciativa e/ou por projeto.

7. Manter os processos participativos/colaborativos, aprofundá-los e ampliá-los

- Consolidar a construção de um “espírito da ENED”, através da ampliação dos processos participativos:
 - na construção da ENED;
 - na implementação de iniciativas;
 - nos processos de monitorização e acompanhamento.

8. Reforçar incentivos/financiamento à ENED e diversificar as fontes de financiamento

- Atribuir um orçamento à ENED que permita aumentar a existência de ações específicas no âmbito da estratégia, reforçando e ampliando os benefícios alcançados com o MAI.
- Manter e reforçar o financiamento dos processos de monitorização e acompanhamento.
- Diversificar as fontes de financiamento da ENED e de iniciativas que concorrem para a ENED.
- Aprofundar a articulação entre os objetivos estratégicos da ENED e os processos de candidatura à linha de cofinanciamento de ED para ONGD, sem comprometer a necessária autonomia destas entidades.

9. Manter o investimento nos aspetos concetuais de ED

- Não subsumir o aprofundamento concetual sobre a ED à existência de ações de capacitação formalizadas.
- Promover o aprofundamento concetual a partir de práticas, iniciativas e/ou projetos que envolvam entidades de natureza distinta.
- Manter a realização de iniciativas transversais, como as Jornadas e o Fórum.

10. Diversificar a implementação da ENED

- Considerar e/ou adaptar indicadores de natureza transversal, nomeadamente, no que diz respeito a:
 - participantes (diferentes grupos envolvidos, por exemplo adultos);
 - dimensão territorial/geográfica;
 - temáticas, âmbitos de ação e formas de intervenção.

Bibliografia

- AAVV (2014). *Estudo sobre Perceções e Relevância da Educação para o Desenvolvimento em Portugal*. Projeto Sinergias ED: Conhecer para melhor agir – promoção da investigação sobre a ação em ED em Portugal. Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto e Fundação Gonçalo da Silveira. Retirado de: <http://www.sinergiased.org/images/biblioteca/estudosobrepercecoes.pdf>
- Andreotti, Vanessa (2006). Soft versus critical global citizenship education. *Development Education Policy & Practice Review*, 3, pp. 83-98.
- Andreotti, Vanessa (2014). Critical literacy: theories and practices in Development Education. *Development Education Policy & Practice Review*, 19, pp. 11-32.
- Argibay, Miguel & Celorio, Gema (2005). *La Educación para el desarrollo*. Vitoria-Gasteiz: Servicio Central de Publicaciones del Gobierno Vasco.
- Argibay, Miguel, Celorio, Gema & Celorio, Juan José (2009). *Educación para la Ciudadanía Global. Debates y desafíos*. Bilbao : Hegoa.
- Berg, Bruce (2001). *Qualitative research methods for the social sciences*. Needham Heights: Allin and Bacon.
- Boni, Alejandra *et al.* (2012). Educando para la ciudadanía global. Una experiencia de investigación cooperativa entre docentes y profesionales de las ONGD. *Estudios sobre Educación*, 23, Diciembre 2012, pp.63-81.
- Bourn, Douglas (2012). Development education: from the margins to the mainstream. *Global education research, Issue One*, February 2012, pp. 25-39. Retirado de: <http://educacionglobalresearch.net/wp-content/uploads/01A-Bourn-English.pdf>
- Bourn, Douglas (2015). *The theory and practice of development education. A pedagogy for social justice*. Oxon: Routledge.
- Bourn, Douglas (ed.) (2008). *Development Education: Debates and Dialogue*. London: IOE.
- Bryman, Alan (2006). Integrating quantitative and qualitative research: how is it done? *Qualitative Research*, vol. 6(1) pp. 97–113. DOI: 10.1177/1468794106058877
- Camões, I.P. (2012). *Guia de avaliação*. Lisboa. Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.
- Celorio, Gema & Lopéz de Munain, Alicia (coords.) (2007). *Diccionario de Educación para el Desarrollo*. Bilbao: Hegoa.
- CIDAC (2006). *Uma visão da história da educação para o desenvolvimento em Portugal*. Lisboa: Centro de Intervenção Para o Desenvolvimento Amílcar Cabral. Retirado de: <http://www.cidac.pt/files/3913/8512/4738/UmavisaodahistoriadaED.pdf>
- CIDAC (2012). *Sistematização de experiências: aprender a dialogar com os processos*. Lisboa: CIDAC. Retirado de: http://www.cidac.pt/files/4513/8497/5266/Aprendizagens_1_v_ligth.pdf
- CIDAC (2014). As outras “escolas”. *Revista da Plataforma Portuguesa das ONGD*, Educação para o Desenvolvimento: Passado, Presente, Futuro - MAI/JUN 2014 número 4, p. 11. Retirado de: http://issuu.com/plataformaongd/docs/revistan4_af_issuu
- CNSCE (2010). *Guia prático para a educação global - conceitos e metodologias no âmbito da educação global para educadores e decisores políticos*. Lisboa: Centro Norte-Sul do Conselho da Europa/ Global Education Week Network. Retirado de: http://nscgloaleducation.org/images/Resource_center/GE_Guidelines_Portuguese.pdf

- Coelho, La Salette (2013). *Erguer Pontes, Tecer Futuros e Construir Alternativas: a Economia Social e Solidária como prática(s) de Educação para o Desenvolvimento*. Dissertação de Mestrado em Economia Social. Porto: Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa.
- Coelho, La Salette, Mendes, Carolina & Gonçalves, Teresa (2014). Introdução da educação para o desenvolvimento na formação inicial de professores: uma experiência inovadora em Portugal. *Africana Studia*, 22(1), pp. 89-116.
- Cohen, Louis, Manion, Lawrence & Morrison, Keith (2007). *Research methods in education* (6th ed.). London: Routledge.
- Comissão de Acompanhamento da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (2015). *Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (2014) - Relatório de Acompanhamento*. Retirado de: http://d3f5055r2rwsy1.cloudfront.net/images/cooperacao/relat_acompanh_ened14.pdf
- Comissão de Acompanhamento da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (2015). *Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (2013) - Relatório de Acompanhamento*. Retirado de: <http://backoffice.plataformaongd.pt/documentacao/site/Repositorio/Documentos/Publica%C3%A7%C3%B5es/Relat%C3%B3rio%20de%20Acompanhamento%20ENED2013.pdf>
- Comissão de Acompanhamento da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (2014). *Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (2012) - Relatório de Acompanhamento*. Retirado de: <http://backoffice.plataformaongd.pt/documentacao/site/Repositorio/Documentos/Publica%C3%A7%C3%B5es/Relatorio de Acompanhamento ENED2012.pdf>
- Comissão de Acompanhamento da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (2012). *Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (2010-2011) - Relatório de Acompanhamento*. Retirado de: <http://backoffice.plataformaongd.pt/documentacao/site/Repositorio/Documentos/Publica%C3%A7%C3%B5es/Relat%C3%B3rio%20ENED%202010-2011.pdf>
- Comissão Europeia (2001). *Educação para o desenvolvimento e sensibilização da opinião pública europeia a favor da cooperação para o desenvolvimento*. Resolução do Conselho C/01/403, em 8 de Novembro de 2001. Bruxelas: Comissão Europeia. Retirado de: <http://europa.eu/rapid/press-release PRES-01-403 pt.htm>
- Costa, Francisca (2015). *From Policy to Practices: Global Education in Portugal and England. A comparative case-study à propos of an internship at the Development Education Research Centre of the Institute of Education, University College London*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Creswell, John W. (2012). *Qualitative inquiry and research design: choosing among five traditions* (4th ed.). California: Sage Publications.
- DEAR (2014). *Education for Sustainable Development and Development Education: a reflection and self-assessment Handbook for Practitioners*. Tokyo: Development Education Association and Resource Center/DEAR. Retirado de: <http://www.dear.or.jp/eng/A Reflection and Self-assessment Handbook.pdf>
- European Commission (2007). *The Consensus on Development: the contribution of Development Education and Awareness Raising*. Brussels: European Commission. Retirado de: <http://www.gene.eu/wp-content/themes/gene/Books/Consensus.html?iframe=true>
- Fraenkel, Jack, Wallen, Norman & Hyun, Helen (2012). *How to Design and Evaluate Research in Education* (8th ed.). New York: McGraw-Hill.

- Fricke, Harm-Jan, Gathercole, Cathryn & Skinner, Amy (2015). *Monitoring Education for Global Citizenship: A Contribution to Debate*. Brussels: DEEEP - CONCORD DARE Forum. Retirado de: http://deEEP.org/wp-content/uploads/2015/01/DEEEP4_QualityImpact_Report_2014_web2.pdf
- GENE (2014). *Global Education in Portugal - The European Global Education Peer Review Process*. Amsterdam: Global Education Network Europe.
- Governo de Portugal (2014). *Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020*. Retirado de: <http://d3f5055r2rwsy1.cloudfront.net/images/cooperacao/concestratg1420.pdf>
- Höck, Susanne & Wegimont, Liam (2003). *National Structures for the Organisation, Support and Funding of Development Education*. Lisbon: Council of Europe North-South Centre.
- IPAD (2006). *Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*. Lisboa: IPAD.
- IPAD (2009). *Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2010-2015*. Lisboa: IPAD.
- IPAD (2011). *Cooperação Portuguesa - Uma leitura dos últimos quinze anos de cooperação para o desenvolvimento 1996-2010*. Lisboa: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I.P. Retirado de: http://www.plataformaongd.pt/conteudos/Documentos/Publica%C3%A7%C3%B5es/Leitura_cooperacao_desenvolvimento1996-2010.pdf
- Krause, Johannes (2010). *European Development Education Monitoring Report - "DE Watch". European Multi-Stakeholder Steering Group on Development Education*. Retirado de: https://webgate.ec.europa.eu/fpfis/mwikis/aidco/images/c/c9/DE_Watch.pdf
- Lappalainen, Rilli (2008). Consensus in Development Education in the European Union. *Policy & Practice: A Development Education Review*, 7, Autumn, pp.102-105.
- Lappalainen, Rilli (2010). The European Consensus on development education: From scratch to implementation and monitoring, *Policy & Practice: A Development Education Review*, 11, Autumn, pp. 77-83.
- Liddy, Mags (2013). Education About, For, As Development. *Policy & Practice: A Development Education Review*, 17, pp. 27-45.
- Lipsey, M. & Cordray, D. (2000). Evaluation methods for social intervention. *Annual Review of Psychology*. 51, 345-375.
- Magalhães, A. M. & Stoer, S. R. (2005) *A Diferença somos Nós: a gestão da mudança social e as políticas educativas e sociais*. Porto: Afrontamento.
- Martins, Teresa & Cardoso, Jorge (2014). A Rede ECG: o caminho de uma rede de educadores/as em torno da Cidadania Global. In Pires, Ana, Vasconcelos, António, Figueiredo, Carla e Gaio Alves, Mariana (Coords.) (2014). *Trabalhar (s)em Rede em Educação: dinâmicas de cooperação*. Lisboa: Unidade de Investigação Educação e Desenvolvimento Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, pp. 140-133. Retirado de: <http://www.ued.fct.unl.pt/sites/www.ued.fct.unl.pt/files/Redes1.pdf>
- McCollum, Ann & Bourn Douglas (2001). *Measuring Effectiveness in Development Education*. London: Development Education Association. Retirado de: http://www.dochas.ie/Shared/Files/4/measuring_effectiveness_of_development_education.pdf
- MEC (2013). *Educação para a Cidadania – linhas orientadoras*. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência/Direção-Geral da Educação (Documento publicado em dezembro de 2012 – Atualizado em novembro de 2013). Retirado de: <http://www.dge.mec.pt/educacaocidadania/index.php?s=directorio&pid=71>

- Mesa, Manuela (2011). Evolution and Future Challenges of Development Education. *Global Education Research*, Issue 0, pp. 141-160.
- Nações Unidas (2014). *Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio 2014*. Nova Iorque: Nações Unidas. Retirado de: <http://www.unric.org/html/portuguese/mdg/MDG-PT-2014.pdf>
- Neves, Tânia (2013). *A Educação para o Desenvolvimento: Percorrer contextos, práticas e percepções - Relatório de Estágio 2013*. Dissertação de mestrado apresentada no 2.º Ciclo de Estudos em História, Relações Internacionais e Cooperação. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- NSCCE (2015). *3rd European Congress on Global Education - Strategic Recommendations*. Zagreb, 26-28th November 2015. North-South Centre of the Council of Europe. Retirado de: http://nscgloaleducation.org/images/Resource_center/GECongress_2015_Recommendations_Final-draft-after-plenary.pdf
- O'Loughlin, Eddie & Wegimont, Liam (2008). *Quality in Global Education: an overview of evaluation policy and practice*. Amsterdam: Global Education Network Europe. Retirado de: <http://gene.eu/evaluation-and-results/>
- Oxley, Laura & Morris, Paul (2013). Global Citizenship: A Typology for Distinguishing its Multiple Conceptions. *British Journal of Educational Studies*, 61(3), pp. 301-325. DOI: 10.1080/00071005.2013.798393
- Pereira, Luísa Teotónio (2014). Diálogo - Conversa com Luísa Teotónio Pereira, por Júlio Santos. *Sinergias - Diálogos educativos para a transformação social*, 1, Dezembro de 2014, pp. 116-127. Retirado de: <http://www.sinergiased.org/index.php/revista/item/17-conversa-com-luisa-teotonio-pereira-por-julio-santos>
- Plataforma Portuguesa ONGD (2014). *Guia das ONGD 2014*. Lisboa: Plataforma Portuguesa das ONGD.
- Plataforma Portuguesa ONGD (2014). *Revista da Plataforma Portuguesa das ONGD, Educação para o Desenvolvimento: Passado, Presente, Futuro - MAI/JUN 2014, 4*. Retirado de: http://issuu.com/plataformaongd/docs/revistan4_af_issuu
- Rajacic, Agnes, Surian, Alessio, Fricke, Harm-Jan, Krause, Johannes & Davis, Peter (2010a). *DEAR in Europe - Fieldwork data - annex b of the development education and awareness raising study final report*. Contract Nr 2009/212558. SOGES/ECO. Retirado de: https://webgate.ec.europa.eu/fpfis/mwikis/aidco/images/4/4e/Final_Report_Annex_B_241110.pdf
- Rajacic, Agnes, Surian, Alessio, Fricke, Harm-Jan, Krause, Johannes & Davis, Peter (2010b). *DEAR in Europe - Analyses and consultations - annex a of the development education and awareness raising study final report*. Contract Nr 2009/224774. SOGES/ECO. Retirado de: https://webgate.ec.europa.eu/fpfis/mwikis/aidco/images/3/32/Final_Report_Annex_A.pdf
- Rajacic, Agnes, Surian, Alessio, Fricke, Harm-Jan, Krause, Johannes & Davis, Peter (2010c). *DEAR in Europe - Recommendations for future interventions by the European Commission - Final report of the 'Study on the experience and actions of the main European actors active in the field of development education and awareness raising'*. Contract nr. 2009/224774. SOGES/ECO. Retirado de: https://webgate.ec.europa.eu/fpfis/mwikis/aidco/images/d/d4/Final_Report_DEAR_Study.pdf
- Santos, Ana Teresa (2013). A opção *multistakeholder* como pilar da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento, Diversidades

- Locais e Desafios Mundiais. Lisboa: ISCTE/Instituto Universitário de Lisboa - Escola de Ciências Sociais e Humanas.
- Santos, Ana Teresa & Cardoso, Jorge (2014). O Conceito de Educação para o Desenvolvimento (ED). *Revista da Plataforma Portuguesa das ONGD*, Educação para o Desenvolvimento: Passado, Presente, Futuro - MAI/JUN 2014, 4, pp. 5-7. Retirado de: http://issuu.com/plataformaongd/docs/revistan4_af_issuu
- Schiefer, Ulrich et al. (2006). *MAPA – Manual de Planeamento e Avaliação de Projectos*. Lisboa: Principia.
- Skinner, Amy & Oliveira, Sandra (2014). *Action Research with Development Education Practitioners in Portugal, Cyprus and Greece*. Brussels: DEEEP. Retirado de: <http://deEEP.org/community/file/download/16444>
- Skinner, Amy, Blum, Nicole & Bourn, Douglas (2013). Development Education and Education in International Development Policy: Raising Quality through Critical Pedagogy and Global Skills, *International Development Policy | Revue internationale de politique de développement* [Online] 4.3. DOI : 10.4000/poldev.1654
- Skinner, Amy, Oliveira, Sandra, Wittig-Ferguson, Kerstin & Kouvaras, Gerasimos (2014). *Journeys to Citizen Engagement: Action Research with Development Education Practitioners in Portugal, Cyprus and Greece*. Brussels: DEEEP.
- Tashakkori, A. & Teddlie, C. (1998). *Mixed Methodology: Combining qualitative and Quantitative approaches*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Tye, Kenneth A. (2014). Global Education: a worldwide movement. An Update. *Policy Futures in Education*, 12(7), pp.855-871. Retirado de: <http://dx.doi.org/10.2304/pfie.2014.12.7.855>
- UNESCO (1974). *Recommendation concerning Education for International Understanding, Co-operation and Peace and Education relating to Human Rights and Fundamental Freedoms*, 19 November 1974. Paris: UNESCO. Retirado de: <http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001140/114040e.pdf#page=144>
- UNESCO (2013). *Consolidated report on the implementation of the 1974 Recommendation concerning education for international understanding, cooperation and peace and education relating to human rights and fundamental freedoms*. Paris: UNESCO. Retirado de: <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002241/224137e.pdf>
- UNESCO (2014). *Concept note on the Post-2015 education agenda. Document submitted by UNESCO to the 37th Session of the General Conference*. Paris: UNESCO. Retirado de: http://en.unesco.org/post2015/sites/post2015/files/UNESCOConceptNotePost2015_ENG.pdf
- UNESCO (2014). *Global Citizenship Education: Preparing learners for the challenges of the 21st century*. Paris: UNESCO. Retirado de: <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002277/227729E.pdf>
- UNESCO (2015). *Global Citizenship Education - topics and learning objectives*. Paris: UNESCO. Retirado de: <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002329/232993e.pdf>
- Yin, Robert (2009). *Case study research: Design and methods* (4th ed.). Thousand Oaks, CA: Sage.

Lista de Anexos e Apêndices

Anexo 1 – Termos de referência da Avaliação Final da ENED 2018-2022

Apêndice 1 – Matriz de avaliação

Apêndice 2 – Documentos referentes ao questionário às entidades promotoras da ENED 2018-2022

Apêndice 2.1 – Questionário às entidades promotoras da ENED 2018-2022

Apêndice 2.2 – Relatório de análise de resultados do questionário às entidades promotoras da ENED 2018-2022

Apêndice 3 – Guiões das entrevistas

Apêndice 3.1 – Guião de entrevista à CA

Apêndice 3.2 – Guião de entrevista ao Secretariado

Apêndice 3.3 – Guião de entrevista às ESPA

Apêndice 3.4 – Guião de entrevista ao GTED da PPONGD

Apêndice 4 – Documentos referentes à meta análise e análise documental:

Apêndice 4.1 – Contabilização do cumprimento das metas;

Apêndice 4.2 – Análise das atas das reuniões de ESPA;

Apêndice 4.3 – Entidades a reportar iniciativas por ação;

Apêndice 4.4 – Caracterização das ações reportadas por objetivo;

Apêndice 4.5 – Peso relativo das ações e das medidas nos objetivos;

Apêndice 4.6 – Análise dos programas e relatórios das Jornadas de ED

Apêndice 5 – Grelha de análise das entrevistas;

Apêndice 6 – Contributos do seminário com as entidades promotoras